

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

CABO VERDE E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL:
A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DO ARQUIPÉLAGO NA POLÍTICA
EXTERNA PORTUGUESA (1939-1945)

ADILDO SOARES GOMES

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais, Especialização em Relações Internacionais

MARÇO DE 2011



DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese de Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

/Adildo Soares Gomes/

Lisboa, Março de 2011

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador,

/Tiago Moreira de Sá/

Lisboa, Março de 2011

Ao meu filho, Diogo.

Aos meus pais e irmãos.

À minha avó, Maria Irene.

À minha esposa, Viviane.

À doce memória do meu avô, João do Rosário.

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
FIGURA 1 – CABO VERDE: AS ILHAS E A SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA.....	vii
INTRODUÇÃO.....	1
1. OBJECTO DO TRABALHO.....	2
2. ÂMBITO CRONOLÓGICO.....	3
3. METODOLOGIA.....	3
4. ESTADO DA QUESTÃO.....	4
5. NOTAS SOBRE FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	5
6. ESTRUTURA DO TRABALHO.....	6
CAPÍTULO I: A GEOPOLÍTICA E A GEOESTRATÉGIA.....	7
1.1. A GEOPOLÍTICA.....	8
1.2. A ESTRATÉGIA E A POLÍTICA.....	12
1.3. PERSPECTIVAS RESTRITAS DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO.....	14
1.3.1. RUDOLF KJELLEN (1804-1922).....	14
1.3.2. HALFORD MACKINDER (1861-1947).....	15
1.3.3. ALFRED MAHAN (1840-1914) E O PODER MARÍTIMO.....	17
1.3.4. KARL HAUSHOFER E A GEOPOLÍTICA ALEMÃ.....	19
1.3.5. NICOLAS SPYKMAN (1893-1943).....	20
1.3.6. FRIEDRICH RATZEL (1844-1904) E A GEOGRAFIA POLÍTICA.....	22
1.3.7. PAUL VIDAL DE LA BLACHE (1845-1918).....	24
CAPÍTULO II: CABO VERDE ANTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	25
2.1. O ESPAÇO GEOESTRATÉGICO DE CABO VERDE E A SUA IMPORTÂNCIA.....	26
2.1.1. CABO VERDE NO ATLÂNTICO (MAPA GEOESTRATÉGICO).....	33
2.2. CABO VERDE E A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO.....	34
2.3. CABO VERDE NO CRUZAMENTO DAS PRINCIPAIS LINHAS DE NAVEGAÇÃO DO ATLÂNTICO.....	37
2.4. CABO VERDE E OS CABOS SUBMARINOS.....	40
2.5. A IMPORTÂNCIA DE CABO VERDE NA GUERRA HISPANO-AMERICANA (1898).....	43
2.6. PROJECTO DE DEFESA DO PORTO GRANDE DA ILHA DE SÃO VICENTE (1898).....	45
CAPÍTULO III: PORTUGAL E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	49

3.1. A NEUTRALIDADE COMO INSTRUMENTO DE PAZ E SALVAGUARDA DA SOBERANIA NACIONAL	50
CAPÍTULO IV: CABO VERDE E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	56
4.1. A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DE CABO VERDE NA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA (1939-1945)	57
4.2. A BATALHA DO ATLÂNTICO E A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DE CABO VERDE E DOS AÇORES	62
4.3. CABO VERDE E A OPERAÇÃO “FÉLIX”	73
4.4. A RESPOSTA DOS PAÍSES ALIADOS À OPERAÇÃO “FÉLIX”	77
4.5. A PRESENÇA ITALIANA EM CABO VERDE	80
4.6. A VITÓRIA DOS PAÍSES ALIADOS NA BATALHA DO ATLÂNTICO	81
CAPÍTULO V: A DEFESA DE CABO VERDE	84
5.1. PLANO DE DEFESA DO PORTO GRANDE DE SÃO VICENTE (1939)	85
5.2. PLANO DE DEFESA DE CABO VERDE (1942)	87
5.3. A CONFERÊNCIA LUSO-BRITÂNICA E A DEFESA DOS ARQUIPÉLAGOS PORTUGUESES DO ATLÂNTICO	90
5.4. OS ALIADOS E A DEFESA DO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE	93
CAPÍTULO VI: A OCUPAÇÃO DE CABO VERDE	100
6.1. OS ALIADOS, O EIXO E A OCUPAÇÃO DE CABO VERDE	101
6.2. CONSTRUÇÃO DE BASES EM CABO VERDE?	105
6.3. CABO VERDE E A NECESSIDADE DE UM SISTEMA DE DEFESA PARA O ATLÂNTICO SUL: AS AMEAÇAS SOVIÉTICAS	110
CONCLUSÃO	113
FONTES E BIBLIOGRAFIA	118
1. FONTES	119
1.1. Arquivo	119
1.2. Fontes Impressas	119
1.3. Jornais	119
1.4. Memórias	120
1.5. Sites na Internet	120
2. BIBLIOGRAFIA	121

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AHD	Arquivo Histórico-Diplomático
AHM	Arquivo Histórico Militar
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AOS	Arquivo Oliveira Salazar
CCTIEPC	Comissão dos Correios e Telégrafos e Indústrias Electrónicas do Parlamento
CNO	Chief of Naval Operation
CS	Chief of Staff
DAPE	Dez Anos de Política Externa
EUA	Estados Unidos da América
FCSH-UNL	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa
FO	Foreign Office
HGCV	História Geral de Cabo Verde
IAC	Instituto Açoriano de Cultura
IBERLANT	Iberian Atlantic Área
ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
JCS	Joint Chief of Staff
LATI	Linhas Aéreas Transatlânticas Italianas
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MPLA	Movimento Popular para a Libertação de Angola
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
RMMC	Repartição Militar do Ministério das Colónias
U-boot	Unterseeboot
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

AGRADECIMENTOS

Quero aqui expressar o meu profundo agradecimento ao Professor Doutor Tiago Moreira de Sá, o orientador, que criou à volta deste trabalho um clima de liberdade e rigor sem o qual não seria possível, e pelo seu apoio que sempre me dispensou, apesar dos seus inúmeros afazeres, na elaboração desta dissertação de mestrado.

Agradeço à minha tia, Maria Júlia Gomes, pelo seu apoio incondicional e por tudo o que tem feito por mim desde a minha vinda a Lisboa, e aos meus primos. Um especial agradecimento é endereçado ao meu primo Ajerson Fermino. Os meus agradecimentos, também, são dirigidos ao Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professora Doutora Cláudia Correia, Dr. António Pinto Almeida, Mestre Susano Costa, Manuel Salomão, Dr.^a Ariana Ramalho, Dr. José Joaquim Cabral, Mestre Maurino Évora e a todos os meus colegas de mestrado, especialmente ao meu amigo Dr. Midana Fernandes Pinhel.

Particular nota de agradecimento aos funcionários das Bibliotecas e dos Centros de Informação, Investigação e Documentação, por facilitarem o acesso às consultas e análise dos seus dados e acervos bibliográficos: Arquivo Histórico-Diplomático (MNE), Arquivo Histórico Militar, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Oliveira Salazar, Biblioteca do Instituto da Defesa Nacional (Lisboa), Biblioteca Municipal de Lisboa (Palácio Galveias), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Biblioteca Pública e Arquivos Regionais de Ponta Delgada.

Esta tese não seria possível sem o apoio da minha mãe, Antónia, e da minha esposa, Viviane.

Não posso deixar de mencionar o apoio e incentivo dos meus familiares – tios, primos, avós e bisavós –, assim como o dos meus sogros, cunhados e amigos.

A necessidade de não alongar excessivamente esse agradecimento impede-me de mencionar, de forma excessiva, todos os que me apoiaram. A todos, muito obrigado.

Nenhuma das pessoas referidas tem qualquer responsabilidade nos erros e incorrecções deste trabalho, nem partilha necessariamente das suas teses.

RESUMO

A escolha do presente trabalho partiu de um interesse particular pela importância do arquipélago de Cabo Verde num dos períodos mais conturbados da história contemporânea – a Segunda Guerra Mundial. Sendo este trabalho destinado à elaboração final de Mestrado, procuraremos desenvolver aspectos fundamentais para o esboço de Cabo Verde na Segunda Guerra Mundial, tendo como suporte a política externa portuguesa durante o conflito.

O presente trabalho visa demonstrar a importância geoestratégica de Cabo Verde, assim como a importância que esse arquipélago teve na política externa portuguesa durante aquele conflito. O principal objectivo consiste em compreender as relações entre Portugal, a Inglaterra e os Estados Unidos da América e avaliar a importância geoestratégica das ilhas cabo-verdianas no Oceano Atlântico.

Assim sendo, a escolha do tema a que nos propusemos desenvolver oferece o espaço ideal para a abordagem da situação de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial, pela perspectiva da estratégia diplomática, uma vez que reúne os componentes que permitem a existência de uma estratégia. Ou seja, métodos de actuação fundamentado na negociação, mediação e arbitragem, que caracterizou a estratégia diplomática de Portugal durante aquele que foi o maior conflito bélico da humanidade. Procuraremos proceder à identificação dos objectivos e das ameaças através das acções ofensivas de outros Estados.

O presidente norte-americano, Roosevelt, mencionava Cabo Verde “como local para saltar ao ataque (*Jumping-of spots*) ao hemisfério ocidental que estava ameaçado pelo poder dos nazis”¹, deixando a impressão que não hesitaria em opor aos nazis o poder armado dos Estados Unidos, caso se desenvolvesse uma luta para a posse desse ponto estratégico. Pois Hitler tinha planos para invadir e ocupar Cabo Verde. O mesmo acontecia com os Aliados que defendiam uma “ocupação de protecção” ao arquipélago cabo-verdiano.

Palavras-chave: Cabo Verde, Segunda Guerra Mundial, Portugal, Estados Unidos da América, Inglaterra, Alemanha, Geoestratégia, Política Externa Portuguesa.

¹ Arquivo Histórico-Diplomático, (doravante AHD), MNE, AW, Maço 123.

ABSTRACT

The choice of the theme – *Cape Verde and World War II: The Geostrategic Importance of Archipelago to the Portuguese Foreign Policy (1939-1945)* as object of a thesis in Political Science and International Relations, is a result of a particular concern about the role played by the archipelago of Cape Verde during one of the most turbulent times in contemporary history - the World War II. Broadly, this research aims to examine key aspects related with the role of Cape Verde islands under the World War II, having as its background the Portuguese foreign policy at the time.

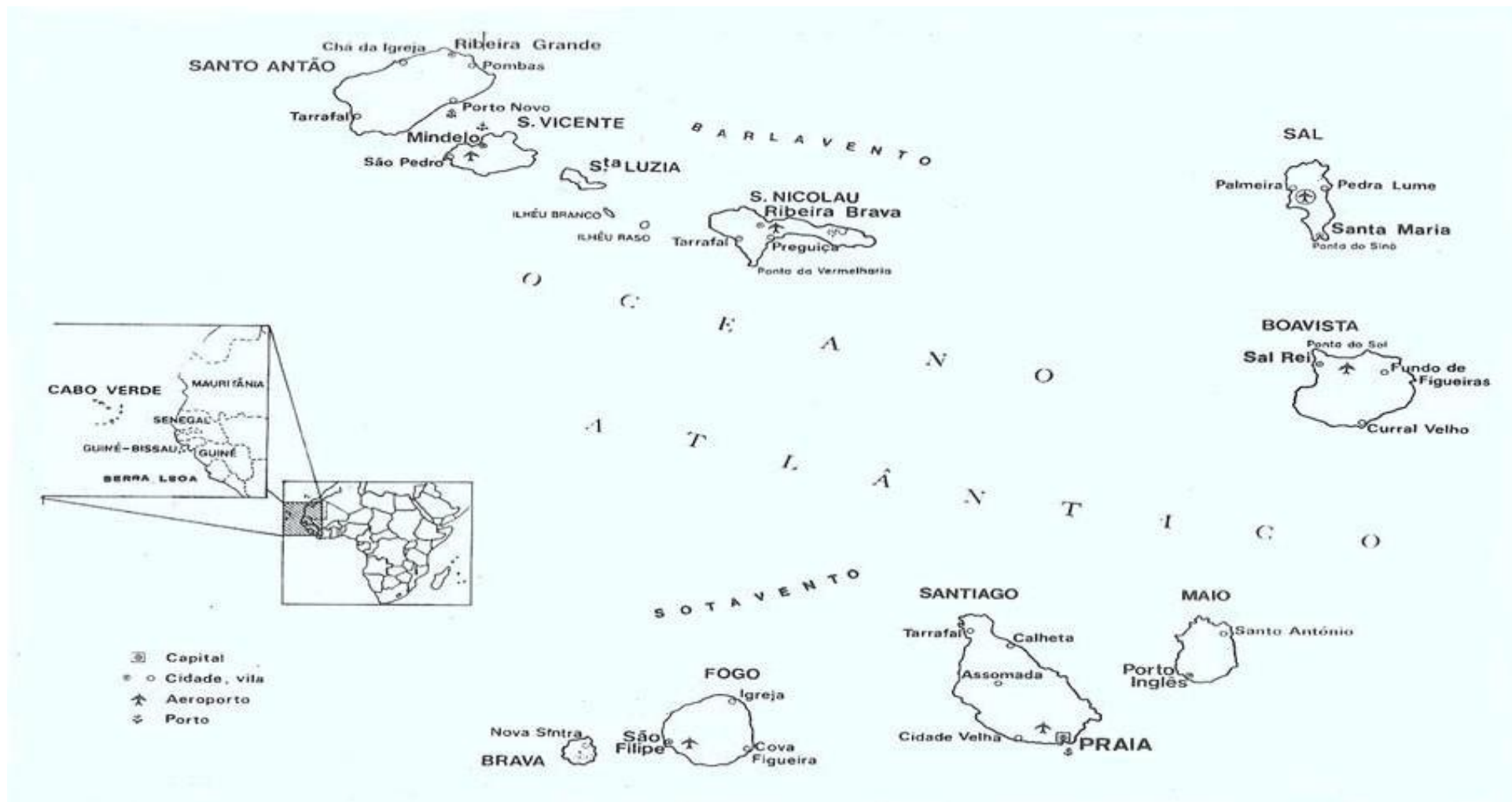
This research discusses the prevalence, mainly geostrategic, of Cape Verde islands in the context of Portuguese foreign policy during the conflict. Specifically, we intend to understand the relations between Portugal, England and the United States, relating it with the geostrategic significance of Cape Verde under the Atlantic Ocean.

This theme is ideal for addressing the situation of Portugal during World War II, under the diplomatic perspective, because it brings together all the components that permit the existence of a Strategy. That is, methods of operation based on negotiation, mediation and arbitration, which represented the Portuguese diplomatic strategy during the greatest armed conflict of humanity. Thus, we highlight the objectives and threats through offensive actions of other states.

Roosevelt, American president at the time, advocated that Cape Verde could serve as “place of attack on the Western Hemisphere, under the threat of the Nazis”, which revealed that he would not hesitate to use firepower to the United States, if there was a Nazi interest for that strategic point. Actually both Germany and the Allies had interests in the archipelago. Hitler had an invasion plan, while the Allies intended what they called a “protective occupation” of the archipelago.

KEYWORDS - Cape Verde, , World War II, Portugal, United States of America, England, Germany,, Geostrategic, Portuguese Foreign Policy.

FIGURA 1 – CABO VERDE: AS ILHAS E A SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



Adaptado pelo autor, a partir do livro *HGC.V*.

INTRODUÇÃO

1. OBJECTO DO TRABALHO

A posição de Portugal, desde que deflagrou a Segunda Guerra Mundial, e até que a mesma terminou, seguiu uma linha que se traduz na tentativa de manutenção da neutralidade, jogando com todos os recursos disponíveis para que o país não fosse obrigado a optar por um dos lados em confronto.

A política externa seguida por Oliveira Salazar durante a guerra, traduzida numa oportuna aproximação aos aliados na fase final do conflito, viria a garantir a Portugal uma posição confortável face aos “novos perigos” que ameaçavam os seus territórios².

Este trabalho tem como objectivo principal analisar a importância geoestratégica do arquipélago de Cabo Verde na política externa portuguesa durante o segundo conflito mundial. Funda-se em compreender as relações entre Oliveira Salazar, Roosevelt e Churchill durante o período em apreço e avaliar a “luta” entre as maiores potências europeias, a continental (Alemanha) e a marítima (Inglaterra) e os Estados Unidos da América para a ocupação de Cabo Verde.

Isto é, interessa-nos perceber de que modo, em que grau e com que resultados os países Aliados na Segunda Guerra e a Alemanha nazi pretendiam controlar e ocupar Cabo Verde para dominarem o Atlântico Sul.

Quer Hitler, quer Churchill tinham planos secretos para ocupar Cabo Verde, antes de Roosevelt pensar no caso. Relativamente aos Estados Unidos, no decorrer da guerra, Roosevelt, que defendia que as ilhas de Cabo Verde pertenciam a Portugal e se devia respeitar a soberania portuguesa, apresentou a Lisboa propostas para ocupar Cabo Verde, devendo a operação ser conduzida pelas forças norte-americanas com a colaboração do Brasil. Segundo o presidente norte-americano, a Alemanha tinha poder suficiente para ocupar e controlar o arquipélago a qualquer momento, o que comprometia a segurança da América do Norte e do Sul³.

A escolha do tema surge na sequência do crescente interesse pela história contemporânea de Cabo Verde, mais concretamente durante a Segunda Guerra Mundial, período em que o arquipélago cabo-verdiano desempenhou um dos papéis mais importantes, do ponto de vista geoestratégico, de toda a sua história. A luta estratégica pelo arquipélago cabo-verdiano foi um dos assuntos significativos nos quartéis-generais de Londres, Washington e Berlim durante o período aqui em apreço.

² David Castaño, *Paternalismo e Cumplicidade: As Relações Luso-britânicas de 1943 a 1949*, Lisboa, Associação dos Amigos do Arquivo Histórico-Diplomático, 2006, p. 15.

³ Discurso do Presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, a 27 de Maio de 1941, em: <http://www.ibiblio.org/pha/7-2-188/188-26.html>. (29 de Janeiro de 2010).

O interesse pelo tema surge também da percepção de que o caso de Cabo Verde se encontra ainda insuficientemente estudado, aspecto sobre o qual praticamente não existem trabalhos monográficos.

2. ÂMBITO CRONOLÓGICO

Os limites temporais deste trabalho situar-se-ão entre 1939 e 1945, abrangendo o processo conducente à concessão de facilidades nos Açores e que caracteriza a passagem do estatuto de neutralidade estrita, para o estatuto de neutralidade colaborante.

Durante o período em estudo, o arquipélago de Cabo Verde desempenhou um papel importante do ponto de vista geoestratégico, no âmbito da política externa portuguesa. Apesar de termos definido este âmbito cronológico, consideramos essencial proceder a alguns recuos e avanços temporais.

Assim, fizemos uma abordagem sobre Cabo Verde antes da Segunda Guerra Mundial para que possamos compreender melhor a sua importância geoestratégica e as principais “negociações” entre o Governo norte-americano e o de Portugal para a construção de bases em Cabo Verde ao longo dos anos de 1946 a 1948.

A “estratégia global” a que assistimos após a Segunda Guerra Mundial não diminuiu a importância de Cabo Verde, pois tanto os EUA como a U.R.S.S. tentaram adquirir bases ultramarinas para atingirem os seus objectivos.

3. METODOLOGIA

A presente investigação de mestrado, localizada na fronteira entre a História e as Relações Internacionais, situa-se no campo da história político-diplomática contemporânea. Esta opção metodológica levou-nos a concentrar a análise nos aspectos políticos do relacionamento luso-americano e luso-inglês, entre 1939 a 1945, e nas causas que levaram Portugal a uma “neutralidade colaborante” com os países Aliados tendo como fundo a importância que o arquipélago cabo-verdiano teve na política externa portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial.

Teremos como ponto de partida a neutralidade portuguesa e como Cabo Verde, apesar da sua pequena dimensão, foi “grande” pela posição geoestratégica decorrente de se situar na encruzilhada entre a América, a Europa e a África.

Os procedimentos metodológicos a desenvolver permitem-nos determinar o tipo de relações que ocorrem ao nível da História Política, no que concerne às relações entre a política interna e política externa. A política externa portuguesa e a política de defesa de Cabo Verde são as partes

mais relevantes: capítulos II, III e IV, abrangendo o período de 1939 a 1946. Sentimos a necessidade de as enquadrar como as descrições gerais da evolução das estratégias das grandes potências de então, sem a qual a política externa portuguesa não se pode compreender.

São muitos os factores – política interna e externa – que levaram Portugal a “colaborar” com outros países, nomeadamente com os EUA e a Inglaterra (sua velha aliada), para seguirem o mesmo propósito: não deixar que a Alemanha de Hitler ocupasse as ilhas atlânticas. Para analisarmos esta “colaboração” entre Portugal e estes países, centrar-nos-emos numa pesquisa documental.

Contextualizaremos a importância geoestratégica de Cabo Verde e das conseqüentes operações da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos para a sua ocupação, sempre dificultadas por Salazar que defendia a neutralidade e a soberania de qualquer parcela do território português.

Finalmente, analisaremos as “artimanhas” encontradas pela América para objectivar a utilização de Cabo Verde e dos Açores. Procuraremos destacar os factos históricos, como os encontros de Salazar com Roosevelt e com Churchill. É preciso enquadrar estes momentos e atentar para os factos que neles se inserem.

4. ESTADO DA QUESTÃO

Sobre a importância geoestratégica das ilhas do Atlântico na política externa portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial, existe uma bibliografia apreciável, mais concretamente sobre os Açores (quer nacional, quer estrangeira).

A primeira obra relevante foi elaborada por António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*⁴, que “estuda os acontecimentos em Portugal durante o período de 1939-1946, privilegiando duas vertentes: a política externa, directamente ligada à política militar e a política económica e a sua relação com a evolução social”; trata-se de uma obra de referência sobre a política externa portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial, podendo-se encontrar muita informação original dada as pesquisas realizadas pelo historiador nos arquivos centrais ingleses (*Public Record Office*) e americano (*National Archives*).

Em 1993, o historiador acima citado levou a cabo uma investigação exaustiva sobre as ilhas portuguesas do atlântico que nos oferece uma enorme quantidade de informação trabalhada com todo o rigor científico. Esta obra analisa a forma como as ilhas atlânticas, nomeadamente as dos Açores, “se inseriram na estratégia das grandes potências”⁵.

Ainda a nível dos autores nacionais, o livro de José Freire Antunes, *Roosevelt, Churchill e Salazar – A Luta Pelos Açores (1941-1945)* é-nos útil para a elaboração do nosso trabalho, uma vez

⁴ António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*, Lisboa, Edições Vega, vol. I, 1991.

⁵ António José Telo, *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Porto, Edições ASA, 1993.

que aborda as “dezenas de planos elaborados para a ocupação das ilhas atlânticas”, nomeadamente nas batalhas para o domínio do Atlântico e nas conjunturas críticas de 1941 e de 1943⁶.

Outro ensaio de leitura obrigatória sobre a política externa luso-americana durante a Segunda Guerra foi produzido pelo historiador Luís Nuno Rodrigues, em 2005. A obra intitulada *No Coração do Atlântico: Os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*, versa sobre os primeiros anos da presença norte-americana no arquipélago dos Açores, abarcando um período que decorre desde o início da Segunda Guerra Mundial até à assinatura do acordo luso-americano Fevereiro de 1948 que, pela primeira vez, autorizou os norte-americanos a utilizar as bases das Lajes por um período de 3 anos⁷.

Ainda sobre esta matéria está publicado um número considerável de memórias e testemunhos dos próprios protagonistas⁸, sendo que não obstante o seu carácter parcial e essencial justificativo, constituem no conjunto uma boa fonte de informação.

5. NOTAS SOBRE FONTES E BIBLIOGRAFIA

Esta investigação assenta prioritariamente em fontes primárias, muito em especial em fontes de arquivo. A maioria desta documentação encontra-se disponível no Arquivo Histórico-Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa) e nos Arquivos de Oliveira Salazar, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torres do Tombo (Lisboa) e compreende uma larga variedade de documentos que vão desde a correspondência trocada entre Lisboa/Estados Unidos/Lisboa e Lisboa/Londres/Lisboa, através dos embaixadores portugueses António de Bianchi e Armindo Monteiro e dos embaixadores de Inglaterra e dos Estados Unidos da América em Portugal, aos memorandos das conversas entre os Presidentes dos Países Aliados na Guerra e Oliveira Salazar, passando pelos memorandos dos encontros entre dirigentes norte-americanos, portugueses e europeus até aos documentos internos dos vários departamentos do Governo português da época, assim como telegramas entre os Governadores da província de Cabo Verde, Amadeu Gomes de Figueiredo e José Diogo Ferreira Martins e a metrópole (estas correspondências internas foram consultadas nos arquivos Histórico Militar e no Histórico Ultramarino).

Estas correspondências externas também podem ser consultadas nos volumes de *Dez Anos de Política Externa (1936-1947). A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, vol. I-XIII, Lisboa, MNE, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

⁶ José Freire Antunes, *Roosevelt, Churchill e Salazar, A Luta pelos Açores 1941-1945*, Madrid, Ediclube, 1995.

⁷ Luís Nuno Rodrigues, *No Coração do Atlântico: Os Estados Unidos e os Açores, (1939-1949)*, Lisboa, Prefácio, 2005.

⁸ Destacamos a de Pedro Teotónio Pereira, *Memórias*, vol. II, Verbo, 1973 e de Winston S. Churchill, *Memórias da Segunda Guerra Mundial*, vol. I e II, 3.^a Edição, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2005.

Finalmente, foram consultados periódicos portugueses, tais como: o *Açoriano Oriental* (1939-1948), *Diário de Notícias* (1898 e 1939-1948), disponíveis na Hemeroteca Nacional (Lisboa) e na Biblioteca Pública e Arquivos Regionais de Ponta Delgada.

6. ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho foi dividido em seis capítulos.

No primeiro capítulo, esboçamos sobre a Geopolítica, Geoestratégia e as perspectivas restritas do pensamento geopolítico.

No segundo, abordamos o valor geoestratégico de Cabo Verde, isto é, a importância que o arquipélago teve entre os países europeus e americanos na luta para o controlo do Oceano Atlântico, assim como o valor estratégico que o arquipélago detém neste Oceano.

No capítulo seguinte, falamos da neutralidade portuguesa durante a segunda guerra mundial, ou seja, os interesses que a anunciação da neutralidade envolveu, a quem serviu e como foi utilizada no decorrer do conflito.

No quarto capítulo, analisamos a utilidade que o arquipélago cabo-verdiano teve na política externa portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial, assim como os planos que os países do Eixo e os Aliados elaboraram para a conquista e ocupação de Cabo Verde, demonstrando como a conjuntura da guerra fez despertar o interesse pela posição estratégica que estas ilhas ocupam.

A política interna de defesa de Cabo Verde é objecto de estudo no quinto capítulo, onde tentamos esboçar as suas grandes linhas e os planos de defesa das ilhas elaborados, desde o início do conflito, pelo Governo português e pelos países Aliados, nomeadamente a Inglaterra.

No sexto e último capítulo, procuramos compreender as negociações encetadas entre Portugal e os Estados Unidos sobre a construção de bases em Cabo Verde por parte do Governo norte-americano, assim como a luta entre a Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha pela ocupação do arquipélago.

CAPÍTULO I: A GEOPOLÍTICA E A GEOESTRATÉGIA

1.1. A GEOPOLÍTICA

A geopolítica apareceu como conceito científico nos finais do século XIX, sendo o seu precursor Rudolf Kjellen da escola alemã. O seu intuito foi o de conceder um cariz político, e não meramente geográfico, à geopolítica como disciplina que estuda as relações entre os territórios e os habitantes de um determinado Estado. Como notou Adriano Moreira, o critério geopolítico “[...] não considera o Estado e a sua dimensão do ponto de vista das possibilidades do bom governo”⁹. O que visa, e na perspectiva organicista fundamentada na obra de Friedrich Ratzel, *Geografia Política*, é desenvolver “uma explicação do comportamento das sociedades políticas em função do meio físico [...]”¹⁰. Nesta óptica, a geopolítica tem como objectivo a segurança e a força do Estado, assentando para o efeito no estudo do Estado como organismo geográfico.

A partir destes conceitos, podemos afirmar que a geopolítica visa analisar a conduta externa de um Estado com base na sua situação geográfica. É essa situação geográfica que irá determinar a importância geopolítica e geoestratégica de qualquer país. No caso de Cabo Verde, a sua situação geográfica concedeu-lhe uma importância “fora do vulgar” no que concerne especificamente à geopolítica e à geoestratégia.

A partir de meados do século XX, os “grandes pensadores militares” que deram continuidade às obras anteriores sobre a estratégia e a tática – como as de Clausewitz e de Jomini –, começaram a publicar as suas teses. Entre estas, a obra do norte-americano Alfred Thayer Mahan – *The Influence of Sea Power upon History* (1890) – exerceu uma maior influência nos países atlânticos mais industrializados na luta pela supremacia político-militar. Desde a publicação do livro de Mahan e do de Karl Haushofer, *Die Geopolitik des Pazifischen Ozeans* (1924) que o pensamento geopolítico procurou integrar os espaços marítimos à conhecida equação de Ratzel, “Espaço é Poder”.

As escolas geoestratégicas foram as primeiras a ensaiarem uma explicação para algumas constantes assinaladas na política externa dos Estados, desde que os defensores do Poder Terrestre como Mackinder e Ratzel, aos defensores do Poder Marítimo como Mahan e Spykman ou ao Poder Aéreo teorizado por Douhet, Seversky e Lepotier¹¹.

Mahan é por vezes apontado como um estratega que um geopolítico ou geoestratega. Enquanto os das escolas europeias, MacKinder, Ratzel, Vidal de la Blache tinham uma orientação e as suas propostas são de carácter nacional, isto é, as preocupações estratégicas dos seus países.

⁹ Adriano Moreira, “A Europa em Formação”, in: *Separata do Boletim da Sociedade Geográfica*, Lisboa, 1974, p. 86.

¹⁰ Idem, ibidem.

¹¹ José Medeiros Ferreira, *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981, p. 14.

Segundo J. Borges de Macedo, a Geopolítica surgiu “quando os transportes rápidos e de grandes dimensões tornaram acessível a área geográfica rapidamente percebida; acrescentando-lhe a capacidade política e militar das sociedades humanas para se assegurar delas”¹².

A geopolítica é um estudo das relações entre os atributos naturais da geografia e a política dos Estados. É o estudo das decisões que o Estado toma com base na sua situação geográfica. A geografia política que representa a relação entre a geografia e a política tem tido uma importância permanente, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista de decisão política¹³.

A geopolítica pode ser definida como o “estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao adjectivarem-se na construção de modelos de dinâmica de poder, projecta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na actividade da Ciência Política”¹⁴. A palavra *geopolítica* encontra-se intimamente relacionada e contribui para expandir o estudo do poder na sua dimensão geopolítica. Assim, a geopolítica consiste na relação entre o poder político¹⁵.

Saul Bernard Cohen advogou que a essência da análise geopolítica consistia “na relação entre o poder político internacional e o contexto geográfico e com a interpretação que os indivíduos fazem da natureza desta alteração”¹⁶.

Para Colin S. Gray, a geopolítica devia ser diferenciada da *geopolitik*. Defendeu que a primeira provém da Ciência Política, ou seja, da exploração das estruturas da política sem necessariamente defender uma acção política particular, enquanto a segunda engloba um vasto conjunto de escritos geopolíticos, mas o seu objectivo era a propaganda. Afirmou que a primeira virtude da geopolítica é a de focar a sua atenção nos factores permanentes e duráveis. Gray ainda escreveu que “a geografia física, ao mesmo tempo que representa importantes constrangimentos e oportunidades, só adquire um significado estratégico por referência ao tempo, à tecnologia, ao esforço nacional relativo e às escolhas realizadas entre diferentes estratégias e tácticas”¹⁷.

A geopolítica pode ser considerada como a política feita em decorrência das condições geográficas, daí percebe-se que, embora o contributo da geografia seja essencial em todos os seus aspectos, a geopolítica se tenha revelado no âmbito da política. De facto, foi Kjellen, politólogo

¹² “Europa: Que Geopolítica?” Revista Portuguesa, n.º 1, Dezembro de 1987, p. 25-27, por cit. António Neves Berbém, *O Atlântico (a) Sul como questão estratégica mundializada: a Vertente Sul-Americana Africana*; in: *Estudos Políticos e Sociais*, Lisboa, ISCSP, 1991/92/93, p. 94.

¹³ James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff, Jr., *Relações Internacionais, As Teorias em Confronto*, Lisboa, Gradiva, 2003, p. 198.

¹⁴ Instituto de Altos Estudos Militares, *Elementos de Análises Geopolítica e Geoestratégia*, ME 71-00-08, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1993, p. 9.

¹⁵ E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff, Jr., *op. cit.*, p. 199.

¹⁶ Saul Bernard Cohen, *Geography and Politics in a World Divided*, citado por James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff, Jr., *op. cit.*, 2003, p. 199.

¹⁷ Colin S. Gray, *The Geopolitics of Super Power*, citado por James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff, Jr., *op. cit.*, p. 199.

sueco, que a baptizou como parte da política, duma geopolítica um tanto organista, claramente situada no campo político.

O estabelecimento de conexões entre a geopolítica e a geografia vem desde o tempo da antiguidade, embora não ainda conhecida como geopolítica. Na Grécia antiga, as observações produzidas por diversos observadores gregos não tiveram em geral intenção teorizante sobre o assunto; tiveram um carácter ocasional e instintivo.

Como Carlos Manuel Mendes Dias parafraseou, “os termos «geopolítico/geoestratégico» transportam-nos ao mesmo tempo de forma inconsciente, para a Geografia ou pelo menos e já com uma certa dose de elaboração, para elementos de índole geográfica. [...] Estes mantêm com o Poder que os diversos actores do Sistema Internacional, com maior aplicabilidade nos Estados, vão detendo ou que poderá vir a ser percebido”¹⁸.

Gearóid Tuathail sugeriu que a verdadeira preocupação da geografia incide sobre o poder: “por muito que nos pareça inocente, a geografia do mundo não é um produto da natureza; ela é um produto de variadas histórias de luta entre autoridades que competem pelo poder com o objectivo de organizar, ocupar e administrar o espaço”¹⁹.

Com Alexandre, a geografia apareceu como uma parte integrante da empresa que utilizou os seus geógrafos no reconhecimento da terra mal conhecida, de forma a avaliar as possibilidades de sustentação dos seus exércitos e a natureza da administração a implementar. Assim, viu-se pela primeira vez a geografia não só a ser utilizada na ordem estratégica, mas também ao serviço da acção política²⁰.

Esta noção de utilização da geografia ao serviço da acção política, já detectada em Heródoto²¹ e que era expressa em Políbio²² na época helenística perfeitamente consciencializada em Estrabão²³, quer pela noção de geografia que perfilou, quer pelo método que utilizou. Vale a pena sublinhar que para Estrabão, a geografia é obra política mais do que científica e deve servir o interesse dos governantes, devendo-se também tanto as particularidades físicas e atmosféricas que explicam em parte a vida e o comportamento dos habitantes, como os recursos económicos aos modos de vida, às tradições ancestrais e aos usos e costumes que revelam muitas vezes dos acasos

¹⁸ Carlos Manuel Mendes Dias, *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*, Lisboa, Prefácio, 2005, p. 219.

¹⁹ Gearóid Tuathail, *Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space*, cit. por James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraft, Jr., *op. cit.*, p. 198.

²⁰ Ver B. H. Liddell Hart, *As Grandes Guerras da História*, 5.ª Edição, São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1999, p. 30-48.

²¹ Historiador grego, nascido em Halicarnasso e viveu entre 484 a.C. e 425 a.C. Foi o autor o primeiro ensaio de geografia descritiva do mundo conhecido pelo gregos.

²² Historiador grego, nascido em Megalopolis e viveu entre 205 a.C. a 123 a.C.

²³ Nasceu em Amásia e viveu entre 60 a.C. e 21 d.C., sendo o primeiro a expressar uma visão tipicamente geopolítica na sua obra *Geografia* com 17 volumes. (Dias, p. 33-34).

de existência²⁴. Na concepção de Estrabão, Roma foi talvez a única potência na história que num determinado momento conseguiu juntar a supremacia terrestre à naval e por seguinte obter o domínio territorial do chamado *Mundo que interessa*.

Com Alexandre Von Humbolt, a geografia ganhou o estatuto de ciência sistemática, quando comparou as paisagens das áreas que estudou com as outras partes da terra. Karl Ritter desenvolveu fenómenos com o mundo. Com estes dois, acentuou-se o carácter sistemático da geografia descritiva, utilizando ao mesmo tempo o método empírico e indutivo, cujo objectivo era a abstenção de uma lei geral.

Após a publicação da *Geografia da Paz*, de Nicholas J. Spykman, em 1944, a fisionomia político, estratégica do mundo foi alterada devido às grandes inovações tecnológicas ocorridas no âmbito dos armamentos e da disseminação e generalização das armas de destruição maciça. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, a configuração político-social do mundo sofreu profundas alterações. A hierarquia dos Estados não é igual à da primeira metade do século XX.

Actualmente, as variantes da geopolítica, válidas antes da Segunda Guerra Mundial, são postas em causa pela nova configuração mundial. O determinismo geográfico, quer dizer a predestinação de um Estado resultante de um posicionamento particular no mundo, já não é um “argumento de peso”. Existe uma inversão patente do postulado da geopolítica. A natureza e o ambiente físico têm menos influência no comportamento e nos destinos da comunidade. O espaço era a condição do poder para a geopolítica, a fonte de subsistência para o Estado e assegurava-lhe a segurança e o poder. Há outras formas de poder, como exemplo o factor de haver num pequeno território recursos energéticos e matérias-primas raras e indispensáveis para a comunidade das nações. Por outro lado, o espaço perdeu muita da sua importância estratégica com o aparecimento das novas armas. Como exemplo as armas atómicas, os mísseis balísticos, armas de precisão balísticas. A velocidade dos engenhos balísticos diminuiu as distâncias.

Antes da Segunda Guerra Mundial, a atitude das populações não era tida em conta pela geopolítica. Actualmente, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a democracia levaram os povos a participarem nos assuntos da Nação e a fazer reflectir a vontade dos governos em caso de a população não concordar com as decisões.

Observamos que mesmo na época dos mísseis intercontinentais o raciocínio geopolítico manteve necessário. Era o único meio susceptível de ter em consideração a complexidade da situação interna e das suas relações internacionais.

Durante a Guerra Fria, o essencial das rivalidades do poder assentou-se nos territórios, na medida em que o desafio era o aumento das esferas de influência de cada um dos dois campos. Os

²⁴ Carlos Manuel Mendes Dias, *op. cit.*, p. 33-34.

desafios eram em primeiro lugar de natureza geopolítica. Por consequência, a palavra geopolítica estava banida, mas era praticada. A palavra geopolítica apareceu, com o começo do conflito entre Cambodja e Vietname, no final dos anos de 1970, princípios de 1980.

1.2. A ESTRATÉGIA E A POLÍTICA

No âmbito da geoestratégia, é sabido que os factores geográficos condicionam os elementos e fundamentos do Poder e do Potencial Nacional, sejam políticos, económicos psicossociais ou militares. Portanto, proporcionam uma fundamentação e a proposição de directrizes a qualquer das componentes admitidas da Estratégia Geral²⁵.

Os Estados têm como finalidade principal a prossecução dos seus objectivos nacionais permanentes e a sua afirmação enquanto soberanos. Como notou João Carlos Gonçalves Caminha, o grau de soberania de um Estado “é sempre directamente proporcional à capacidade de definir unilateralmente objectivos políticos e estratégicos. Quanto mais for a relatividade de poderes, maior a flexibilidade na selecção de objectivos [...]”²⁶.

Cada Estado tem a necessidade de maximizar a sua capacidade de determinar as atitudes ou de condicionar a conduta e as decisões de outros Estados. O primeiro dever de um estadista é de fazer com que a Nação alcance os seus objectivos, de preferência sem apelo a acções de força e não consiste em evitar confrontos internacionais. Enquanto o segundo não é evitar confrontações de poder, mas impedir que estas ocorram dentro de alinhamentos desfavoráveis²⁷. Proporcionar os meios que permitem a um Estado alcançar os seus objectivos, num enquadramento internacional que lhe seja favorável, constitui uma das importâncias/competências da Estratégia, decorrendo a sua concretização da capacidade de assegurar a independência e integridade territorial.

Segundo Raymond Aron, a Estratégia consiste “no emprego de forças armadas”²⁸, mas é claro que estas não constituem o único meio de estratégia. Clausewitz considerou a guerra como uma luta entre Estados, consistindo a condução da mesma na arte do combate, vendo na arte de combinar os combates uma forma de determinar com sucesso uma campanha. À estratégia competiria operar ao nível da arte do combate²⁹.

Para Liddel Hart, a estratégia é (praticamente) sinónimo de política, tendo a seu cargo a direcção da guerra, diferenciando a “grande estratégia” da política por ser esta que define o

²⁵ Golbery do Couto e Silva, *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*, 3.ª Edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1981, p. 167.

²⁶ João Carlos Gonçalves Caminha, “Estratégia e Relações de Poder”, in: *Política e Estratégia, Vol. V, n.º 4, Out.-Dez.*, São Paulo, Centro de Estudo Estratégicos, 1987, p. 445.

²⁷ Idem, p. 446.

²⁸ Raymond Aron, *Penser la Guerre, Clausewitz L'Age Européen*, Paris, Editions Gallimard, 1976, p. 83.

²⁹ Idem, *ibidem*.

objectivo. Procedeu a um desenvolvimento pormenorizado da estratégia, considerando-o a dois níveis: (i) ao nível da “grande estratégia” (ou estratégia total encontra-se associado ao nível hierárquico mais elevado de concepção da conduta da guerra), onde a estratégia se exerce a um nível subordinado ao da “grande estratégia”. Esta tem por objectivo executar uma política sendo o seu papel “coordenar e dirigir” todos os recursos de uma nação ou de um grupo de nações para a execução do objectivo político; (ii) A estratégia militar propriamente dita é caracterizada pela arte de distribuir e aplicar os meios militares para atingir os fins da política³⁰.

De um modo geral, a Estratégia é vista como um método de exame dos aspectos dos problemas considerados, propondo soluções após considerar todos os elementos e possibilidades das adversárias. A estratégia pode ser considerada como um esquema de procedimento.

Raúl François Martins definiu a estratégia como “um método de pensamento, uma forma peculiar de avaliar situações que permite classificar e hierarquizar os acontecimentos e depois escolher os processos mais eficazes, trata-se de perceber, de prever, de perspectivar, quando estão em jogo os interesses nacionais e quando opõem vontades de outras unidades políticas”³¹. Quando há “necessidades de falar em conflitos e não apenas em guerra e em meios de coação e não apenas em meios militares”³². Quer dizer que a estratégia não ocorre apenas em situações de guerra, mas sempre que se verifique uma dialéctica de vontade em que o Estado A Procura impor a sua vontade e objectivos ao Estado B, quer em caso de conflito, quer em competição.

A estratégia é orientada para a optimização da acção. O seu vertente de ciência está patente na “formulação de hipótese e elaboração de teorias, leis e princípios”³³. É um instrumento da política, sendo a ciência e arte de preparar e aplicar o poder para conquistar objectivos vitais para a nação. Amerino Raposo Filho considerou a estratégia nacional como “a arte de preparar e aplicar o poder nacional para, superando os óbices, conquistar e manter os objectivos nacionais permanentes, de acordo com a orientação estabelecida pela política nacional”³⁴.

Abel Cabral Couto estabeleceu as relações existentes entre a Estratégia e a Política, enquanto ciência e actividade. Enquanto ciência, a estratégia auxilia a formular objectivos, procede a estudos e avaliações interna e externamente, informando a política sobre possíveis ameaças e hipóteses de conflito. Enquanto a política fixa os objectivos a serem alcançados. Com base nos mesmos, a estratégia estabelece conceitos de acção, doutrinas de preparação e indica meios e processos para atingir os objectivos. A política enquanto actividade escolhe o conceito e o quadro de acção.

³⁰ B. H. Liddel Hart, *op. cit.*, p. 406.

³¹ Raúl François Martins, “Acerca do Conceito de Estratégia”, *in: Nação e Defesa*, Ano IX, n.º 29 Jan./Mar., 84, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, p. 125.

³² *Idem*, p. 108.

³³ *Idem*, p. 112.

³⁴ Amerino Raposo Filho, *op. cit.*, p. 8.

Por sua vez, estratégia pormenoriza a doutrina escolhida, fixa os objectivos intermédios, emprega e orienta recursos para atingir objectivos³⁵. Relativamente ao objectivo da estratégia, Liddell Hart notou que “[...] mesmo que a batalha decisiva seja o objectivo primordial, a finalidade da estratégia é fazer que essa batalha seja travada nas condições mais vantajosas possíveis, e quanto mais vantajosas forem essas condições tanto menor será a luta” e que a estratégia ideal “seria, então, aquela que produzisse uma decisão sem a necessidade de grandes combates”³⁶.

Compete à estratégia escolher os meios e fixar os objectivos intermédios, empregando e orientando recursos base do poder nacional. A política define o que se pretende. O poder é o que se tem. A estratégia é o que se faz, ou seja, a acção, com o que se tem para o que se pretende.

1.3. PERSPECTIVAS RESTRITAS DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO

1.3.1. RUDOLF KJELLEN (1804-1922)

Pertenceu à escola alemã de Munique. Foi necessário esperar pelos seus trabalhos para que fosse utilizado o termo “Geopolítica”. Na sua obra *o Estado Como Forma de Vida (Staten som Lifsform)*, publicado em 1916, definiu a geopolítica como “a ciência do Estado como organismo geográfico”, isto é “como fenómeno localizado em certo espaço da terra – logo, do Estado como país, como território, como região ou, mais concretamente, como domínio político (*Reich*)”³⁷. Por outro termo, a geopolítica devia dedicar-se à análise da natureza do Estado, restringindo o campo da geografia política ao estudo das comunidades humanas.

Para Kjellen, a geopolítica pura define-se como “o estudo dos processos políticos que ocorrem em dependência do solo dos Estados”; quanto à dualidade fundamental dos estudos geopolíticos, a Geopolítica pode ser encarada em dois quadros diferentes, harmónicos entre si, embora cada um visando o seu próprio objectivo (o quadro geral e o quadro particular); enquanto que a Geopolítica aplicada “é feita em decorrência das condições geográficas”³⁸.

Professor de História e da Ciência Política, parlamentar sueco e germanófilo (apoiava a Alemanha), Kjellen teve a influência de Ratzel e, tal como este, sacralizou também o espaço, ao notar que “o espaço é para o Estado fonte de vitalidade e de poder. É o fundamento material da Nação e esta está na origem do Estado que não tem senão consistência espacial”³⁹.

³⁵ Abel Cabral Couto, “Relações entre a Estratégia e a Política”, in: *Nação e Defesa*, Ano VI, n.º 21, Jan./Mar., Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1982, p. 21.

³⁶ B. H. Liddell Hart, *op. cit.*, p. 410.

³⁷ Golbery do Couto e Silva, *op. cit.*, p. 160.

³⁸ Idem, p. 161.

³⁹ Carlos Manuel Mendes Dias, *op. cit.*, p. 78.

Kjellen advogou que a geopolítica é o estudo do Estado, considerado um organismo geográfico, ou ainda, como um fenómeno espacial, quer dizer, como uma terra, um espaço ou mais exactamente, um país. É a “ciência que concebe o Estado como um organismo geográfico ou como um fenómeno no espaço”⁴⁰. Distinguindo a Geopolítica da Geoestratégia, Rudolf Kjellen esclareceu que como Ciência Política, a Geopolítica “tem sempre em vista o Estado como uma unidade e contribui para um entendimento de sua natureza. Enquanto a Geografia Política estuda a terra como sede de comunidades humanas, em relação aos seus outros atributos”⁴¹. Efectuou a distensão entre o Estado e a Nação, ao afirmar que o Estado “é um indivíduo geográfico” e a Nação “é um indivíduo étnico”⁴².

Os Estados, no domínio do poder, entrem em competição uns com os outros. A preservação e o aumento do seu espaço são garantias da sua sobrevivência. Urge citar Tomas Hobbes e as suas teses acerca da permanência dos conflitos entre Estados, sobretudo naquilo a que se chama o Estado da Natureza.

Este pensador sueco defendeu a tese de que “o Estado é direito por dentro e força por fora”. Para analisar o Estado Total, Kjellen caracterizou-o como sendo um organismo constituído por cinco órgãos ou componentes – três dimensões internas e duas externas. As dimensões internas ou endógenas são: a Etno ou Denopolítica – que se ocupa do povo, como entidade natural e cultural; A Sociopolítica – ocupa-se da sua estrutura interna e correspondente a instituições; e por fim, a Cratopolítica – que se ocupa do sistema integrador de interesse e das formas de exercício do poder. No que às dimensões externas ou exógenas diz respeito, Kjellen defendeu o Território e a Riqueza do Estado⁴³.

1.3.2. HALFORD MACKINDER (1861-1947)

MacKinder⁴⁴ foi um dos pais fundadores da geopolítica. Talvez o representante mais eminente da escola anglo-saxónica. Publicou o artigo *The Geopolitical Pivot of History (O Pivot Geográfico da História)*, em 1904, no qual desenvolveu as suas precursões das suas relações entre a história e a geografia, bem como a sua visão de ordem internacional no início do século XX. Depois desse

⁴⁰ Júlio Botelho Moniz, *Visões Estratégicas no Final do Império: Conduitas das Operações Coloniais – 1944, Lições de Estratégia – 1953*, Lisboa, Tribuna, p. 246.

⁴¹ Golbery do Couto e Silva, *op. cit.*, p. 160.

⁴² Carlos Manuel Mendes Dias, *op. cit.*, p. 81.

⁴³ Idem, *Ibidem.*, p. 78.

⁴⁴ Nasceu em Lincolnshire, Inglaterra, a 15 de Fevereiro de 1861, e faleceu em Dorset, no dia 16 de Março de 1947. Foi professor de geografia em Oxford e Director do Colégio Universitário de Reading assim como da *London School of Economics and Political Sciences*.

artigo, completou a sua análise na obra *Democratic Ideals and Reality*, editada em 1919, e, depois, *Around World Offers*, em 1943.

MacKinder fez evoluir a sua tese em três fases:

1.^a – Uma inicial (em 1904), partindo da ideia que o mais decisivo dos triunfos para um Estado era beneficiar de uma posição central. A noção do *pivot* geográfico da história, desenvolvido em 1904, no artigo *The Geographical Pivot of History* defendeu a existência de um *pivot* do mundo, tendo em conta a sua massa terrestre, que era constituído pela parte continental da eurásia;

2.^a – Uma intermédia (em 1919), em que surgiu com a designação *Heartland*. No seu livro, *Democratic Ideals and Reality*, MacKinder aumentou a zona *pivot* para fazer corresponder às fronteiras do bloco soviético. Este *pivot* central ou *Heartland* era envolvido por anel interior ou marginal, correspondente à Europa Ocidental, ao próximo, e Médio Oriente e a Ásia do Sul e de Leste. O anel interior estava flanqueado por dois sistemas insulares: a Oeste as ilhas britânicas e a Leste o Japão, que são os dois elementos avançados de um segundo crescente que é o primeiro anel insular ou exterior, do qual fazem parte as Américas⁴⁵;

3.^a – A última fase foi em 1943. A fórmula apresentada na anterior foi substituída e advertiu que o controlo do *Heartland* passava pelo domínio da Europa de Leste⁴⁶. Segundo MacKinder, a evolução do planeta resulta das variações de forças existentes entre o tal *pivot* central (*Heartland*) e as terras do anel exterior, quer dizer, entre potências da terra e potências do mar. Era necessário controlar primeiro o *Heartland* para, a partir daí, poder, eventualmente, controlar o mundo. A sua tese era que quem comandasse o *Heartland*, comandava a maior ilha do mundo, aquele que dominasse a maior ilha do mundo, controlava o mundo⁴⁷. Pois *Heartland* era a maior fortaleza do mundo.

Neste texto publicado em 1943, *The Around World and the Winning of the Peace*, MacKinder deu uma interpretação ao *pivot* e especificou a sua visão, no que diz respeito à organização da futura paz. Com a sua política isolacionista, os Estados Unidos entraram em guerra contra a Alemanha e Japão. A entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra permitiu inverter, aos poucos, o rumo da guerra, a favor das potências marítimas, mas também da URSS – dotada de um potencial militar e que representa o *Heartland*, o objecto de todo o interesse de MacKinder. Na sua posição final, MacKinder concebeu duas figuras geopolíticas de idêntico significado: “o *Heartland* e o *Midland*

⁴⁵ James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff, Jr., *op. cit.*, p. 207.

⁴⁶ Carlos Manuel Mendes Dias, *op. cit.*, p. 108.

⁴⁷ James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff, Jr., *op. cit.*, p. 208.

Ocean, este com toda a potência que lhe davam os seus quatro mares adjacentes, o Mediterrâneo, o Báltico, o Ártico e o Mar das Caraíbas”⁴⁸.

1.3.3. ALFRED MAHAN (1840-1914) E O PODER MARÍTIMO

Foi o primeiro a conceptualizar a estratégia marítima, que chamou de *Sea Power*, no âmbito da política contemporânea. Segundo este norte-americano, é graças ao controlo dos mares que um Estado podia ocupar o primeiro lugar na hierarquia das potências. Analisou a história dos antagonismos europeus para daí tirar ilações no que concerne à geopolítica dos mares e estudou a potência marítima francesa. Mahan entendeu o poder marítimo como “a soma de factores, instrumentos e circunstâncias geográficas que cooperam para conseguir o domínio do mar, garantir o seu uso e impedi-lo ao adversário”⁴⁹. Enumerou seis factores decisivos para o desenvolvimento do poder marítimo: (i) a posição geográfica; (ii) a configuração física; (iii) a extensão do território; (iv) o número da população; (v) o seu carácter nacional; (vi) o carácter governamental⁵⁰.

Em 1892, publicou *The Influence of Sea Power upon French Revolution*. Segundo Mahan, a fraqueza da política naval francesa estava ligada às características da posição geográfica da França. Se a França não se conseguiu impor nos mares, isto deveu-se à falta de um esforço de longo prazo para estabelecer uma verdadeira armada e sobretudo uma verdadeira estratégia naval. Tal não foi o caso da Inglaterra, na medida em que a sua política foi sempre orientada no sentido de ser a maior potência marítima.

Na obra acima referida, Mahan especificou os pontos fortes da Inglaterra face à Holanda e sobretudo à França. Notou que a posição geográfica é um factor chave que determinava a estratégia a adoptar. A grande força da Inglaterra foi de saber garantir o controlo das vias de comunicação marítimas, graças a uma hábil política de pontos de apoio (Gibraltar, Suez, Singapura, Cidade de Cabo)⁵¹ e também aos sectores chaves das grandes rotas marítima.

Segundo este norte-americano, a extensão da costa e a qualidade dos portos eram factores importantes, muito embora a extensão de território pudesse constituir uma fonte de fraquezas no caso de não dispor de um nível adequado de população e de recursos naturais⁵².

Em relação aos Estados Unidos, Mahan encontrou muitas semelhanças com a Inglaterra. Em 1897, sustentou na sua obra *The Interest of America in Sea Power* a doutrina que norteava a acção

⁴⁸ Políbio F. A. Valente de Almeida, *Ensaio de Geopolítica*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto de Investigação Científica Tropical, p. 32.

⁴⁹ Cit. por Carlos Manuel Mendes Dias, *op. cit.*, p. 147.

⁵⁰ José Luís Pinto Ramalho, “A Estratégia de Futuro da OTAN e a Posição de Portugal”, in: *Estratégia*, Vol. III, Lisboa, Instituto de Relações Internacionais, ISCSP, 1992, p. 35.

⁵¹ James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff, Jr., *op. cit.*, p. 204.

⁵² Idem, p. 205.

do seu país, se também quisesse chegar aos lugares cimeiros da hierarquia das potências mundiais. Os Estados Unidos garantiam a sua prosperidade com base na segurança proveniente da sua insularidade e na liberdade do comércio nos oceanos. O controlo dos mares aparece como condição indispensável para a influência mundial dos Estados Unidos. Mahan não se interessou apenas pelos oceanos.

Mahan notou que para os Estados Unidos fossem o número um a nível marítimo era preciso “uma associação com a potência naval britânica, oposição às tensões alemãs no que concerne aos mares, vigilância face à expansão do Japão no Pacífico e defesa coordenada dos europeus e americanas contra os povos da Ásia”⁵³. Para atingir todos esses objectivos, o controlo dos mares é de facto essencial.

Mahan advogou ainda que para ser uma potência marítima é preciso a posição geográfica do Estado, as suas características físicas, a extensão territorial, o carácter nacional e o governamental⁵⁴. Para o teórico do *Sea Power*, a força comercial e a força militar eram uma única força, cujo principal objectivo de uma marinha devia ser a marinha do seu adversário. A segurança dos navios e dos portos dependiam uma dos outros e os portos tinham mais necessidade da arma que esta tem deles⁵⁵.

No seu livro, *Problem of Asia*, publicado em 1900, sublinhou a importância que MacKinder designou como *Heartland*. Para Mahan, a Rússia representava uma potencial ameaça a que se juntava à China. Concluiu com a necessidade de uma aliança entre as armadas e as potências marítimas⁵⁶.

As ideias de Mahan tiveram uma influência real na elaboração da política das grandes potências, durante os primeiros anos do século XX, designadamente Theodore Roosevelt, primeiro como Secretário-adjunto da Armada e mais tarde como presidente dos Estados Unidos da América.

Para Mahan, a fórmula que opunha a MacKinder era que “a unidade dos mares constituía uma via de comunicação única, cujo domínio eram necessárias algumas bases terrestres – quem dominar essas bases terrestres controla os mares; quem controlar os mares domina o mundo”⁵⁷.

Sustentou a tese de que o domínio dos mares é imprescindível se um país marítimo dotado de uma longa costa quiser sobreviver como nação independente. Aludindo-se aos Estados Unidos da América, acrescentou que este país, com as especificidades que possui, necessitaria “de um poder

⁵³ Idem, *Ibidem*.

⁵⁴ José Luís Pinto Ramalho, *op. cit.*, p. 35.

⁵⁵ António Neves Berbém, “O Atlântico (a) Sul como Questão Estratégica Mundializada: a Vertente Sul-Americana Africana”; in: *Estudos Políticos e Sociais*, Lisboa, ISCSP, 1991/92/93, p. 101.

⁵⁶ Carlos Manuel Mendes Dias, *op. cit.*, p. 145-146.

⁵⁷ José Luís Pinto Ramalho, *op. cit.*, p. 35.

naval apoiado nas bases militares e estratégicas ultramarinas”⁵⁸. Na sua análise, “a extensão da costa e a qualidade dos portos eram factores importantes, muito embora a extensão do território possa constituir uma fonte de fraquezas no caso de não dispor de um nível adequado de população e de recursos naturais”⁵⁹. O caso do arquipélago de Cabo Verde, ou seja, o Porto Grande da Ilha de São Vicente, enquadra-se como exemplo nesta tese que Mahan advogou. Pois o arquipélago não possui recursos, mas tem um excelente porto.

É com base nesta perspectiva de análise que se pode compreender que, durante os conflitos que envolveram o Oceano Atlântico, tenha havido a necessidade por parte de algumas potências em guerra de ter o controlo/domínio de Cabo Verde e das outras ilhas Atlânticas. Para essas potências era importante obter bases de apoio no Oceano Atlântico. Assim, apercebemo-nos do valor do arquipélago cabo-verdiano. Importância essa imediatamente percebida pelas potências marítimas da altura, principalmente devido às comunicações marítimas entre os continentes.

1.3.4. KARL HAUSHOFER E A GEOPOLÍTICA ALEMÃ

Karl Haushofer⁶⁰ foi um militar com características diplomáticas, fortemente influenciado pelas teses do britânico Halford Mackinder. Haushofer notou que a Geopolítica “é a consciência geográfica do Estado” e que a sua finalidade é “o estatuto das grandes conexões vitais do homem de hoje com o espaço de hoje e a coordenação dos fenómenos, relacionando o Estado com o Espaço” e que consiste “na ciência das relações de âmbito mundial dos processos políticos. Está baseada nos sólidos alicerces da geografia, especialmente da geografia política, a qual constitui a ciência dos organismos políticos no espaço da estrutura dos mesmos”⁶¹.

A visão política de Haushofer aperfeiçoou-se durante a Primeira Guerra Mundial quando leu a obra de Kjellen – *O Estado como Forma de Vida* – (corrente organicista). Haushofer sentiu-se “humilhado” pela dureza e pelas consequências do Tratado de Versalhes e começou a combater a favor da defesa dos interesses alemães e da “germanidade” (esta comunidade civilizacional na qual todos os alemães se deviam encontrar) e para a promoção do *lebensraum*, onde os alemães podiam atingir em pleno as suas capacidades. Restaurar o poder alemão significava juntar todos os povos de descendência alemã sob uma autoridade política única e num espaço territorial suficiente. A geopolítica alemã é o prolongamento natural da geografia política de Ratzel e de Kjellen.

Defendeu cinco teorias: (i) a do «Espaço Vital» (*Lebensraum*), ou seja, a “capacidade de um determinado espaço geográfico necessário para atender às necessidades da sociedade que o habita”;

⁵⁸ Citado por Adriano Moreira, *op. cit.*, 1974, p. 87.

⁵⁹ James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzfraff, Jr., *op. cit.*, 2003, p. 205.

⁶⁰ Nasceu em Munique em 1869 e faleceu em 1946. Foi professor da escola alemã de Estado-Maior.

⁶¹ Citado por Júlio Botelho Moniz, *op. cit.*, Lisboa, Tribuna, p. 248.

(ii) a da mítica das «Fronteiras», Haushofer concedeu-lhe vários conceitos, nomeadamente o de *Lage* e de *Raum*, para os integrar construção intelectual mais vasta que postula a existência de uma criação orgânica entre o território e a população que aí habita. Daí deduziu a lei da «fronteira» e do «Espaço» Vital, ao notar que os Estados crescem até atingirem uma superfície que satisfaça as suas necessidades, até atingirem o seu Espaço Vital. Quer dizer, uma área geográfica delimitada por fronteiras naturais ou artificiais, no interior das quais uma população tenha os meios que lhe permita sobreviver⁶²; (iii) a «Autarcia», que correspondia à necessidade de poder fazer face a situação eventual de «fortaleza sitiada»⁶³; (iv) as «Pan-Regiões»; (v) os «Fundamentos Geográficos da Hegemonia Mundial». Nestas duas últimas duas teorias, o objectivo era dividir o mundo em quatro áreas, geograficamente compensadas, combinando continentes do Norte e do Sul, auto-suficientes e dispendo de um Estado director⁶⁴. O princípio da Hegemonia Mundial sustentou que “a Ilha Mundial do geopolítico britânico MacKinder e a visão de quem controlasse o *Heartland* e a Europa e Leste dominaria o mundo.

Haushofer advogou que a Alemanha devia ser uma grande potência, o Estado *pivot* da Europa. A anexação da Checoslováquia pela Alemanha e o *Anschluss* justificavam-se plenamente, segundo Haushofer. O objectivo não era a guerra, mas sim a emergência na cena internacional de um número limitado de Estados, entre os quais a Alemanha, controlando cada zona de influência, equilibrando-se então as ambições através do equilíbrio da força. Isto seria natural para a Alemanha, pois a Europa, sobretudo a de Leste, representa a esfera de influência natural da expansão alemã⁶⁵.

Adolf Hitler deixou-se suggestionar pela teoria geopolítica defendida por Haushofer e que, no campo da estratégia militar do Eixo, se traduziu na Segunda Guerra Mundial, “pela tentativa da conquista da *Iha Mundo* – Europa, Ásia e África – território cuja posse significaria o procurado domínio do mundo”⁶⁶.

1.3.5. NICOLAS SPYKMAN (1893-1943)

Professor de Relações Internacionais na Universidade de Yale, Spykman aceitou a oposição entre o poder marítimo e terrestre. Introduziu um novo conceito – *Rimland*. Spykman criticou os trabalhos de MacKinder e Haushofer.

⁶² Ver Instituto de Altos Estudos Militares, *Origens e Evolução Histórica do Pensamento Geopolítico: Síntese Histórica*, Lisboa, IAEM, 1982, p. 64-65.

⁶³ Idem, p. 66.

⁶⁴ José Luís Pinto Ramalho, *op. cit.*, p. 37.

⁶⁵ João Mariz Fernandes, “Tendências Hegemónicas da Alemanha no Quadro Europeu: Fundamentos Históricos, Filosóficos e Geopolíticos”, *in: A Nação e a Defesa*, n.º 105, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1991, p. 86.

⁶⁶ Júlio Botelho Moniz, *op. cit.*, p. 251.

No que diz respeito a Haushofer, a sua posição foi clara. Na sua obra *America's Strategy in World Politics*, de 1942, e, sobretudo, no seu livro *The Geography of the Peace*, de 1944, Spykman indicou claramente que a sua análise era totalmente diferente da “metafísica”, tão característica da Escola Geopolítica Alemã (referiu-se sobretudo a Haushofer). Criticou também o carácter místico das fronteiras que Haushofer concedeu. No que concerne a MacKinder, a crítica foi mais subtil, recusou a existência da dialéctica terra-mar, como funcionamento do raciocínio político.

Ainda relacionado com o pensamento de MacKinder, há uma área que Nicolas Spykman denominou de *Rimland* – constituída pelos espaços periféricos do *Heartland*, que são essenciais para que “as potências marítimas possam dominar as potências continentais que ocupam a área central da eurásia (*heartland*)”⁶⁷. Para Spykman, quem dominar o *rimland*, domina a Eurásia; e aquele que controlar a Eurásia tem o destino do mundo nas suas mãos. A teoria do anel marítimo, contendo a potência continental, desenvolvido por Spykman, teve uma grande importância na elaboração política externa norte-americana. Isto é, o *Rimland* de Spykman corresponde ao Crescente Interior de MacKinder.

Spykman analisou as duas concepções que “se colocam aos EUA na formulação da sua estratégia global – o isolamento e a intervenção – levantando a questão se no futuro aquele país poderia defender os seus interesses, sem sair da sua zona de influência ou teria de se projectar para o Atlântico e para o Pacífico, impondo a sua vontade”⁶⁸ quer aos mais fracos, quer aos outros igualmente poderosos. Defendia a segunda opção e que os EUA “dimensionassem a sua capacidade militar estratégica para intervir, activamente no *Rimland*”⁶⁹.

Spykman sustentou que quem controlar o espaço periférico do *heartland* tem mais possibilidades de controlar os mares circundantes e, logo, a massa continental. O exemplo é a NATO, que surgiu para conter o expansionismo soviético. Spykman refutou a Escola Geopolítica Alemã, devido à sua tendência expansionista. A teoria de Spykman está na política externa norte-americana, no pós-Segunda Guerra Mundial – a Teoria de Contenção – para combater o avanço soviético. Ainda, relativamente ao domínio dos mares, Spykman afirmou que “Cabo Verde, apesar de desprovido de recursos e equipamentos e afastado do continente americano, é muito importante para os Estados Unidos da América controlarem o Oceano Atlântico”⁷⁰.

⁶⁷ José Augusto Barahona Fernandes, “Novo Significado das Políticas Portuguesas no Atlântico e no Índico”, in: *Anais do Instituto Superior de Naval e Guerra*, Separata n.º 4, Lisboa, 1974, p. 54.

⁶⁸ José Luís Pinto Ramalho, *op. cit.*, p. 38.

⁶⁹ Idem, *ibidem*.

⁷⁰ Citado por António Neves Barbém, *op. cit.*, 1991/92/93, p. 57 e 106.

1.3.6. FRIEDRICH RATZEL (1844-1904) E A GEOGRAFIA POLÍTICA

Os trabalhos de Ratzel⁷¹ foram precursores e para alguns foi o fundador da geopolítica alemã. Foi num contexto muito particular que procurou estabelecer as leis da geografia política para as quais assentou o seu raciocínio nas configurações permanentes ou estáticas, ou seja, as da geografia física. Ratzel interrogou-se acerca do seu país, do seu lugar, da sua identidade e do seu papel que desempenha no mundo.

Em 1869, Ratzel publicou *O Ser e o Dividir do Mundo Orgânico*, de seguida *Os Quadros da Guerra com a França*, nos quais relatou a campanha militar alemã na Guerra de 1870, com a França. Após uma visita aos Estados Unidos, Ratzel publicou dois trabalhos importantes, de carácter geográfico: *Quadros das Cidades e das Civilizações Norte-americanas* e *Estados Unidos do Norte da América*. Em 1876, foi editada a sua tese de doutoramento, consagrada a *Emigração Chinesa*, na qual abordou as questões da migração e inovação. Em 1882, na sua obra intitulada *Antropografia*, que foi um dos seus principais trabalhos, abordou a evolução dos povos da terra, as relações entre civilizações e demografia e dos diferentes métodos de cartográfica das deslocções humanas⁷².

A acção e o pensamento de Ratzel inscreveram-se plenamente no contexto fortemente nacionalista da sua época. Defendeu a tese de que a Alemanha devia ter uma política de nível mundial, criando um império colonial à medida das suas ambições ao escrever: “para que uma potência seja mundial, convém que esteja presente em todas as partes do universo em todos os lugares estratégicos”.

A sua obra mais importante, *Geografia Política*, editada em 1887, exerceu uma grande influência nos seus contemporâneos. Nesta obra, Ratzel advogou que o solo é um dado intangível e é, obviamente, objecto de uma viva competição entre todos os Homens⁷³. Os Estados, em todos os estádios do seu desenvolvimento, eram considerados organismos que mantinham uma relação necessária com o seu solo e deviam ser por esta razão estudados numa perspectiva geográfica. O espaço – *dei Raum* – foi um elemento essencial para Ratzel, que inspirou os desígnios e as políticas dos Estados. No entanto, o seu raciocínio estava desconexado das análises concretas e das situações na medida em que não teve em conta as mutações e as alterações da natureza política.

O seu objectivo foi definir as leis que ele queria que fossem universais e que determinassem o comportamento dos Estados. Esta tese foi recusada pelos jovens geógrafos que, após a Primeira Guerra Mundial e “revoltados” com do Tratado de Versalhes, entenderam que as suas ideias (as de

⁷¹ Geógrafo alemão, professor de geografia na Universidade Técnica de Munique e na Universidade de Leipzig.

⁷² Carlos Manuel Mendes Dias, *op. cit.*, p. 67-74.

⁷³ Golbery do Couto e Silva, *op. cit.*, p. 141.

Ratzel) não davam conta da realidade do pós-guerra. Esta realidade exprimiu-se em termos de relação de forças militares, de capacidades industriais e humanas, de redes de comunicação, do número de habitantes, bem como factores que explicavam as modificações ocorridas nos traços das fronteiras.

Na sua obra *No que diz Respeito às leis de Expansão Espacial dos Espaços*, Ratzel apontou sete leis de expansão no espaço, em síntese: (i) a expansão dos Estados aumenta com acultura; (ii) o aumento espacial dos Estados diversas outras manifestações do seu desenvolvimento, tais como a ideologia, a população, a actividade comercial, o poder da sua influência, do seu esforço e do seu proselitismo; (iii) os Estados estendem-se, assinalando ou absorvendo as unidades políticas de menor importância; (iv) fronteira é um órgão situado na periferia do Estado, que é considerado um organismo. Através desse alargamento, ele materializa o crescimento, a força e as mudanças territoriais; (v) ao preceder a sua extensão ou aumento espacial, o Estado esforça-se por absorver regiões importantes para o seu desígnio nacional, o litoral, os estuários fluviais, as planícies e os territórios mais ricos; (vi) é do exterior que vem o primeiro impulso que leva o Estado para a extensão ou aumento do seu território, movido por uma civilização inferior à sua; (vii) a tendência geral à assimilação ou à absorção das nações mais fracas ou inferiores, convite a multiplicar as apropriações de territórios num momento que se assemelha à auto-alimentação⁷⁴.

Um ponto essencial a retirar das leis de Ratzel é que as fronteiras são chamadas a evoluir. Outro aspecto importante é o catecismo dos imperialismos. Para alguns, a geografia política de Ratzel deu lugar a críticas. A geografia política nesta altura foi um instrumento para os dirigentes prussianos; uma teoria de questão de poder do Estado e das suas formas territoriais. As leis formadas por Ratzel eram todas germânicas e só tinham como objectivo encontrar a justificação teórica para o aumento do Estado alemão – o *Reich* devia compensar, em espaço, os inconvenientes da sua situação geográfica.

No que diz respeito ao mar, é interessante notar que Ratzel também se interessou pelas questões marítimas. Na sua obra *O Mar, Fonte do Poder dos Povos*, publicada em 1900, defendeu a criação de uma frota alemã para fazer face às forças britânicas e reforçar o poder internacional alemão.

⁷⁴ Júlio Botelho Moniz, *op. cit.*, p. 247-248.

1.3.7. PAUL VIDAL DE LA BLACHE (1845-1918)

Paul Vidal de la Blache⁷⁵ defendeu que a geopolítica consiste nas decisões de natureza política que o Estado toma com base na sua posição geográfica. É reconhecido como o fundador da geografia francesa, tendo também contribuído para as primeiras reflexões geopolíticas em França, ao publicar em 1903 *Tableau de la Géographie de la France*. A referência sistemática da geologia, então uma ciência nova e muito popular, conferiu-lhe um valor científico. Opôs-se à geopolítica alemã. Advogou que o Homem é um factor geográfico tal como a natureza, uma vez que tem iniciativa, é actor e não apenas espectador e que o espaço não é o único objectivo; o tempo, a história e a relação entre outros fenómenos, geográficos ou não, também são importantes. Os factos não permanecem idênticos, não são estáticos, variam concedendo aos fenómenos geográficos uma natureza fluida⁷⁶. A ideia fundamental de Vidal de la Blache é que a influência humana permite reduzir a influência do meio. Com base nestes elementos, ele estabeleceu as bases de geografia humana completa.

Dedicou-se mais tarde ao estudo da questão das fronteiras a Leste, isto é, ao tema patriótico mais mobilizador após a anexação da Alsácia e da Lorena pela Prússia, em 1871. No seu livro *France de L'Est*, publicado em 1917, refutou a tese alemã de que os habitantes da Alsácia e da Lorena eram alemães. De facto, ocupou-se de demonstrar que as províncias perdidas eram francesas e as regiões profundas que explicam o facto que a Alsácia e a Lorena deviam ser devolvidas à França na sequência da Primeira Guerra Mundial.

⁷⁵ Historiador e geógrafo francês.

⁷⁶ Instituto de Altos Estudos Militares, *op. cit.*, p. 32.

CAPÍTULO II: CABO VERDE ANTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

*“O valor estratégico das ilhas de Cabo Verde marcou
desde o início o seu destino:
posto avançado no domínio do Atlântico,
escala de abrigo e abastecimentos de navios
que sulcavam o mesmo oceano [...]”.*
(Artur Teodoro de Matos)⁷⁷

⁷⁷ Artur Teodoro de Matos, “Rotas Portuguesas do Atlântico”, in: *Oceanos*, n.º 10, Abril de 1992, p. 81.

2.1. O ESPAÇO GEOESTRATÉGICO DE CABO VERDE E A SUA IMPORTÂNCIA

As ilhas de Cabo Verde foram descobertas entre 1460 e 1462, por António de Noli, Diogo Gomes e Diogo Afonso⁷⁸. O arquipélago cabo-verdiano é um território insular, situado no Atlântico central, a 445 km da costa ocidental africana (do Senegal, ao largo do «Cabo Verde», o qual lhe deu o seu nome), entre as latitudes de 14° W 23` e 17° W e 12` N. e as longitudes de 22° 40` e 25° 22` O. Cabo Verde tem uma área total de terra emersa de 4033 km², o que estende até, aproximadamente, 300 milhas do litoral do Senegal e a 1500 milhas da Costa do Nordeste Brasileiro (Natal) e a cerca de 2783 km de Lisboa. Ou seja, a igual distância (aproximadamente) do Cabo de São Vicente (2622 km) e do Cabo de São Roque na América do Sul (2519 km)⁷⁹, mas perto da Costa Ocidental Africana. Cabo Verde ocupa uma posição funcionalmente cêntrica no Atlântico e constitui o marco fronteiriço entre o Atlântico Norte e Sul.

O território cabo-verdiano é composto por dez Ilhas e oito ilhéus que se distribuem em dois Grupos: a Norte, o grupo de Barlavento, com 2230 km², constituído pelas ilhas de São Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista e pelos ilhéus Pássaros, Branco e Raso; a Sul, o grupo de Sotavento, com 1803 km², formado pelas ilhas do Maio, Santiago (a maior ilha com 930 km²), Fogo e Brava (a menor ilha com 64 km²) e pelos Ilhéus de Santa Maria, Grande, Luís Carneiro, Sapado e de Cima. O espaço marítimo exclusivo de Cabo Verde ultrapassa os 600.000 km².

Situado na encruzilhada entre a Europa, as Américas e África, Cabo Verde dispõe de uma posição muito valiosa e privilegiada que lhe permite desempenhar um papel importante como ponto de navegação marítima e aérea que liga estes três continentes. Este posicionamento estratégico determinou a “obrigatoriedade” do seu povoamento para poder servir de base de apoio logístico à navegação.

Cabo Verde aparece dotado de grande extensão geográfica na direcção Leste-Oeste, perpendicularmente aos dois feixes principais da linha de navegação, permitindo flanqueá-los numa posição central em relação a ambos. É a situação geográfica, definida por largas fronteiras em latitude e longitude, que determina a razão principal do eminente valor estratégico que este arquipélago detém.

Como parafraseou Cláudia Correia, a função geoestratégica de Cabo Verde “iniciou-se por volta do século XV, começando pela ilha de Santiago que actuou durante esse período grande parte

⁷⁸ Existem várias análises que se referem ao conhecimento do arquipélago de Cabo Verde antes da chegada dos portugueses, não falaremos delas por as considerarmos irrelevantes para o que se prende com este trabalho. O certo é que, à chegada dos portugueses, as ilhas cabo-verdianas encontravam-se desertas.

⁷⁹ António Neves Berbém, “O Atlântico (a) Sul como questão estratégica mundializada: a Vertente Sul-Americana Africana”; in: *Estudos Políticos e Sociais*, Lisboa, ISCSP, 1991/92/93, p. 88.

do século XVI até meados do século XIX, como ponto de apoio seguro no controle do comércio com a costa africana, como ponto de escala para diversas carreiras atlânticas [...] e, como centro reexportador de produtos (africanos, europeus e americanos), para diversos destinos”⁸⁰.

O arquipélago de Cabo Verde, devido ao seu posicionamento, transformou-se na escala para os aprovisionamentos e reparação das armadas portuguesas, particularmente nas primeiras décadas do século XVI⁸¹. Constituía, também, um “porto de abrigo” para os barcos que vinham de outras partes da Europa, da Índia, do Brasil e do continente africano. Com a expansão do tráfico de escravos, Cabo Verde transformou-se numa das “melhores escalas do Reino Português”⁸². O Porto Grande, na Ilha de São Vicente, servia muitos navios que navegavam entre a Europa e América do Sul, tornando-se uma paragem quase obrigatória.

Cabo Verde desempenhou desde o início da progressão dos portugueses em direcção à ponta meridional de África “o papel de placa giratória no quadro do abastecimento dos navios e víveres”⁸³. Nos séculos XV e XVI, este arquipélago exerceu um papel de grande relevância nas viagens de exploração empreendidas nomeadamente por navegadores portugueses, na perspectiva de descobrirem novas terras. Em 1497, quando Vasco da Gama se encontrava a caminho da Índia fez escala na ilha de Santiago para se abastecer em víveres e água. Três anos mais tarde, em 1500, Pedro Álvares Cabral, a caminho do Brasil, desembarcou no porto da Preguiça, em São Nicolau. No ano de 1628, o capitão holandês Van Uytgeest, no seu esforço de conquistar e ocupar o Brasil, utilizou, sistematicamente, o arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente a ilha de São Vicente. Com estes três exemplos paradigmáticos podemos concluir que, no decurso da sua história, Cabo Verde serviu de ponto de apoio à expansão portuguesa.

O período entre 1580 e 1640, quando Portugal e as suas conquistas ficaram sob a soberania do Rei de Espanha⁸⁴, ficou marcado pelas sucessivas guerras dos espanhóis contra franceses, ingleses e holandeses, transformando o Oceano Atlântico no palco por excelência das inúmeras batalhas então travadas. A união ibérica levou o antagonismo ao confronto aberto. As consequências sobre o Atlântico foram imediatas. Se, por um lado, a união aumentou a capacidade de defesa militar das posições portuguesas neste oceano, nomeadamente Cabo Verde, por outro, provocou a intensificação das violações do exclusivo⁸⁵. Nas primeiras três décadas da dominação dos Filipes, as

⁸⁰ Cláudia Correia, “A Cidade do Mindelo Nos Séculos XIX-XX”, in: *Africana*, n.º 4, Porto, Universidade Portucalense / Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, 1996, p. 99-100.

⁸¹ Maria Emília Madeira Santos (Coord.), *História Concisa de Cabo Verde*, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical – Portugal, Instituto Nacional de Investigação Cultural de Cabo Verde, 2007, p. 121.

⁸² Idem, p. 143.

⁸³ Daniel A. Pereira, *Estudos da História de Cabo Verde*, Praia, Alfa-Comunicações, 2005, p. 35.

⁸⁴ Filipe II de Espanha passa a ser também o monarca de Portugal, com o cognome de Filipe I de Portugal.

⁸⁵ Maria Emília Madeira Santos (Coord.), *op. cit.*, 2007, p. 158-159.

ilhas cabo-verdianas viveram o seu período mais dramático, tendo sido atacadas e saqueadas repetidas vezes⁸⁶.

Ilídio Cabral Baleno notou que o “monarca espanhol tomou a iniciativa de se inteirar da situação militar de Cabo Verde e incumbiu, em 1581, o capitão da armada Diego Flores de Valdez da missão de lhe enviar um relatório com os dados necessário”⁸⁷. Após percorrer as ilhas cabo-verdianas, Diego Flores de Valdez considerou imprescindível a presença de forças navais de patrulha costeira para desencorajar os actos de corso na região. Portanto, em 1586, foram enviadas ao arquipélago duas galeotas, tendo sido nomeado seu capitão-mor Francisco Barroso, por um período de cinco anos. Mas dois anos mais tarde, em 1588, esta medida foi suspensa devido ao assassinato do capitão-mor por uns soldados colaboradores que pretendiam entregar as galeotas aos ingleses⁸⁸.

Nos finais da década de noventa do século XVI, o governador de Cabo Verde, Brás Soares de Melo, informou o rei da “imperiosa necessidade” de se retomar a patrulha das águas de Cabo Verde⁸⁹. Em Agosto de 1593, foram apresentadas duas galeotas “para andarem d’armada na costa das ilhas de Cabo Verde”⁹⁰, sob o comando de Manuel Ferreira Valdeveso, então nomeado capitão-mor. Em virtude de Cabo Verde ser uma importante escala de referência da navegação atlântica, as suas ilhas transformaram-se num objectivo muito mais exposto à acção dos corsários.

De acordo com o *Conselho da Índia*, em 1628, os holandeses ter-se-iam interessado pela ilha do Maio, da Boavista e do Sal (onde se reabasteciam do sal) e pela de São Vicente, a qual haveriam de transformar numa “importante base para minar a hegemonia ibérica sobre as costas atlânticas de África e da América”⁹¹. Uma década mais tarde, à ilha de São Vicente chegaram os franceses, quando o capitão Lambert, vindo da Senegâmbia, se instalou por uns tempos na ilha do Porto Grande, “onde fez desembarcar homens e uma peça de canhão”⁹². Durante o século XVII, o Atlântico foi um oceano “retalhado em múltiplas áreas de influência e profundamente marcado pela

⁸⁶ Esta nova situação fez com que Cabo Verde, assim como outros territórios sob a jurisdição da Coroa Filipina fossem alvos de constantes ataques de outras potências europeias. Como exemplo, destacam-se, entre muitos outros, os ataques de Francis Drake em 1568; em 1583, a Cidade da Ribeira Grande, na ilha de Santiago, foi atacada por partidários de D. António Prior de Crato; de Jacques Maher e Sir Cordir em 1598; de Jacob Willekens que comandava a frota holandesa com destino à Baía no Brasil e de Duguay Trouin em 1711; e o ataque de Jacques Cassard, em 1712, devastando a cidade de Ribeira Grande. Para mais desenvolvimento, ver *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, 2.ª edição, 2001.

⁸⁷ Ilídio Cabral Baleno, “Pressões Externas. Reacções ao Corso e à Pirataria”, in: *História Geral de Cabo Verde* (doravante *HGCV*), vol. II, 2.ª edição, 2001, p. 150.

⁸⁸ *Idem*, p. 151.

⁸⁹ Carta do Governador de Cabo Verde, Brás Soares de Melo, ao rei de Espanha, cit. por Ilídio Cabral Baleno, “Pressões Externas. Reacções ao Corso e à Pirataria”, in: *HGCV*, vol. II, 2.ª edição, 2001, p. 151.

⁹⁰ *Idem*, *Ibidem*.

⁹¹ Zelinda Cohen “A Administração das Ilhas de Cabo Verde Pós-União Ibérica: Continuidade e Rupturas”, in: *HGCV*, vol. III, 2002, p. 138.

⁹² *Idem*, p.139.

instabilidade e zonas de conflito”⁹³. Com a Restauração de Portugal, em 1640, segundo João Lopes Filho, “o novo monarca, D. João IV, encontra um império a braços com graves carências”⁹⁴.

Como já notamos, as ilhas cabo-verdianas também ofereceram aos demais impérios coloniais a oportunidade de as escalarem. Com efeito, segundo Artur Teodoro de Matos, “os navios da Companhia Holandesa e das Índias Orientais” e, a partir de 1721, “os da similar francesa paravam em Santiago, constituindo a última escala possível antes de iniciarem o grande percurso de três ou quatro meses no Atlântico Sul”⁹⁵.

Já no século XVIII (por volta de 1781), durante o reinado de D. Maria I, os mares de São Vicente tornaram-se num espaço de passagem obrigatório nos percursos da pesca da baleia. Cabo Verde, em consequência, converteu-se numa importante paragem de baleeiros norte-americanos que rumavam para os mares do Sul perto do Cabo Horn. A intensidade com que estes baleeiros visitavam o arquipélago, mais concretamente a ilha de São Vicente, fez “temer as autoridades portuguesas que acreditavam estar iminente a ocupação da ilha por estes mareantes norte-atlânticos”⁹⁶.

Os mares e portos de Cabo Verde contavam com forças regulares de protecção naval. Os navios da armada da Coroa efectuavam operações de patrulhas no arquipélago. Porquanto, o Porto Grande transformou-se numa fronteira internacional e, em 1852, a presença militar tornou-se nele imperiosa para defender a ilha. Deste modo, o brigadeiro Fortunato José Barreiro ordenou o “Fortim d’el Rei” e estabeleceu no Mindelo a quarta bateria de batalhão de artilharia de primeira linha de Cabo Verde. A frota militar foi reforçada sempre que a cidade foi “inundada” por “ondas de marinheiros” e soldados ingleses recrutados face à possibilidade, real ou suposta, de uma intervenção britânica nas terras do sul⁹⁷.

A posição geográfica de Cabo Verde, que tinha sido uma vantagem estratégica por ser uma importante escala da navegação no Atlântico, passou a ser a razão dos repetidos ataques de que foi alvo após a união das monarquias ibéricas. Estes ataques a Cabo Verde tinham como objectivo criar bases de apoio a países europeus⁹⁸. Cabo Verde tinha um papel essencial no desenvolvimento do comércio e da navegação no Atlântico. Não possuindo meios para enfrentar o corso, a coroa viu-se na necessidade de conjugar medidas de defesa preventivas e diplomáticas que foram

⁹³ Maria Emília Madeira Santos (Coord.), *op. cit.*, 2007, p. 159.

⁹⁴ João Lopes Filho e João Paulo Aparício, *O Forte do Príncipe Real e a Defesa da Ilha de São Nicolau*, Cascais, Patrimónia Histórica, 1998, p. 25.

⁹⁵ Artur Teodoro de Matos, “Rotas Portuguesas do Atlântico”, in: *Oceanos*, n.º 10, Abril de 1992, p. 81.

⁹⁶ António Correia e Silva, *Espaços Urbanos de Cabo Verde. O Tempo das Cidades-Porto*, A.D.F.A., 1998, p. 28.

⁹⁷ *Idem*, p. 36.

⁹⁸ Maria Emília Madeira Santos (Coord.), *op. cit.*, 2007, p. 198.

complementadas por um sistema de defesa naval e terrestre⁹⁹. Em meados do século XVI, por volta de 1565, “a marinha portuguesa detinha 43 embarcações no Oceano Atlântico e com uma guarnição de 2825 homens. Pelos meios e efectivos envolvidos, os Açores (por ser a principal escala das naus da carreira da Índia na torna-viagem) e a Mina (devido ao transporte de ouro) constituíam a prioridade máxima¹⁰⁰”.

Como acima referimos, os mares e os portos do arquipélago de Cabo Verde não tinham forças regulares de protecção naval, assim sendo, o arquipélago estava à mercê dos corsários. Segundo Carlos Alberto de Carvalho, o ciclo de edificação de fortificações militares nas ilhas de Cabo Verde condiz, grosso modo, a dois períodos fundamentais de ocupação das mesmas. “O primeiro corresponde à ocupação do primeiro aglomerado populacional, a cidade de Ribeira Grande de Santiago, e o segundo corresponde à ocupação e consolidação dos principais centros urbanos das outras ilhas: vila de Sal-Rei, na Boavista, Vila da Ribeira Brava/Preguiça, em São Nicolau, vila do Poro Inglês, no Maio, cidade do Mindelo, em São Vicente, e Vila da Praia Maria, em Santiago”¹⁰¹. O mesmo autor nota ainda que “as ilhas não citadas não possuem fortificações militares na verdadeira concepção do termo, sendo que, mesmo nalgum dos casos citados, as fortificações edificadas tiveram mais uma função de persuasão”¹⁰². Como refere o antropólogo cabo-verdiano João Lopes Filho, “em certas épocas, a soberania portuguesa nas ilhas de Cabo Verde era mais consentida pelas grandes potências da época, nomeadamente França, Inglaterra e Holanda, do que pela defesa nela implementada”¹⁰³.

Assim, desde a união Real de Portugal com a Espanha, Cabo Verde vê a sua proficuidade para o poder no Atlântico a aumentar, enquanto o poder de Portugal (metrópole) nesse oceano diminui. Várias nações começaram a progredir no Atlântico. Sobre este assunto, Jorge Borges de Macedo advoga que, “no plano marítimo, do século XV para o século XVIII, os oceanos tinham deixado de ser superfícies indiscriminadas para tomarem finalidade estratégica concreta, com uma dimensão onde os portos, as rotas, as zonas de abastecimento e de consumo, por onde se podiam conduzir tropas, mercadorias, riquezas e cultura tinham passado a ter presença na vida quotidiana da Europa”¹⁰⁴. Mas o domínio do Atlântico seria decidido pela capacidade naval e o uso estratégico dessa capacidade.

⁹⁹ Idem, p. 183-187.

¹⁰⁰ Idem, p. 185.

¹⁰¹ Carlos Alberto de Carvalho, “Panorama do Sistema Defensivo das Ilhas de Cabo Verde, com Incidência na Ex-Cidade de Ribeira Grande”, in: *Arquitectura Militar, do conhecimento histórico à sua função actual*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2005.

¹⁰² Idem, *Ibidem*.

¹⁰³ João Lopes Filho e João Paulo Aparício, *op. cit.*, 1998, p. 25.

¹⁰⁴ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Forças – Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1987, p. 231.

No que ainda diz respeito à luta pela conquista do arquipélago de Cabo Verde, no verão de 1940, a questão da protecção das ilhas atlânticas quanto a uma eventual agressão das potências do Eixo¹⁰⁵ era uma preocupação central da diplomacia norte-americana.

A Segunda Guerra Mundial incumbiu-se de demonstrar (ou de relembrar) que Cabo Verde tem um interesse estratégico vital no Atlântico. As tensas relações sociais, políticas existentes entre os países Aliados e os do Eixo deram a este arquipélago uma forte importância na luta para a conquista e defesa do Atlântico durante a Segunda Guerra Mundial. Desde que o Mediterrâneo foi praticamente fechado à navegação inglesa, as ilhas de Cabo Verde adquiriram grande importância estratégica.

Utilizando as palavras de Artur Teodoro de Matos, “o valor estratégico das ilhas de Cabo Verde marcou desde o início o seu destino: posto avançado no domínio do Atlântico, escala de abrigo e abastecimentos de navios que sulcavam o mesmo oceano [...]”¹⁰⁶. Assim, em vários conflitos ocidentais, o arquipélago de Cabo Verde viu reforçada a sua função no Atlântico, numa conjuntura em que o Oceano funcionava como *espaço fulcral*.



Panorâmica do Forte do Príncipe Real, na Preguiça, ilha de São Nicolau, após a sua “reconstituição”, levada a cabo em 1993, com canhões (encravados com projecteis de calibre superior e com o logótipo do fundidor, com o escudo português e a data de 1791) no seu interior.

¹⁰⁵ Constituído pela Alemanha, Itália e Japão.

¹⁰⁶ Artur Teodoro de Matos, *op. cit.*, p. 81.



No canto noroeste do Forte, foi implantado, em 1993, o padrão comemorativo da passagem de Pedro Álvares Cabral por São Nicolau, aquando da sua viagem ao Brasil. À esquerda da imagem, visualizamos o Padrão comemorativo do quinto centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral, inaugurado em 1966.¹⁰⁷



Fortaleza de São Filipe, Ribeira Grande (Cidade Velha), Ilha de Santiago

¹⁰⁷ Estas imagens foram gentilmente cedidas pelo Dr. José Joaquim Cabral.

2.1.1. CABO VERDE NO ATLÂNTICO (MAPA GEOESTRATÉGICO)

(Distâncias aproximadas referidas no trabalho)



(Elaborado pelo autor)

Estamos convictos de que o simples vislumbre deste mapa seja o suficiente para nos apercebermos da situação privilegiada de Cabo Verde como ponto estratégico determinante no “Atlântico Médio”. Atendendo à posição geográfica do arquipélago, logo se torna evidente a sua natural vocação para se transformar no que desde sempre foi: ponto crucial de interligação entre ambas as margens do Atlântico, entreposto por excelência entre África, as Américas e a Europa.

Em suma, *as vias* da importância estratégica do arquipélago de Cabo Verde podem ser enumeradas da seguinte forma:

I. Em relação ao Atlântico.

I.I. Zona de ligação entre a Europa, África e as Américas.

- a) Tráfego brasileiro;
- b) Tráfego africano;
- c) Ligação com as Caraíbas.

I.II. Posição a Sul no triângulo estratégico (Lisboa-Açores-Cabo Verde), o que lhe permite controlar a navegação do Atlântico Sul para Norte e vice-versa.

I.III. Na perspectiva do Atlântico Sul, no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) Cabo Verde coroa, como vértice a Norte, o triângulo formado por Angola-Cabo Verde-Brasil.

I.IV. Zona de passagem obrigatória, para reabastecimento e não só, em direcção à América do Sul, à Índia e a outras partes da Ásia.

II. Em relação ao Norte da África e ao Mediterrâneo.

II.I. Ponto de apoio rápido em qualquer actividade costeira.

2.2. CABO VERDE E A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO

Entre o século XVI e finais do século XVIII, o Oceano Atlântico “foi o centro da História Portuguesa, cenário dos percursos marítimos que desenhavam um novo mundo, horizonte de trocas comerciais e culturais”¹⁰⁸. As ilhas cabo-verdianas, “para além do seu valor estratégico, tiveram um papel relevante na consolidação do relacionamento entre povos e culturas diferentes. Paragem ocasional ou obrigatória, Cabo Verde, juntamente com os Açores, foi peça importante para o conhecimento do Atlântico Sul”¹⁰⁹.

A partir de 1898, o começo da corrida naval anglo-alemã e o reajustamento do sistema de alianças europeu alteraram o papel de Portugal e deram uma nova e acrescida importância ao espaço atlântico português¹¹⁰ – “o centro das preocupações inglesas passa a estar no Atlântico”¹¹¹.

Os responsáveis ingleses defendiam que para a Inglaterra “o domínio naval é tudo”¹¹². Face a essa importância que o Atlântico passou a ter, e à visão expansionista que a Alemanha tinha em África, Cabo Verde tornou-se extremamente importante, quer para a Inglaterra, quer para a Alemanha, que disputavam estações navais no Atlântico. Mas Londres, que não precisava de Cabo Verde como base activa, já conhecia as ambições alemãs e não estava disposta a aceitar a hipótese de uma base naval alemã neste arquipélago, pois “era impensável dar a Berlim uma base na zona mais sensível para o tráfego marítimo do império – o Atlântico Norte”¹¹³.

Só assim é que a Inglaterra conseguiu manter um potencial inimigo fora das zonas estrategicamente importantes. Porquanto “a Alemanha só tem bases seguras na sua costa” e “as suas colónias da África Ocidental estão longe”¹¹⁴. Com base activa em Cabo Verde, a Alemanha podia pôr em perigo a supremacia inglesa nos mares.

¹⁰⁸ Artur Teodoro de Matos, *op. cit.*, 1992, p. 80.

¹⁰⁹ Idem, *Ibidem*.

¹¹⁰ António José Telo, *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Porto, Edições ASA, 1993, p. 10.

¹¹¹ Idem, p. 25.

¹¹² Idem, p. 68

¹¹³ Idem, p. 28.

¹¹⁴ Idem, p. 43.

Segundo António José Telo, em 1916, a Inglaterra mantinha um esquadrão de cruzadores rápidos na ilha de São Vicente, visando proteger a navegação que vinha do Atlântico Sul contra os corsários alemães de superfície. O Porto Grande não possuía redes anti-submarinas, nem protecção adequada, sendo as únicas defesas que possuía três pequenas canhoiras da marinha portuguesa¹¹⁵.

Quando começou a terceira campanha submarina contra a navegação, em Outubro de 1916, havia cerca de 100 unidades operacionais, das quais 58 estavam no Atlântico. No mesmo ano, os submarinos alemães passaram a visitar Cabo Verde. A falta de segurança tornou-se visível. Devido à falta de defesa, os britânicos retiraram-se de Cabo Verde quando os submarinos alemães começaram a operar na costa ocidental africana.

Na noite de 4 de Dezembro de 1916, um submarino alemão tentou aproximar-se do Porto Grande, na ilha de São Vicente, onde estava uma importante estação de cabos ingleses. Acabaram por se afastar devido a alvos significativos no porto e à presença de uma canhoneira portuguesa¹¹⁶. Mas, oito dias mais tarde, no dia 12, um submarino alemão – *U-151* – atacou Cabo Verde, afundando dois navios aliados no Porto Grande, em São Vicente.

Durante este período, o arquipélago cabo-verdiano surgia como a segunda ordem de prioridade, depois da Madeira que tinha sido atacada pelos submarinos alemães (4 de Dezembro de 1916). Cabo Verde adquiriu uma importância especial desde meados de 1917, por ser um ponto ideal para concentrar os comboios do Atlântico Sul.

Em Fevereiro de 1917, Walter Lippman escreveu que “a segurança do Atlântico é algo pelo qual os Estados Unidos devem lutar. Porquê? Porque nas duas costas do Oceano Atlântico cresceu uma profunda rede de interesses que contribuiu para unir o mundo ocidental. Se essa comunidade fosse destruída, dar-nos-íamos então conta daquilo que tínhamos perdido”¹¹⁷. Durante a Segunda Guerra Mundial, Lippman acrescentou que “o Oceano Atlântico não é a fronteira entre a Europa e as Américas. É o mar interior de uma comunidade de nações aliadas umas às outras através da Geografia, da História e da sua necessidade vital”¹¹⁸.

Cabo Verde, como uma zona de circulação para abastecimento e transporte de bens e mercadorias entre a Europa, as Américas e África, foi muito importante para a luta anti-submarina. Em 1918, a canhoneira *Beira* chegou a Cabo Verde equipada com cargas de profundidade. São Vicente passou a ser protegida nesse mesmo ano com redes anti-submarino¹¹⁹.

¹¹⁵ Idem, p. 97.

¹¹⁶ Idem, p. 105-6.

¹¹⁷ Citado por Luís Andrade, “Os Açores e a II Guerra Mundial”, in: Luís Nuno Rodrigues (Coord.) *Franklin Roosevelt e os Açores Nas Duas Guerras Mundiais*, Fundação Luso-Americana, Lisboa, 2008, p. 125 e 339.

¹¹⁸ Idem, Ibidem.

¹¹⁹ António José Telo, *op. cit.*, 1993, p. 97.

A liberdade do mar atlântico tem a sua chave em Portugal. O triângulo Açores, Madeira e Cabo Verde tem o seu vértice no arquipélago africano. Deste facto ressalta logo a importância de Cabo Verde como ponto estratégico de extrema importância¹²⁰. Este triângulo estratégico, formado pelas ilhas acima referidas, permitia uma fiscalização eficiente do Oceano Atlântico Central e Sul. São essas particularidades que ajudam a explicar o interesse por parte dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Alemanha pelo arquipélago cabo-verdiano durante a Segunda Guerra Mundial. O interesse chegou a tal ponto que tanto o Governo norte-americano como o Governo de Sua Majestade da Grã-Bretanha manifestaram-se a favor da ocupação de Cabo Verde, caso fosse necessário.

Relativamente à defesa do Atlântico Sul, o arquipélago de Cabo Verde confere garantias de segurança. Cabo Verde é fundamental para a na contenção das ameaças de Sul. É “a primeira posição estratégica de todo o vasto Atlântico Sul”¹²¹.

Assim, não seria supérfluo afirmar que Cabo Verde é e continuará a ser fundamental para a fiscalização aero-naval, anti-submarina, de comunicação e de transporte. O arquipélago de Cabo Verde desempenhou, ao longo dos séculos, um papel importante no apoio aos navios que demandavam novas paragens. O seu próprio povoamento foi determinado pela necessidade de estabelecer, no arquipélago, uma base para as carreiras da Europa, África e Américas.

Com o advento da navegação a vapor, no século XIX, foram instalados na ilha de São Vicente depósitos de carvão, visando reabastecer os navios que nas suas viagens demandavam no Porto Grande. Foi esta mesma ilha que recebeu os cabos submarinos que estabelecem comunicações telegráficas (ingleses, italianos e outros) entre a Europa, a América e a África.

Foi, ainda, no século XIX que o arquipélago de Cabo Verde, durante a luta entre a França e a Inglaterra pelo domínio da Europa, teve alguns dos mais decisivos episódios nas águas do Oceano Atlântico. Na Guerra Hispano-americana (ou Guerra de Cuba), devido à sua localização geográfica, Cabo Verde passou a estar, novamente, no centro das decisões. Foi ponto de escala para a navegação espanhola. A partir desta altura, e até à Segunda Guerra Mundial, a importância estratégica de Cabo Verde aumentou gradualmente.

Em 1906, o Governo inglês alertou o seu congénere português “para que não atribuísse a qualquer potência concessões para depósitos de carvão ou de quaisquer outras facilidades nos

¹²⁰ Boletim Geral das Colónias, *Número especial dedicado à viagem de S. Ex.^a o Presidente da República a Cabo Verde, Moçambique e União Sul-Africana*, 1939, p. 82; Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), cota 2025.

¹²¹ Boletim Geral das Colónias, *Número especial dedicado à viagem de S. Ex.^a o Presidente da República a Cabo Verde, Moçambique e União Sul-Africana*, 1939, p. 82; AHU, cota 2025.

portos do Atlântico”¹²². Isso demonstra-nos que a maior potência marítima na altura via com preocupação a eventualidade de outra potência controlar o Oceano Atlântico.

2.3. CABO VERDE NO CRUZAMENTO DAS PRINCIPAIS LINHAS DE NAVEGAÇÃO DO ATLÂNTICO

Na primeira metade do século XIX, devido a uma profunda revolução na tecnologia dos transportes e comunicações marítimas o Oceano Atlântico emerge. Dotado de um magnífico porto natural – o Porto Grande – Cabo Verde (nomadamente a ilha de São Vicente), “pela sua posição geográfica na rota da América do Norte, África, América do Sul e Oriente, emergia no Atlântico como um ponto geoestratégico fundamental”¹²³. Sendo o Atlântico o eixo central da economia mundial de então, as ilhas portuguesas deste oceano foram objecto de um especial interesse da Grã-Bretanha. O papel destes arquipélagos, na viabilização comercial e técnica da navegação a vapor, é visto como sendo de valor inestimável. O surgimento da navegação a vapor permitiu ao arquipélago de Cabo Verde recuperar a importância estratégica que fora perdendo gradualmente entre meados do século XVII e meados do século XIX. Assim sendo, os ingleses solicitaram a Portugal facilidades para a construção de estações de carvoeiras em Cabo Verde¹²⁴.

O arquipélago de Cabo Verde desempenhou um lugar de destaque devido à sua posição geográfica. Para as novas linhas de tráfego, cujas virtualidades se realizam, em força, nos finais da década de 40 de século XIX, isto é, as que ligam o Norte da Europa à América do Sul e a região à rota do Cabo, Cabo Verde configura-lhes uma escala muito mais propícia do que os demais arquipélagos do Atlântico¹²⁵. O arquipélago cabo-verdiano é, nesta rota, a última fronteira do Atlântico oriental. A seguir, só a América do Sul. Portanto, Cabo Verde é aqui o ponto certo para transpor o equinocial.

As rotas marítimas cruzam-se, confluem ou aproximam-se em determinados locais e bem definidos geograficamente, chamados de *Choke Point* – pontos focais. Pode dizer-se que Cabo Verde pertence a uma “zona de concentração na navegação”. A direcção Norte-Sul, o Cabo da Boa Esperança-América Central e Norte, Cabo da Boa Esperança-Europa, Cabo Horn-Europa, Cabo Horn-América Central, constituem as rotas mais importantes no Atlântico Sul. Todas estas rotas

¹²² José Medeiros Ferreira, *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais, Estudos Gerais*, Série Universitária, Lisboa, 1981, p. 103.

¹²³ Cláudia Correia, *op. cit.*, p. 101.

¹²⁴ Em meados do século XIX, instalaram-se em Cabo Verde várias comerciais pertencente a ingleses. Nomeadamente, *Royal Mail, Steam Packet, Patent Fuel, Thomas & Miller, Visger & Miller e Cory Brothers & Co.* Ver Cláudia Correia, *op. cit.*, p. 101.

¹²⁵ António Leão de Aguiar Cardoso Correia e Silva, *Os Ciclos Históricos da Inserção de Cabo Verde na Economia Atlântica: O Caso das Cidades Porto (Ribeira Grande e Mindelo)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, p. 245.

cruzam o equador geopolítico, apenas a rota do Cabo Horn-América do Norte poderá não passar próximo de Cabo Verde¹²⁶.

O facto de as ilhas serem extensas confere uma maior importância ao arquipélago cabo-verdiano. Assim sendo, Cabo Verde, por estar no caminho das grandes linhas de comunicação, tem um valor excepcional por causa da importância da sua posição geográfica no apoio e no controlo das mais importantes rotas atlânticas. No seu papel entre as duas margens do Atlântico, Cabo Verde foi um suporte vital para as comunicações, quer marítimas, quer aéreas, que então davam os seus primeiros grandes passos na travessia atlântica comercial, quer gráficas, quer telefónicas, com estações de amarração de cabos submarinos que no arquipélago se cruzam entre os continentes.

Em 1839, a Companhia das Índias Inglesas, através de Jonh Lewis, já tinha obtido licença para estabelecer um depósito flutuante de carvão e a partir de 1840 foi aumentando o número de navios que deram entrada no Porto Grande. Em 1850 o cônsul inglês John Rendall pediu permissão para criar um depósito que pudesse servir a navegação a vapor entre a Inglaterra e o Brasil. Daí até fim do século, instalaram-se em Mindelo várias companhias inglesas de carvão. Em 1875, o Porto Grande já era o maior porto carvoeiro no Atlântico Médio, sendo que, de 199 vapores de longo curso entrados em 1875, se passou para 1865 no ano de 1889, tendo a partir dessa data começado a diminuir o número de vapores entrados¹²⁷.

Entre 1850 e 1859, Cabo Verde surgiu como “o mais estratégico dos arquipélagos Atlânticos do ponto de vista da náutica a vapor”¹²⁸, devido ao Porto Grande e ao carvão. Como nota Ana Rita Amaro Monteiro, no ano de 1879, a maior parte dos países com interesse nas rotas que passam por Cabo Verde possuíam representação consular ou vice-consular na ilha de São Vicente. Eis alguns exemplos: A Alemanha (cônsul), Bélgica (cônsul geral), Brasil (agente comercial e vice-cônsul), Dinamarca (vice-cônsul), Estados Unidos da América (agente consular), Inglaterra (vice-cônsul), Itália (agente consular), Países-Baixos (vice-cônsul), República do Uruguai oriental (vice-cônsul), Rússia, vice-cônsul), Suécia (vice-cônsul) Noruega (vice-cônsul), Espanha, França, Peru e a Turquia (vice-cônsul)¹²⁹.

No quadriénio 1896-1890, houve um aumento de tráfego de vapores no Porto Grande, em São Vicente, o que levou as empresas italianas, inglesas, alemães e portuguesas a abrirem representações na cidade de Mindelo e a enviarem mãos-de-obra qualificadas para o arquipélago. Já

¹²⁶ António Emílio Sacchetti, “Geopolítica e Geoestratégia do Atlântico” in: *Estratégia*, vol. I, Lisboa, Instituto de Relações Internacionais, ISCSP, 1990, p. 26.

¹²⁷ Ana Cordeiro, “Mindelo: entre a ficção e a realidade”, em: <http://www.buala.org/pt/cidade/mindelo-entre-a-ficcao-e-a-realidade>. (14/09/2010).

¹²⁸ António Leão de Aguiar Cardoso Correia e Silva, *op. cit.*, 2007, p. 246.

¹²⁹ Para mais desenvolvimento, ver Ana Rita Amaro Monteiro, “O Movimento Consular em Cabo Verde nos Finais do século XIX”, in: *Africana*, n.º 4, Porto, Centro dos Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense, Setembro de 1996, p. 120 a 123.

nos finais do século XIX, Cabo Verde passou a estar ligado, regularmente, às grandes metrópoles portuárias, tais como: Londres, Liverpool, Hamburgo, Lisboa, Marselha, Génova, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevideu, Cidade do Cabo e Sidney.

Mas, em 1891, trinta anos depois do início da aventura do carvão, devidos às políticas adoptadas pela coroa portuguesa, as ilhas das Canárias passaram a ser mais importantes de que o arquipélago cabo-verdiano. Conforme nos elucida Cláudia Correia, “[...] a abertura do canal de Suez, o desenvolvimento dos portos de Tenerife e Las Palmas (Canárias), e Dakar (Senegal, que concorrendo com o porto grande, pela oferta de novas vantagens sobre este, que lhe retirariam a importância geoestratégica”¹³⁰. António Correia e Silva nota que “o segredo foi o seguinte: onde os portugueses agravaram os impostos, os espanhóis criaram porto franco; onde aceitaram cartéis e duopólios, os segundos refizeram incessantemente as condições de concorrência; onde os lusos jogaram tudo num único porto (S. Vicente), os espanhóis apostaram na rivalidade inter-ilhas, nos tais pleitos insulares, abrindo dois portos, o de La Luz, em Las Palmas e o de Santa Cruz, em Tenerife”¹³¹.

Conquanto a Guerra anglo-boer, ganhando intensidade no segundo semestre de 1899, fez do Porto Grande da ilha de São Vicente um dos portos mais procurados do Oceano Atlântico, nomeadamente pelos ingleses. A Inglaterra, que considerava o espaço entre Cabo Verde, os Açores e Lisboa um triângulo estratégico (por onde passava o tráfico vital para o seu reabastecimento e o não controlo deste espaço, em caso de conflito, torná-la-ia vulnerável), estava disposta a inviabilizar toda a tentativa de estabelecimento em Cabo Verde de empresas carvoeiras de outras nacionalidades. Logo, era vital assegurar as estações carvoeiras, assim como os postos da emergente rádio telegráfica, para que não caíssem em mãos inimigas, nomeadamente aos alemães¹³².

Nos princípios do século XX, o valor geoestratégico de Cabo Verde não cessou de aumentar, continuando a ser vital para a *Royal Mail* poder assegurar o controlo britânico sobre as rotas do Sul. Sobre este assunto, o historiador Cabo-verdiano, António Correia e Silva, escreveu que “esta sensibilidade acerca da importância das ilhas atlânticas portuguesas – Açores e Cabo Verde – era, no quadro das autoridades britânicas, mais acentuada ainda no *Foreign Office* do que na própria *Royal Mail*”¹³³.

Em 1912, a Comissão dos Correios e Telégrafos e Indústrias Electrónicas do Parlamento (CCTIEP) avaliou o projecto n.º 143-A, referente à instalação da rede rádio telegráfica nos portos

¹³⁰ Cláudia Correia, *op. cit.*, p. 106.

¹³¹ António Correia e Silva, “Canárias no Horizonte”, in: *Estratégia*, n.º 20, Primeiro Semestre 2004, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, *Volume especial dedicado a Cabo Verde*, em: http://www.ieei.pt/files/Canarias_horizonte_Antonio_Correia_Silva.pdf, p. 4. (09/09/2010).

¹³² Ver José Medeiros Ferreira, *Cinco Regimes na Política Internacional*, Lisboa, Editorial Presença, 2006, p. 26.

¹³³ António Leão de Aguiar Cardoso Correia e Silva, *op. cit.*, 2007, p. 341.

atlânticos e emitiu um parecer a informar que “pelo lado militar, sendo Lisboa a base natural e conveniente das operações do Atlântico, não pode deixar de ligar directamente com Cabo Verde, ponto de apoio importantíssimo para uma esquadra própria ou aliada que opere no S.E. e no S.W. do Atlântico, sendo muito fáveis as ligações por cabo submarino, em caso de guerra¹³⁴.

Durante a Primeira Guerra Mundial, na qual Portugal esteve envolvido, é largamente conhecida a importância atribuída às ilhas atlânticas, no qual o arquipélago de Cabo Verde era um essencial ponto de reabastecimento de carvão. A Alemanha e a Inglaterra cobiçaram as ilhas cabo-verdianas devido à sua posição estratégica valiosa. A Alemanha pretendia o domínio explícito do Atlântico e tinha a percepção perfeita do interesse vital de Cabo Verde para os seus intentos de se afirmar como potência europeia, pois, qualquer país que quisesse afirmar-se como potência tinha, incontornavelmente, de deter na sua posse “a chave” dos transportes e comunicações através do Atlântico.

Situado estrategicamente na rota dos acessos ao Mediterrâneo projectando-se para o Atlântico Central e Sul, o arquipélago cabo-verdiano é vital como posto de transbordo e reabastecimento. Por razões de “técnica náutica ou aeronáutica, por motivos de segurança ou ainda por imperativos geopolíticos ou mesmo pelas exigências decorrentes da arquitectura mercantil a ligação comercial e demográfica entre os grandes blocos civilizacionais e económicos peri-atlânticos e a localização do arquipélago cabo-verdiano como escala náutica, como lugar de provimento de água e de víveres, como ponto de descanso das tripulações, de reparação naval e de provimento de combustíveis, são algumas das condições susceptíveis que tornam a posição geográfica de Cabo Verde, de excêntrica e remota, a central e nodal”¹³⁵.

A posição geográfica de Cabo Verde “reservar-lhe-ia uma função importante como local de ensaio, e sobretudo de relacionamento privilegiado entre povos e culturas diferentes”¹³⁶. Assim, a localização geográfica de Cabo Verde converte-se num valor global.

2.4. CABO VERDE E OS CABOS SUBMARINOS

Uma das mais antigas, senão a primeira proposta feita ao Governo português para a imersão de um cabo submarino, foi a do General inglês Wilde, a 30 de Maio de 1855, e referente a uma linha de Portugal aos Açores e deste arquipélago para os EUA. Mais tarde, o pedido foi modificado,

¹³⁴ Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Acta de 15/07/1912, p. 16, cit. por António Leão de Aguiar Cardoso Correia e Silva, *op. cit.*, 2007, p. 341.

¹³⁵ António Leão de Aguiar Cardoso Correia e Silva, *op. cit.*, 2007, p. 353.

¹³⁶ Artur Teodoro de Matos, *op. cit.*, 1992, p. 85.

sendo a linha projectada de Inglaterra a Portugal, devendo seguir para os Açores e Cabo Verde. Fez-se a concepção, mas não foi levada à execução e, por isso, foi anulada a 1 de Junho de 1867¹³⁷.

Entretanto, continuavam as tentativas de ligar Portugal com a América do Sul. Foram numerosas as propostas recebidas neste sentido pelo Governo de Portugal, mas nenhum chegou a ter execução prática. Foi Jules Despecher, representante da companhia inglesa *Companhia Falmout*, “que obteve, a 30 de Novembro de 1871, a concepção do cabo, ainda em plena e perfeita exploração, mas pertencente à *Western Telegraph Company*, que ligava Portugal à Madeira, Cabo Verde e Pernambuco (Brasil)”¹³⁸. Estavam, pois, obtidas as ligações telegráficas, por meio de cabos submarinos, entre Portugal e a Inglaterra e Portugal com a Madeira, Cabo Verde e América Central.

Mais tarde, em 1874, uma subsidiária da *Eastern Telegraph Company* lançou um outro cabo vital da «rede vermelha» que uniu a Inglaterra, à América do Sul. Cabo Verde passou a estar ligado a Bathurst, estação intermédia no trajecto para a África do Sul. Em 1900, a ilha de São Vicente foi ligada a Ascensão, escala numa linha directa para a Cidade do Cabo¹³⁹.

Finalmente, por contrato de 25 de Janeiro de 1906, foi “concedido à companhia *Western Telegraph* e *Eastern Telegraph* o direito de estabelecer um cabo entre a ilha de São Vicente, em Cabo Verde, e a Grã-Bretanha, com um ponto intermédio de marcação, que foi escolhido na ilha do Faial, nos Açores”¹⁴⁰.

No final do século XIX, havia na cidade da Praia a estação telegráfica da *Brazilian Submarine Telegraph Company Limited*, ligando-a à ilha de São Vicente, Guiné, São Tomé e aos Açores. Do Porto Grande, na Cidade do Mindelo, partia um cabo submarino para a América do Sul. Outras, como a *African Direct Telegraph* e a *Western African Direct Telegraph*, também ligavam os continentes do Atlântico Sul através de Cabo Verde.

Na viragem para o século XX, a rede mundial de telegrafia submarina era já muito extensa e competitiva, conservando Portugal no centro dos circuitos estratégicos das ligações transatlânticas.

No início de 1920, a companhia italiana *ITALCABLE* solicitou a Portugal a concessão de cabos tocando nos Açores, em Lisboa e em Cabo Verde. Dois anos mais tarde, o Director Geral dos Negócios Comerciais e Consulares entregou ao Ministério do Comércio e Comunicações as condições especiais que julgava conveniente serem incluídas no processo relativo à amarração de um cabo submarino na ilha de São Vicente.

As condições especiais eram as seguintes:

¹³⁷ Paulo Benjamim Cabral, “Telegraphos”, in: *Notas Sobre Portugal*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, p. 199.

¹³⁸ Idem, p. 200.

¹³⁹ António José Telo, *op. cit.*, 1993, p. 169.

¹⁴⁰ Paulo Benjamim Cabral, *op. cit.* p. 20.

- 1) A concessão para a amarração de um cabo submarino em São Vicente poderia ter lugar sem envolver qualquer exclusivo ou responsabilidade do Governo português;
- 2) A empresa concessionária pagaria, de uma só vez, ao Governo da província de Cabo Verde e na sua Sede, após a concessão e como compensação desta, a quantia de 5.000 libras, destinadas ao melhoramento do Porto de São Vicente;
- 3) As taxas de trânsito e terminais não poderiam ser inferiores às que eram cobradas às outras empresas que amaram os seus cabos em São Vicente, ou que de futuro se vierem a estabelecer;
- 4) As taxas de trânsito e terminais que forem estipuladas seriam integralmente e trimestralmente pagas na seda da Província de Cabo Verde;
- 5) O Governo das Colónias fiscalizaria pelos meios que julgar mais convenientes e necessário as receitas, na sede da empresa em São Vicente, dívidas à província que lhe seriam creditadas mensalmente, como o número de palavras transitadas;
- 6) Os telegramas do Governo teriam a redução de 50% da tarifa ordinária;
- 7) O local para amarração do cabo seria fixado com audição prévia do Governo;
- 8) A empresa concessionária teria na ilha de São Vicente uma estação telegráfica com empregados seus. Sendo possível, esta estação funcionaria na casa onde for a estação principal do Governo, pagando a empresa a renda que se ajustar. Se nesta estação, porém, não houvesse acomodações necessárias, a estação da empresa seria estabelecida em local aprovado pelo Governo. Nesta última hipótese a empresa poderia ser obrigada a destinar, na sua estação, uma ou mais casas destinadas aos empregados do Governo encarregados da recepção e distribuição dos telegramas, pagando o Estado a renda que for convencionada. Se forem em edifício separados, as estações telegráficas do Estado e da empresa, o Governo as poria em comunicação pelos meios mais convenientes;
- 9) Se ao tempo em que começar a exploração do cabo da empresa não existir ainda, na localidade, estação de Estado, o serviço de recepção e distribuição dos telegramas seria feito por empregados da empresa pertencendo a esta, por este serviço, à respectiva taxa terminal;
- 10) Ao Governo ficaria o direito de tomar as medidas necessárias para fiscalizar a execução das disposições que forem estabelecidas na concessão;
- 11) A empresa deveria ser obrigada a ter em Portugal um agente que a represente para todos os efeitos e com o qual possa estar em relação¹⁴¹.

¹⁴¹ Ofício 296/21, da Direcção Técnica do Fomento das Colónias, AHD, MNE, Piso 3, Maço 132, Armário 10.

Em 1924, foi assinado o contrato, entre o Governo português e a Companhia Italiana de Cabos Submarinos (*ITALBACLE*), “para a colocação de um cabo submarino italiano na ilha de São Vicente, em Cabo Verde”¹⁴². Um ano mais tarde, inaugurou-se a ligação, com cinco cabos.

Assim, ficaram ligados por cabos italianos os vértices do “triângulo estratégico Lisboa-Açores-Cabo Verde” que só se encontravam ligados por cabos ingleses. Trata-se de um “caso muito especial de concessão” solicitada em virtude da importância estratégica que é notório ligar-se ao triângulo acima mencionado e por isso é que o Ministério do Comércio e das Comunicações “fez os reparos aludidos”¹⁴³.

Em suma, o ponto mais importante da rede inglesa, a seguir aos Açores que têm um significado estratégico especial, é Cabo Verde (São Vicente), “uma verdadeira placa giratória nas comunicações para a África e América do Sul”¹⁴⁴. António José Telo, acrescenta que “nenhuma das outras «encruzilhadas» na «rede vermelha» – Gibraltar, Malta, Suez, Áden (Iémen), Seicheles, Maurícias, Ascensão, Singapura, Barbados (Carábas) – tem uma importância semelhante”¹⁴⁵.

2.5. A IMPORTÂNCIA DE CABO VERDE NA GUERRA HISPANO-AMERICANA (1898)

Talvez seja a declaração de neutralidade portuguesa por ocasião da Guerra Hispano-americana ou Guerra de Cuba, em 1898, aquela que revela melhor a importância dos portos atlânticos insulares nas relações luso-americanas¹⁴⁶. Com a declaração da neutralidade na referida guerra, Cabo Verde e os Açores estavam no centro da decisão¹⁴⁷. O Porto Grande, em São Vicente, serviu de precioso recurso para as esquadras das nações exclusivas do acesso ao Atlântico Austral e Ocidental pelas cláusulas do Tratado de Tordesilhas. O movimento de redistribuição do mundo atlântico, sob as cinzas do exclusivo ibérico, vai passar decisivamente por São Vicente¹⁴⁸.

A 20 de Abril de 1898, Ferreira Almeida, deputado regenerador e antigo membro da Marinha, referindo-se à insuficiência de meios navais para assegurar o respeito, alertava para os perigos que se levantariam para os portos portugueses de uma possível guerra entre Madrid e Washington. Assim sendo, foram reforçados com artilharia os fortes de Lisboa e enviados navios de guerra para Cabo Verde e Açores¹⁴⁹.

¹⁴² AHD, MNE, piso 3, Maço 132.

¹⁴³ Ofício 296/21, da Direcção Técnica dos Fomento das Colónias, AHD, MNE, Piso 3, Maço 132, Armário 10.

¹⁴⁴ António José Telo, *op. cit.* 1993, p. 181.

¹⁴⁵ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁴⁶ José Medeiros Ferreira, “José Bruno Carreiro, o Almirante Dunn, e o Presidente Wilson: O Triângulo que Nunca Existiu?”, *in*: Luís Nuno Rodrigues (Coord.), *op. cit.*, 2008, p. 61.

¹⁴⁷ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁴⁸ António Correia e Silva, *op. cit.*, 1998, p. 26.

¹⁴⁹ José Medeiros Ferreira, “José Bruno Carreiro, o Almirante Dunn, e o Presidente Wilson: O Triângulo que Nunca Existiu?”, *in*: Luís Nuno Rodrigues (Coord.), *op. cit.*, 2008, p. 62.

No dia seguinte, 21 de Abril, foi a vez do deputado Teixeira de Sousa levantar o problema da presença da força naval espanhola em Cabo Verde, numa interpelação dirigida ao Ministro da Marinha, em que, ante a "gravidade dos perigos" que o facto encerrava, pedia explicações a Dias Costa. Este "esquivou-se", afirmando que ainda se vivia uma situação de paz e que o Governo adoptaria as "providências que [fossem] impostas pelo bem do Estado", caso rompesse a guerra entre os EUA e a Espanha¹⁵⁰.

Sérgio Campos Matos nota que, de acordo com o periódico *Mala da Europa*, "parece correr com insistência que os Estados Unidos se mostram carrancudos connosco por causa da demora em Cabo Verde da esquadra espanhola. Vamos, que querem de nós, os Estados Unidos? Cabo Verde? Os Açores? No Pacífico as Filipinas e no Atlântico um arquipélago [...] uma ilha a menos que seja, não nos parece mal. É melhor tomarem as Canárias. Tomarem a Portugal! [...] Que diria a Inglaterra? Vamos! Se a guerra tem de se alargar, vamos a isso [...]"¹⁵¹.

Desde meados do mês de Abril de 1898, circulava na imprensa a ideia de que os navios de Cervera fariam da ilha de São Vicente, em Cabo Verde, a base das suas operações contra a armada norte-americana que bloqueava Cuba. A permanência da esquadra espanhola em Mindelo, comandada pelo Almirante Cervera, causou a maior das perturbações no relacionamento entre Portugal, Espanha e Estados Unidos¹⁵². Segundo o jornal Açoriano *Diário dos Açores*, citado por José Medeiros Ferreira, o Governo espanhol esperava reunir com as suas esquadras na ilha de São Vicente, onde se abasteceriam de carvão, para rumar conjuntamente para a Cuba¹⁵³.

Relativamente a este assunto, no dia 27 de Abril, o *Diário de Notícias* publicou que o Governo norte-americano notificara o seu congénere português "na conveniência de mandar retirar de imediatamente a esquadra espanhola das águas de Cabo Verde, porque, quando isso não se desse, o Governo dos Estados Unidos considerava Portugal como aliado de Espanha"¹⁵⁴.

Uma semana mais tarde, o periódico *O Século* fazia constar que McKinley, presidente dos EUA, chamara o embaixador português em Washington "questionara-lhe" sobre o consentimento que o Governo português concedera à esquadra de Cervera para que estacionasse em Cabo Verde. No arquipélago, onde já se encontrava a esquadra espanhola, estavam estacionadas mais canhoneiras: *Diu e Rio Ave*¹⁵⁵.

¹⁵⁰ *Diário de Notícias*, 21/04/1898.

¹⁵¹ "A Guerra", *Mala da Europa*, n.º 126, 6-VI-1898, cit. por Sérgio Campos Matos, "A Guerra Hispano-americana (1898): Repercussões em Portugal", em: <http://ler.letras.up.pt> (06/05/2010).

¹⁵² José Medeiros Ferreira, "José Bruno Carreiro, o Almirante Dunn, e o Presidente Wilson: O Triângulo que Nunca Existiu?", in: Luís Nuno Rodrigues (Coord.), *op. cit.*, 2008, p. 61.

¹⁵³ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁵⁴ *Diário de Notícias*, 27/04/1898.

¹⁵⁵ "A guerra hispano-americana", *O Século*, n.º 5848, 24-IV-1898 e "Primeira vitória espanhola?", *Idem*, 5853, 29-IV-1898, cit. por Sérgio Campos Matos, *op. cit.*, em: <http://ler.letras.up.pt> (06/05/2010).

Assim, concluímos que houve uma extraordinária relevância estratégica dos territórios portugueses no Atlântico, sem esquecer as ilhas de Cabo Verde, onde se abasteceu a esquadra espanhola, poucos dias antes de enfrentar a esquadra inimiga do almirante Sampson.

2.6. PROJECTO DE DEFESA DO PORTO GRANDE DA ILHA DE SÃO VICENTE (1898)

A 14 de Outubro de 1898, a Comissão Superior de Guerra, à qual foi presente o projecto de defesa do Porto Grande da ilha de São Vicente, apresentou o resultado do estudo baseado somente nas informações contidas no relatório e no parecer referentes ao projecto.

Subordinada a defesa a um plano baseado no princípio e nas combinações judiciosas e práticas de uma organização defensiva completa, poderiam ser atribuídos a essa defesa os meios de acção e ser executados os trabalhos mais urgentes à medida que o permitissem os recursos do país. Elemento importante de uma tal organização seria “uma marinha de guerra apropriada às necessidades coloniais e dotadas de condições defensiva e ofensivamente suficientes para a acção que lhe fosse destinada e para a luta em que houvesse de tomar parte. De imprescindível dever, e de verdadeiro interesse para a metrópole, era assegurar a defesa do seu tão invejado domínio ultramarino. Não é a ilha de São Vicente digna de menção pela riqueza do seu solo; tem, porém, considerável importância pela sua singular posição geográfica”¹⁵⁶.

As ilhas de Cabo Verde, avançadas no Oceano Atlântico, estão situadas na linha internacional da navegação que liga o “Velho e o Novo Mundo”, e a ilha de São Vicente, uma das mais ocidentais do arquipélago, oferece um grande porto de escala: “o primeiro porto de Portugal, no movimento de navios”¹⁵⁷.

O Porto Grande da ilha de São Vicente, cuja defesa se refere ao projecto submetido ao exame da Comissão Superior de Guerra, é formado por uma extensa baía numa pequena enseada situada na cidade de Mindelo. Próximo do porto há algumas praias: a denominada Matiota é essencial a desembarques. O mesmo não sucede na praia da Galé, esta e o resto da costa são bordadas de rocha e o terreno de difícil percurso.

À vantagem da posição geográfica e às condições naturais do porto juntaram-se os meios de abastecimento e os de comunicação telegráfica, reclamados pela exigente indústria de navegação. Para abastecer os navios que demandavam havia junto à cidade três depósitos e mais distante, na praia Galé, um quarto depósito de carvão. Na praia da Matiota, “amarram dois cabos telegráficos submarinos da companhia *Brasilian Telegraph*, comunicando a Europa com a América e um cabo

¹⁵⁶ Comissão Superior de Guerra, *Projecto de defesa do Porto Grande da ilha de São Vicente, no Arquipélago de Cabo Verde*, Arquivo Histórico Militar (doravante AHM), 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2, p. 1.

¹⁵⁷ AHM, 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2.

da *African* ligando a Europa à rede africana”¹⁵⁸. Assim, o Porto Grande representou não só uma das principais estações carvoeiras da navegação transatlântica, mas também uma das estações mais importantes de telegrafia submarina, estabelecendo comunicação da Europa com as restantes partes de mundo.

Úteis na paz, não eram de menos utilidade na guerra os recursos de que dispunha o portol, como o conflito travado entre a Espanha e os Estados Unidos bem o demonstra.

“Não parece necessário aduzir mais considerações para fundamentar a necessidade de proceder à defesa do Porto Grande da ilha de São Vicente”¹⁵⁹. De Acordo com a Comissão Superior de Guerra, “para um porto como este que dispõe de importantes recursos e é frequentado por grande número de embarcações mercantes e por navios de guerra de todas as nacionalidades, suficientemente justificada a necessidade de nele haver os meios de fazer manter os regulamentos policiais e de fazer respeitar a neutralidade, afirmada pelo país num dado conflito, entre potenciais amigos. E não menos necessário, em caso de guerra, obstar a que o inimigo possa apoderar-se do porto para aproveitar as vantagens que lhe adviriam dos recursos que possui”¹⁶⁰.

A Comissão de Cartografia do Ministério da Marinha procurou satisfazer quanto possível esta necessidade, apresentado o projecto submetido ao exame da Comissão Superior de Guerra.

Nas relações preliminares do relatório que precedeu o mesmo projecto começaram os seus autores por estabelecer que podiam ser adoptadas para a sua elaboração as seguintes hipóteses:

- 1) Colocar o Porto Grande ao abrigo de um ataque dirigido por uma poderosa esquadra em que se compreendiam couraçados de 1.^a classe;
- 2) Defender o Porto Grande e a cidade de Mindelo contra a esquadra em que somente entravam couraçados de segunda ordem ou simples cruzadores protegidos;
- 3) Impedir que se abastecessem nos depósitos de carvão e se servissem dos cabos telegráficos, sem a necessária licença, navios de guerra não protegidos, mesmo isolados, e simples embarcações mercantes¹⁶¹.

Tendo “discriminado os diversos meios de ataque, que podiam ser empregues contra o porto, no prosseguimento do seu estudo”¹⁶² os autores do projecto examinaram, de uma forma geral, os elementos de defesa que havia de opor.

Relativamente à primeira hipótese, foi declarado no relatório que “não poderá ser atendida sem o emprego de poderosos meios defensivos”¹⁶³. Para realizar uma defesa completa, de modo a

¹⁵⁸ AHM, 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2.

¹⁵⁹ AHM, 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2.

¹⁶⁰ AHM, 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2.

¹⁶¹ Comissão Superior de Guerra, *Projecto de defesa do Porto Grande da ilha de São Vicente, no Arquipélago de Cabo Verde*. AHM, 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2, p. 3.

¹⁶² Idem, Ibidem.

colocar o Porto Grande ao abrigo de um ataque, dirigido por uma poderosa esquadra da composição a que se refere a hipótese considerada, seria preciso “recorrer, além da defesa pelas operações das tropas em campanha, à construção de importantes obras de fortificação e ao emprego de numerosa artilharia e especialmente de dispendiosas bocas-de-fogo de grande calibre para tiro de perfuração e para tiro curvo; seria necessário empregar defesas subaquáticas de flutuantes e por último estabelecer os convenientes serviços de iluminação, exploração e informação que completam aqueles meios de acção”¹⁶⁴.

À organização de uma tal defesa opunham-se considerações que não podiam ser menosprezadas. Seria esta organização, como afirmou a comissão das fortificações do reino, “certamente uma aspiração perfeitamente justificável, se acaso a organização defensiva do reino se achasse em via de acabamento, e dentro dos nossos recursos financeiros coubessem as verbas consideráveis despende, para se poderem levar a cabo os poderosos meios de acção que seriam necessários”¹⁶⁵.

A Comissão Superior de Guerra reconheceu o interesse que “sob o ponto de vista político, estratégico e comercial merece o Porto Grande e sente aspiração igual à da comissão do reino, mas também como esta comissão julga dever ter em atenção as circunstâncias financeiras do país e entende que a defesa de Lisboa é de importância primordial e com ela a defesa do reino são as principais garantias do seu domínio ultramarino pela sua importância e urgência [...]”¹⁶⁶.

Na impossibilidade económica de ser executada a organização defensiva do Porto Grande, em harmonia com as exigências de uma defesa completa, a comissão de cartografia do Ministro da Marinha procurou estudar a defesa do porto, tendo em vista os meios de ataque compreendidos nas duas últimas hipóteses que lhe afiguravam traçados pelas circunstâncias financeiras do país.

O sistema defensivo deste projecto consistiu em “estabelecer a defesa da entrada do porto duas baterias”, cada uma com “três bocas-de-fogo de tiro rápido de 15 cm e 40 calibres de comprimento, respectivamente, na ponta do Morro Branco e nas proximidades do Tarrafinho, extremos a baía e distantes um do outro cerca de 3 mil metros”¹⁶⁷.

Segundo o mesmo autor, para a defesa interior do porto e com o fim de evitar operações de desembarque era necessário “abater navios protegidos e conter em respeito embarcações mercantes”. Propunha-se “a execução de duas outras baterias cada uma a três peças de tiro rápido de 75 milímetros e 40 calibres de comprimento, situada à distância de 1 km aproximadamente, nas

¹⁶³ Idem, *Ibidem*.

¹⁶⁴ AHM, 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2,

¹⁶⁵ AHM, 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2.

¹⁶⁶ AHM, 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2.

¹⁶⁷ AHM, 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2.

alturas do Forte Velho e do Fortim d'El-Rei que constituíam os extremos da enseada interior da cidade do Mindelo”¹⁶⁸.

Cintando o relatório, as condições das baterias propostas eram “de excelente cota” e os navios de ataque queriam manter-se distante delas. Para dirigirem os seus fogos com mais segurança teriam de “estacionar no canal entre a ilha de São Vicente e a de Santo Antão”, o que tornaria os seus tiros mais incertos devido às correntes que aí existem e dos fortes ventos que se faz sentir”¹⁶⁹.

De acordo com os autores do projecto, “só por uma imperiosa necessidade se balançaria a forçar a entrada de um porto, defendido conforme o sistema proposto, tendo por isso de se colocar sob os fogos da sua bateria”. Para tomar posse dos depósitos de carvão e da estação telegráfica que existiam no Porto Grande julgavam mais prováveis “os golpes de mão” que podiam ser realizados”¹⁷⁰.

Finalmente, considerando que o projecto representava “um mínimo de trabalhos” a efectuar para a defesa do Porto Grande, terminou o seu parecer acerca do mesmo projecto, julgando-o no caso de ser aprovado. A Comissão Superior de Guerra não pôde deixar de reconhecer o ponto de vista prático das considerações feitas pela comissão de cartografia do Ministério da Marinha e pela comissão das fortificações do reino e estava convencida de que “o projecto de defesa completa teria que ser consideravelmente reduzido, em presença das dificuldades financeiras do país”¹⁷¹. Entendeu que a execução do sistema proposto, conveniente para aprovar a intenção firme de não consentir violação alguma do direito e domínio português, seria útil e eficaz para evitar ou repelir, na maioria dos casos, “um golpe de mão”.

A conclusão do parecer da comissão das fortificações do reino reconheceu como mais urgente “a construção e artilharia das baterias para as bocas-de-fogo de 75 mm, destinadas à defesa interior do porto”¹⁷². Ainda considerou “o sistema do projecto como um mínimo de meios a empregar e de trabalhos a executar para a organização defensiva do Porto Grande da ilha de São Vicente do arquipélago de Cabo Verde”¹⁷³.

¹⁶⁸ Comissão Superior de Guerra, *Projecto de defesa do Porto Grande da ilha de São Vicente, no Arquipélago de Cabo Verde*. AHM, 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2, p. 4.

¹⁶⁹ Comissão Superior de Guerra, *Projecto de defesa do Porto Grande da ilha de São Vicente, no Arquipélago de Cabo Verde*. AHM, 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2, p. 4.

¹⁷⁰ AHM, 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2.

¹⁷¹ AHM, 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2.

¹⁷² Comissão Superior de Guerra, *Projecto de defesa do Porto Grande da ilha de São Vicente, no Arquipélago de Cabo Verde*. AHM, 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2, p. 4.

¹⁷³ Comissão Superior de Guerra, *Projecto de defesa do Porto Grande da ilha de São Vicente, no Arquipélago de Cabo Verde*. AHM, 2.^a Divisão, 3.^a Secção, Pasta 2, p. 4.

CAPÍTULO III: PORTUGAL E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

*“Felizmente os deveres da nossa aliança com a Inglaterra,
que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave,
não nos obrigam a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade”.*

(Oliveira Salazar)¹⁷⁴

¹⁷⁴ António de Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas 1938-1943*, Vol. III, 2ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, p. 174.

3.1. A NEUTRALIDADE COMO INSTRUMENTO DE PAZ E SALVAGUARDA DA SOBERANIA NACIONAL

Com a invasão da Polónia por parte da Alemanha, a 1 de Setembro de 1939, deu-se o início da Segunda Guerra Mundial. Neste mesmo dia, Salazar, num discurso dirigido ao país, disse que “felizmente os deveres da nossa aliança com a Inglaterra, que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave, não nos obrigam a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade”¹⁷⁵, declarando assim a neutralidade portuguesa perante o conflito. A manutenção do estatuto de neutralidade era o principal objectivo político-estratégico de Salazar durante o decorrer do conflito.

A rapidez com que Salazar anunciou a neutralidade de Portugal, os interesses que esta anúncio envolveu, a quem serviu e como foi utilizada no decorrer do conflito, consoante pendia o domínio de um dos dois blocos beligerantes, passando pela “neutralidade colaborante” associada à cedência das pretensões do Reino Unido na concessão de facilidades nos Açores, leva-nos a percorrer toda a política interna e externa do Governo português durante os seis anos de Guerra.

Em primeiro lugar, a neutralidade como um dever da aliança portuguesa com o Governo britânico leva-nos a incluir Portugal na esfera dos interesses estratégicos da Inglaterra e a neutralidade no quadro da aliança luso-britânica. Lisboa queria seguir com Londres a neutralidade mais benevolente possível, mas desde que essa situação parecesse ser de maior vantagem mútua e essa garantia foi dada pela Inglaterra¹⁷⁶. Em segundo lugar, a rapidez da declaração de Salazar, antecipando-se à tomada de decisão de Franco, teve como objectivo “arrastar” a Espanha para a neutralidade, aproveitando o facto de Madrid estar esgotada e debilitada em resultado de três anos de Guerra Civil. Assim, objectivou-se o interesse comum dos dois países da aliança: a neutralidade da Península Ibérica. Salazar salvaguardou a paz, alcançou a neutralidade e manteve a velha aliança luso-britânica.

Como notou Luís Nuno Rodrigues, a independência nacional, a integridade do país no seu todo pluricontinental e a manutenção do regime e das instituições vigentes eram os três objectivos fundamentais de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial¹⁷⁷. A tomada de posição tão rápida da neutralidade portuguesa perante a deflagração da guerra foi previamente estudada e analisada pelos Governos de Londres e Lisboa, em 1939.

¹⁷⁵ *Diário de Notícias*, 2 de Setembro de 1939.

¹⁷⁶ Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Dez Anos de Política Externa (1936-1947) – A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial* (doravante DAPE), vol. X, imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, p. 294-296.

¹⁷⁷ Luís Nuno Rodrigues, *No Coração do Atlântico: Os Estados Unidos e os Açores (1939-1949)*, Lisboa, Prefácio, 2005, p. 14.

Apesar de Portugal e Espanha terem assinado o Pacto Ibérico¹⁷⁸ e declarado a neutralidade logo após a eclosão do conflito, era latente a instabilidade em Espanha e a hipótese de Madrid se inclinar para o lado do Eixo. Neste contexto de incerteza, Lisboa e Londres receavam que Espanha não resistisse às pressões de Hitler, permitindo que este atravessasse o seu território, e daí invadir Gibraltar e Portugal. Assim, Portugal ao “dar as mãos” aos dois países historicamente antagónicos (Grã-Bretanha e Espanha) criou um equilíbrio insólito do ponto de vista da História destes três países, vislumbrando-se aqui uma outra perspectiva da neutralidade portuguesa.

Numa conversa com o Secretário-Geral, o embaixador inglês reconheceu que caso Portugal mantivesse a Espanha neutral em caso de guerra era “o melhor serviço que podia prestar”¹⁷⁹ ao Governo Inglês. Numa carta enviada ao embaixador Armindo Monteiro, Salazar escreveu que queria seguir com a Inglaterra a neutralidade mais benevolente possível, mas desde que tal situação fosse de vantagem mútua e julgava que “só devia comprometer por necessidade imperiosa da aliança, e não questões secundárias, que ela pudesse resolver por outros meios”¹⁸⁰.

Assim sendo, não há quaisquer dúvidas de que a neutralidade portuguesa, na Segunda Guerra Mundial, correspondeu aos interesses estratégicos da Grã-Bretanha. Esta neutralidade era encarada pela Inglaterra “como o elemento central de um desígnio mais vasto que era a neutralização da Península Ibérica”¹⁸¹.

As relações luso-britânicas durante a II GM são pautadas por uma série de conflitos centrados essencialmente em cinco tipos de problemas principais: (i) os rigores do bloqueio britânico; (ii) a definição das condições em que Portugal face a um ataque alemão à península devia abandonar a neutralidade; (iii) Governo retirar-se para os Açores; (iv) o conseqüente plano de destruições a

¹⁷⁸ Apesar de inicialmente o conflito estar circunscrito à Europa central, Portugal apresenta-se como um país periférico. É com Espanha a sua única fronteira terrestre que tinha de se afirmar para salvaguardar a paz e estabelecer um relacionamento estreito de forma a preservá-la. Foi com o intuito de salvaguardar a neutralidade que foi assinado a 17 de Março de 1939 com a junta de Burgos, liderada por Franco, o Tratado de Amizade e Não Agressão Luso-Espanhol, também designado por Pacto Ibérico. Foi desenvolvido enorme esforço diplomático entre Lisboa-Madrid-Londres e do qual resultou, a 29 Julho de 1940, o aditamento do Protocolo Adicional ao Pacto de Amizade e Não Agressão, onde se reitera a declaração conjunta de neutralidade estrita pelo prazo estabelecido de cinco anos, prazo durante o qual, o tratado foi respeitado entre os dois “irmãos ibéricos”. É de realçar que este protocolo foi concretizado com o acordo da Inglaterra. Foi mais uma estratégia da Inglaterra para manter a península fora do conflito. A parte relevante do Protocolo Adicional diz que “os dois Governos se obrigam a consertar entre si acerca dos melhores meios de salvaguardar quanto possível os seus mútuos interesses, sempre que se prevejam ou verifiquem factos que pela sua natureza possam comprometer a inviolabilidade dos respectivos territórios metropolitanos ou constituir perigo para a segurança e independência de uma ou outra das duas partes” (AHD). Este Protocolo Adicional vinha obrigar os dois Estados a um processo de consultas mútuas sempre que previssem ou ocorressem factos que pela natureza pudessem comprometer a inviolabilidade dos seus respectivos territórios metropolitanos ou constituir perigo para a segurança ou independência de uma ou de outra das partes.

¹⁷⁹ DAPE, vol. II p. 489 e vol. VI, p. 6-7.

¹⁸⁰ Idem, vol. VI, p. 25.

¹⁸¹ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, 2005, p. 15.

realizar em caso de ocupação estrangeira; (v) a questão do volfrâmio”¹⁸². Quando a Inglaterra se apercebeu-se da inevitabilidade da vitória de Franco e na força adquirida pela Alemanha e pela Itália no seio da Espanha nacionalista, Portugal reassumiu um papel estratégico vital para a política internacional britânica que antecedeu e preparou o conflito. Salazar tornava-se o *pivot* da neutralização no espaço peninsular, o garante de Gibraltar, do mediterrâneo e das ilhas atlânticas¹⁸³. Foram relações de altos e baixos.

Conquanto, durante uma grande parte do conflito “a neutralidade portuguesa serviu os interesses da Alemanha”, que acabou por beneficiar de “inegáveis vantagens”. Foi através de Portugal que a Alemanha recebeu alguns produtos fundamentais, tais como o “petróleo americano e os seus derivados”, “fosfato do Norte da África, várias matérias-primas coloniais” e o volfrâmio¹⁸⁴. Depois do colapso da França, o comércio entre Portugal e Alemanha aumentou consideravelmente e Salazar ampliou muito a disponibilidade portuguesa¹⁸⁵.

Assim sendo, a neutralidade portuguesa foi vantajosa, quer para o país, quer para os Aliados, quer para os do Eixo. Durante o conflito, no contexto internacional, Salazar utilizou a seu favor um conjunto de elementos que lhe permitiram obter vantagem acima do seu peso e força relativa¹⁸⁶. A transformação de Lisboa numa espionagem de guerra foi uma outra facilidade que Salazar soube estender ao Eixo e aos Aliados, como contributo para a aceitação mútua da neutralidade portuguesa¹⁸⁷.

Contudo, a lógica da neutralidade portuguesa também decorreu da sua capacidade financeira, longe de satisfazer as necessidades mínimas que o esforço de guerra envolveria, como também “não é de excluir que entre os vários factores esteja até a própria capacidade militar do sistema de defesa português da altura”¹⁸⁸, cuja debilidade foi referida “sem cabeça e sem membros” num relatório apresentado em 1939 pelo Major-General Morais Sarmiento¹⁸⁹. Sobre este assunto, a Legação dos EUA em Lisboa disse que a preparação militar de Portugal e o seu equipamento eram “negligenciáveis”, que o Exército e a Polícia eram suficientes para a manutenção da ordem interna, mas “para pouco mais serviam”¹⁹⁰. No que ainda diz respeito à situação militar português, o

¹⁸² Júlia Leitão de Barros, “Anglofonia e a Germanofolia em Portugal Durante a Segunda Guerra Mundial”, in: AAVV, *Portugal na Segunda Guerra Mundial, Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 94.

¹⁸³ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁴ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, 2005, p. 16.

¹⁸⁵ José Freire Antunes, *Roosevelt, Churchill e Salazar, A Luta Pelos Açores 1941-1945*, Madrid, Ediclube, 1995, p. 21.

¹⁸⁶ António José Telo, “Os Açores e a neutralidade portuguesa na 2.ª Guerra Mundial”, in: *Os Açores e a Segunda Guerra Mundial*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura (IAC), 2007, p. 17.

¹⁸⁷ José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 25.

¹⁸⁸ José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares – Força Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Estampa, 2.ª Edição, p. 204.

¹⁸⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁰ José Medeiros Ferreira, *Cinco Regimes na Política Internacional*, Lisboa, Editorial Presença, 2006, p. 69.

General Humberto Delgado, numa carta dirigida ao Ministro da Guerra, Fernando Santos Costa, escreveu que lamentava “imenso ver o país tão partido, que estava como em 1808, (desgraçadamente) e o próprio exército”, o que era “lamentável”¹⁹¹. Timor era o rosto deste “país partido”, ou seja, da ausência do factor militar para manter a soberania.

Até aqui, analisámos a neutralidade portuguesa, contextualizando-a no país real à data do início do conflito e como resolveu e correspondeu aos interesses e desígnios do país, mas também como correspondeu ao interesse estratégico e serviu o mais alto desígnio Inglês.

Salazar escreveu a Teotónio Pereira, embaixador de Portugal em Madrid, a dizer que a guerra parecia-lhe “ter extensão demasiada” e quanto a Portugal, os motivos de preocupação tinham aumentado – no Extremo Oriente e no Atlântico –, não sabendo se os maiores perigos nos viriam dos “nossos amigos ou se daqueles que os nossos amigos têm como inimigos”¹⁹². Em Macau e Timor, a situação era, em virtude do alargamento e formas do conflito, bastante difícil¹⁹³. Qualquer agressão inimiga ao território ou soberania de Portugal advinha de ambos os grupos beligerantes. Salazar viu que a “neutralidade estava a expirar”, admitiu que tal ocorrência pudesse constituir um precedente e que o arquipélago dos Açores era a região do país que se seguia e quiçá Cabo Verde¹⁹⁴. Uma vez que a orientação do ataque dos Alemães era desde o início dirigido pelo mediterrâneo.

Perante a ocorrência da invasão de Timor e pelo litígio que o volfrâmio provocou, Salazar “mudou o tom” e depois de discurso perante os Aliados, (agora “aliados democráticos”), e com receio de que a política externa portuguesa tomasse outros rumos.

Se Portugal participasse ao lado dos Aliados atrairia a hostilidade da potência continental (a Alemanha) com a possível consequência a invasão do território *continental metropolitano* por parte de alemães e espanhóis; apoiar o Eixo significaria potenciar às potências marítimas, (EUA e a Inglaterra) o ensejo de ocupar e dominar os arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde e as posições costeiras do Atlântico¹⁹⁵. Sobre este assunto, o General Humberto Delgado notou que “na verdade, entre o factor geográfico – o primeiro dominador da política internacional através da história, o que nos fez sempre passar maus bocados quando o atropelámos (factor que nos aproxima da Inglaterra) e o factor político interno de momento, semelhança de regimes, (que nos puxa para o Eixo)” fazia-o

¹⁹¹ Manuel Braga Cruz, *Correspondência de Santos Costa, 1936-1982*, Verbo, 2004, p. 162.

¹⁹² Salazar refere às forças do Eixo não como nosso inimigo, mas sim “aqueles que os nossos amigos têm como inimigos”.

¹⁹³ DAPE, vol. X, p. 284.

¹⁹⁴ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, 2005, p. 20.

¹⁹⁵ José Freire Antunes, *Roosevelt, Churchill e Salazar; A Luta Pelos Açores 1941-1945*, Madrid, Ediclube, 1995, p. 17.

“inclinando a querer” que uma vitória *retumbante* do Eixo podia trazer desgraças para um país que é atlântico como é Portugal”¹⁹⁶.

Assim, a posição estratégico-militar de Portugal constituía um factor dilemático, aconselhando a neutralidade¹⁹⁷. Portugal, durante a Segunda Guerra Mundial, manteve uma neutralidade duplamente permitida pelos Aliados e pelo Eixo¹⁹⁸. Salazar soube explorar a complexidade geográfica deste “Portugal mediterrâneo por natureza e Atlântico por posição”¹⁹⁹, quer no seu espaço europeu e das colónias, quer na África, quer na Ásia, para prosseguir os objectivos da sobrevivência nacional e da salvaguarda territorial²⁰⁰.

Durante 1941-1942, a neutralidade portuguesa baseou-se em três factores: (i) lealdade de princípios à aliança luso-inglesa e a aceitação do mínimo dos mínimos, que seria o apoio de Churchill em caso de ataque de Hitler; (ii) satisfação dos interesses de Hitler, mas bloqueio à entrada inglesa nas ilhas atlânticas; (iii) repúdio de qualquer compromisso político com Roosevelt²⁰¹.

Em suma, a neutralidade portuguesa divide-se em três fases: (i) a primeira ocorreu desde o início do conflito até à conquista da França por parte da Alemanha, de 19 de Setembro a Junho de 1940. A supremacia do Eixo era clara; (ii) a segunda sucedeu entre Junho de 1940 a Junho de 1941. Segundo António José Telo, este foi o período de maior perigo para a neutralidade portuguesa, pois a Alemanha se sentia “tentada a investir numa estratégia marítima” e elaborou planos para dominar as ilhas atlânticas portuguesas²⁰²; (iii) a última decorreu quando o conflito se tornou mundial com a invasão a Rússia por parte da Alemanha e a Ocupação do Norte da África por parte dos Aliados, ou seja entre Junho de 1941 e Maio de 1943²⁰³. Nesta fase, a Alemanha já não pretendia ocupar as ilhas atlânticas portuguesas.

Na nossa modesta opinião, a neutralidade portuguesa não pode ser globalmente entendida fora do quadro da aliança luso-britânica, pois esta correspondeu ao próprio interesse estratégico de ambos os países. Para Portugal, representou a garantia da paz, da soberania e do império. Enquanto para a Inglaterra, a defesa das rotas do atlântico – “a Inglaterra precisava do Atlântico, não da Europa” – era essencial para manter a hegemonia económica que o império sustentava, bem como

¹⁹⁶ Manuel Braga Cruz, *op. cit.*, p. 162.

¹⁹⁷ Maria Carrilho, “Política de Defesa e de Rearmamento”, in: *Portugal na Segunda Guerra Mundial, Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 20.

¹⁹⁸ José Freire Antunes, *Salazar e Caetano, Cartas Secretas 1932-1968*, Difusão Cultural, 1994, p. 45.

¹⁹⁹ Pequito Rebelo, cit. por Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, p. 39.

²⁰⁰ José Freire Antunes, *op. cit.*, 1994, p. 45.

²⁰¹ José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 66.

²⁰² António José Telo, “Os Açores e a neutralidade portuguesa na 2.^a Guerra Mundial”, in: *Os Açores e a Segunda Guerra Mundial*, Angra do Heroísmo, IAC, 2007, p. 23.

²⁰³ Idem, p. 28.

indispensáveis na luta contra as forças do Eixo travadas necessariamente pelo mediterrâneo, determinada pelo bloqueio do Norte da Europa continental.

Estamos convictos que, acima de tudo, o comportamento neutral de Portugal se deveu a muitos factores. Foi motivado não apenas pelo seu posicionamento político e ideológico face ao conflito, mas também por uma conjugação variável de tradições históricas (a aliança luso-inglesa), factores domésticos ou internos (volfrâmio) e por peculiares definições do “interesse estratégico nacional” do país (soberania e integridade do império).

CAPÍTULO IV: CABO VERDE E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

“The Cape Verde Islands are only 7 hours' distance from Brazil by bomber or troop-carrying planes. They dominate shipping routes to and from the South Atlantic”. (Franklin D. Roosevelt)²⁰⁴

²⁰⁴ Discurso do Presidente norte-americano, Roosevelt, a 29 de Maio de 1941, em: <http://www.ibiblio.org/pha/7-2-188/188-26.html>.

4.1. A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DE CABO VERDE NA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA (1939-1945)

Como já referimos, o interesse dos Estados Unidos da América e da Inglaterra pelas ilhas portuguesas do Atlântico vinha de longa data. Durante a Segunda Guerra Mundial, a administração Roosevelt manifestou apreensão pelo que pudesse vir a acontecer ao arquipélago de Cabo Verde, o que explica o facto do Governo de Oliveira Salazar ter podido contar com o seu auxílio, caso fosse necessário.

É o que podemos constatar quando, a 18 de Junho de 1940, Bianchi, embaixador de Portugal em Washington, escreveu o seguinte: “[...] fazer saber a Oliveira Salazar o alto interesse dos Estados Unidos da América pela situação das ilhas pertencentes a Portugal e pedir ao Governo português que comunique ao seu congénere norte-americano qualquer suspeita de facto ou circunstância que possa afectar. A qualquer informação deste género dará o Governo dos Estados Unidos a mais imediata e séria consideração [...]”²⁰⁵.

Do ponto de vista dos EUA, a estratégia não só é imediatamente compreensível como perfeitamente justificada. Tanto mais quanto, se tivermos em atenção a sua posição nos Açores e a conjugação das magníficas potencialidades da rede natural de Portos de Cabo Verde, logo nos percebemos do sentido e da importância de uma possível linha de defesa e segurança que importa aos EUA instituir e garantir.

Este interesse por parte dos EUA em Cabo Verde tinha a ver, fundamentalmente, com a defesa e integridade do seu território, devido ao expansionismo alemão. Era neste contexto que Cabo Verde e os Açores desempenham um papel primordial na política externa portuguesa durante o conflito²⁰⁶.

Roosevelt reconheceu este facto quando se referiu às ilhas Atlânticas no seu discurso de 29 de Dezembro de 1940, proclamando a existência de um estado de emergência nacional ilimitado e delineando a política dos Estados Unidos face aos desenvolvimentos da situação mundial. O Presidente norte-americano comunicou que o programa de ajuda do seu Governo às democracias “*had been based on a hard-headed concern for our own security and for the kind of safe on a civilised world in which we want to live*” e que os alemães não poderiam atingir os seus objectivos de dominação mundial “*unless they first obtain control of the seas*”. Referiu-se ainda à Batalha do Atlântico, dizendo que “*the rate of nazi sinkings of merchant shimps was more than three times as*

²⁰⁵ Telegrama do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiro, em DAPE, p. 270.

²⁰⁶ Telegrama do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington, em DAPE, vol. VII, p. 285-287.

high as the capacity of British Shipyards to replace those ships; the rate was more than twice the combined British and American output of merchant ships at that time [...]”²⁰⁷.

Referindo um trecho publicado por Lippman, Roosevelt expressou que “devemos perguntar-nos se não será preciso declarar que as ilhas do Atlântico estão incluídas no Acto de Havana, na Doutrina *Monroe*²⁰⁸ e na necessidade de defesa do hemisfério como fundamento de que é mais seguro impedir que caiam nas mãos dos agressores do que emendar consequências quando já tiverem caído”²⁰⁹. É notório a preocupação não só por parte de Governo norte-americano, como também da sua opinião pública, com a importância dos arquipélagos portugueses no Atlântico para a defesa do território norte-americano.

O arquipélago de Cabo Verde constituía uma peça fundamental na defesa avançada dos Estados Unidos e não só. Tanto era assim que a nação norte-americana ver-se-ia forçada a “[...] estender o seu manto protector da Doutrina *Monroe* até e aos Açores”²¹⁰, mas também a Cabo Verde, caso a Espanha e Portugal fossem invadidos pelos nazis. Claramente, o que aqui está implícito é a preocupação do Governo de Roosevelt pelo destino dos mares, imprescindível às potências marítimas da altura, como era o caso dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Sobre este assunto, o embaixador de Portugal em Londres, Armindo Monteiro, escreveu a Oliveira Salazar a informar-lhe que “a linha geral da política dos Estados Unidos não nos deixa olhar com optimismo para o problema da defesa dos Açores e de Cabo Verde – sobretudo tendo em conta o facto, confirmado por longa experiência, de que para as grandes nações, quando os seus interesses entram em jogo, pouco são ou pouco representam os direitos, mesmo velhos e bem fundamentados, dos povos fracos”²¹¹.

Daí a necessidade de proteger as ilhas de Cabo Verde e as açorianas, a fim de tentar evitar qualquer ocupação por parte da Alemanha e salvaguardar qualquer pretexto dos Estados Unidos e da Inglaterra para ocuparem o arquipélago cabo-verdiano e/ou dos Açores. Sabendo que fazia parte dos planos de guerra da administração Roosevelt a ocupação pela força dos dois arquipélagos acima referidos se tal fosse necessário, Salazar estaria disposto a resistir a qualquer agressão²¹².

²⁰⁷ Discurso de Roosevelt, a 29 de Dezembro de 1940, em: <http://www.ibiblio.org/pha/paw/193.html>. (27/01/2010).

²⁰⁸ A Doutrina *Monroe* foi elaborada em 1823 e inspirada pelo Secretário de Estado John Quincy Adams, assinala a americanização da política externa dos EUA e postula a ideia de que o Hemisfério ocidental seria uma área essencialmente aberta à influência económica e ao controlo político dos EUA, negando às potências Europeias o direito de interferência nos seus assuntos.

²⁰⁹ Telegrama do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministros dos Negócios Estrangeiros, em DAPE, vol. VII, p. 539-540.

²¹⁰ Ofício do Ministro de Portugal a Washington ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em DAPE, vol. VIII, p. 31.

²¹¹ Telegrama do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em DAPE, vol. VIII, p. 297.

²¹² Telegrama do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington, DAPE, vol. VIII, p. 291.

O interesse dos EUA pelos arquipélagos portugueses do Atlântico era grande, existindo planos estratégicos específicos para os ocupar se a conjuntura internacional assim o exigisse. As referências à ocupação de Cabo Verde nos EUA continuavam a ser o pretexto, como já exposto: assegurar a defesa dos Estados Unidos e garantir o acesso à África, e ao Atlântico Sul.

Relativamente a este assunto, o Senador Wheeler deu a entender que a sua opinião sobre a medida diferiria conforme ela fosse puramente defensiva ou ofensiva e, mostrando não acreditar no aspecto defensivo, “declarou em atitude crítica que não passará antes que estejamos ocupando Dacar, os Açores e Cabo Verde”²¹³. O Senador Pepper proferiu “esperar que os EUA estivessem prontos a ocupar os Açores, Cabo Verde, Madeira e as Canárias se o Presidente encontrar os provas de que Hitler se preparava para as ir tomar, pois sabemos que ele só os tomaria para fins agressivos”²¹⁴. Pois “estavam numa categoria nacional e geográfica diferente”²¹⁵.

Ainda sobre os discursos de Roosevelt, no dia 27 de Maio de 1941 o Presidente norte-americano aludiu aos Açores e a Cabo Verde como sendo essenciais para a defesa dos Estados Unidos e da América do Sul.

Foram várias as correspondências e encontros entre o Governo norte-americano e o brasileiro sobre a defesa das ilhas de Cabo Verde e a importância do arquipélago na defesa do Atlântico Sul. Os contactos entre os dois chefes de Estado descrevem que os Estados Unidos estava “seriamente preocupado” com o que poderia vir a acontecer em Portugal, mais concretamente nas ilhas Atlânticas²¹⁶.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, afirmou que “o Brasil tem um interesse primordial na manutenção da integridade do Império Ultramarino Português, sobretudo em África. Devido à expansão atlântica do Brasil, não convém que as costas portuguesas de África mudem de mãos. Não se trata, como se vê, de razões sentimentais. A nossa liberdade, presente e futura, funda-se em razões políticas”²¹⁷. Assim, para a salvaguarda do seu território face a uma invasão por parte da Alemanha, ao Brasil interessava que Portugal preservasse as ilhas atlânticas, nomeadamente o arquipélago de Cabo Verde que fica a poucas horas de voo de Natal.

Num telegrama que Bianchi endereçou a Oliveira Salazar, no dia 11 de Junho de 1941, o embaixador português notou que o seu homologado brasileiro em Washington, Carlos Martins, lhe

²¹³ Telegrama do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em DAPE, vol. IX, p. 43.

²¹⁴ Idem, Ibidem.

²¹⁵ Distinção feita entre a ocupação da Islândia, e Gronelândia e a ocupação de Cabo Verde e dos Açores, pelo Senador George, Presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros do EUA, ver telegrama de Bianchi a Oliveira Salazar, em DAPE, vol. IX, p. 43.

²¹⁶ Telegrama de Bianchi a Oliveira Salazar, em DAPE, vol. VIII, p. 536-537.

²¹⁷ Relato de algumas conversas do Sr. Dr. Augusto de Castro, como membro da embaixada especial portuguesa, em Julho e Agosto de 1941, como o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Dr. Oswaldo Aranha, em DAPE, vol. IX, p. 205.

entregou “uma interessante declaração confidencial de que o Presidente Roosevelt, em conversa com ele sobre o perigo alemão e referindo-se sempre a Dacar, Açores, Cabo Verde e Natal e outros pontos da costa do Brasil, sugeriu a conveniência de tentar um acordo com Portugal, contando para isso com a influência do Brasil”²¹⁸.

Ainda, de acordo com a mesma carta, “o embaixador Carlos Martins disse a Roosevelt categoricamente que o Governo brasileiro só poderia entrever tais propostas se a iniciativa partisse do Governo português, mas nunca dar-lhe iniciativa”²¹⁹. Segundo Oswaldo Aranha, “os Açores e Cabo Verde são as fronteiras comuns entre o Brasil e Portugal, e não fronteiras com os Estados Unidos da América. A sua segurança e a integridade portuguesa são problemas luso-brasileiros”²²⁰.

Como já mencionamos, o arquipélago de Cabo Verde, assim como os Açores, era de grande importância para os EUA, como constata num *memorandum of oral conversation* do Assistente do Secretário de Estado norte-americano a Oliveira Salazar, que escreveu que “*i appreciate this opportunity to meet you, to bring you the personal respects of Secretary Byrnes and to discuss with you in broad outline the negotiation of a Satisfactory agreement between our two Governments for the use of the Azores and Cape Verde Islands in the interest of security in the Atlantic. [...] The Government of the United States desires to come an agreement with Portugal for joint use and operation of extensive airbase rights and privileges in the Azores and Cape Verde Islands*”²²¹.

Acrescentou que “*the Secretary has asked me to come here in order to submit for your consideration an assurance such as has never been proposed by the Government of the United States to any power outside of the Western Hemisphere. This assurance would contemplate an understanding that any threat to the territorial security of Portugal would constitute a threat to the security of the Atlantic and of the world as a whole and would therefore represent a problem of paramount interest to the Government of the United States, by reason of its commitments under the United Nations, is obliged to use force against any aggressor in the maintenance of peace. Should the United Nations, through the Security Council, fail for any reason to act in the event of such aggression, the Government of the United States would be prepared to consult immediately with the Portuguese Government with regard to this situation. This assurance would be predicated upon the*

²¹⁸ Telegrama do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em DAPE, vol. VIII, p. 537.

²¹⁹ Idem, Ibidem.

²²⁰ Relato de algumas conversas do Sr. Dr. Augusto de Castro, como membro da embaixada especial portuguesa, em Julho e Agosto de 1941, como o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Dr. Oswaldo Aranha, em DAPE, vol. IX, p. 205.

²²¹ DAPE, vol. XIII, p. 461

Portuguese Government granting the desired airbase rights and privileges in the Azores and in the Cape Verde islands”²²².

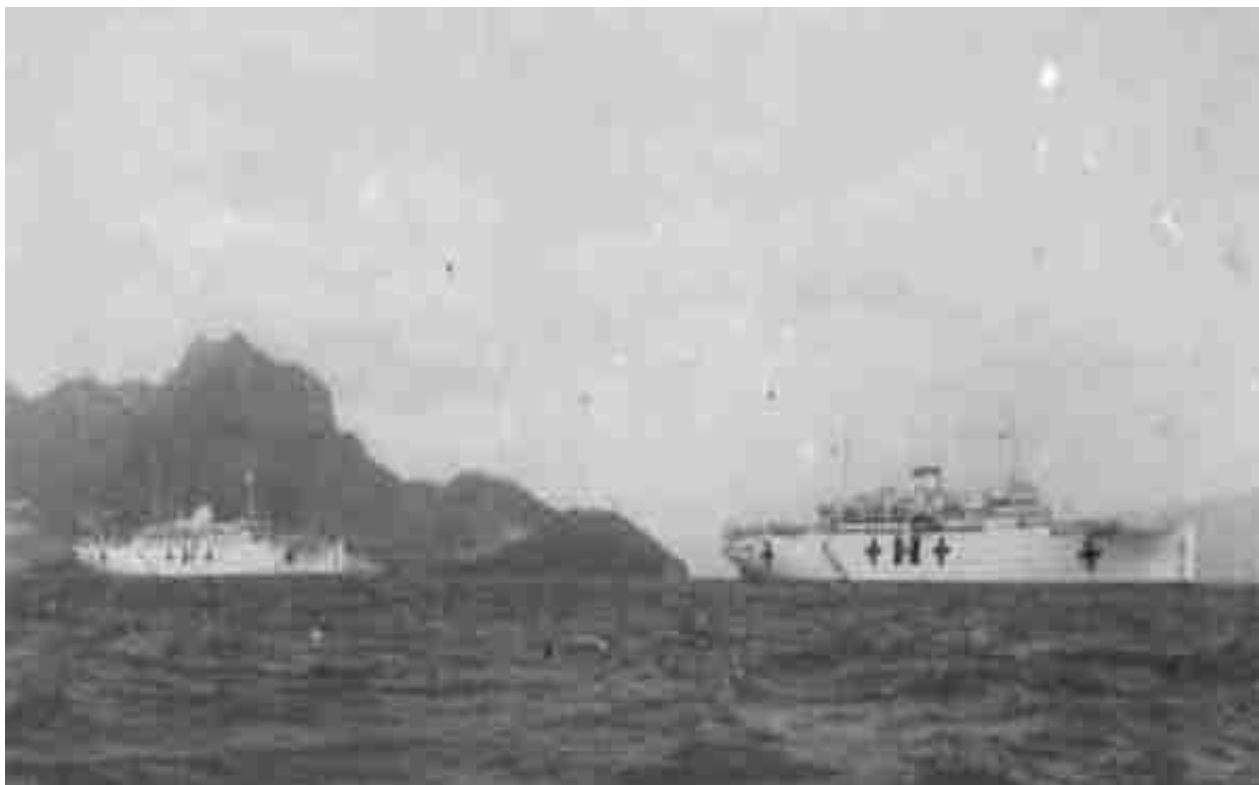
Com bases nestas afirmações, apercebemo-nos da importância que Roosevelt atribuía a Cabo Verde na medida em que compreendia que quem controlasse o arquipélago poderia garantir o controlo do Atlântico Sul e das telecomunicações a partir de Cabo Verde, decorrendo daí garantir que as ilhas não caíssem nas mãos de algum inimigo dos Estados Unidos da América.

Temos o triângulo Estados Unidos da América – Inglaterra – Portugal. Durante o início da Segunda Guerra Mundial, “Portugal foi aliado da Inglaterra e amigo dos EUA”. Este era um caso sério e grave que Portugal tinha. Com os Aliados ingleses, Oliveira Salazar podia tomar medidas que pudessem ferir a neutralidade de Portugal. Mas a sua neutralidade é condenada à aliança que foi o centro da sua política. Com os americanos, Portugal nada podia fazer, a não ser a quebra da neutralidade; “são amigos, mas não Aliados”.

Para finalizar este ponto, de acordo com o Major-General do Exército norte-americano, Laurence S. Kuter, o arquipélago cabo-verdiano era muito valioso para os Estados Unidos. “Os Estados Unidos teriam muito prazer em continuar a discussão sobre o valor estratégico de bases aéreas em Cabo Verde” e “o Governo norte-americano podia ter interesse em oportunidades de utilizar os aeródromos nas ilhas de Cabo Verde, e podendo estar em posição”, se Portugal desejasse, “de lhe prestar auxílio para o desenvolvimento e construção de bases”²²³. Mas Oliveira Salazar “não gostava” de tocar no assunto sobre as facilidades em Cabo Verde, quer com a Inglaterra, quer com os Estados Unidos da América.

²²² Idem, vol. XIII, p. 461-462.

²²³ Idem, p. 395.



No dia 11 de Abril de 1942, chegaram estes dois barcos hospitalares italianos ao Porto Grande, em S. Vicente para irem fazer troca de prisioneiros e doentes com os ingleses²²⁴.

4.2. A BATALHA DO ATLÂNTICO E A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DE CABO VERDE E DOS AÇORES

No que diz respeito à Batalha do Atlântico, estamos convictos que se iniciou antes da Segunda Guerra, porquanto os submarinos Alemães *U-boot* (*unterseeboot*, “nave submarina”) se instalaram no Atlântico em Agosto de 1939, com o objectivo de ganhar posição na guerra que se viria a travar nesse oceano. A defesa do Atlântico foi protagonizada pela Inglaterra e pelos Estados Unidos da América – países cujo interesse do Atlântico era de capital importância –, apesar de apresentarem natureza diferente, mas que em ambos sustentava a sua sobrevivência.

Para a Inglaterra, a importância do Atlântico, para além de natureza essencialmente económica, tinha a ver com a sua própria história de país atlântico e colonizador, cujo Império intercontinental era o maior do mundo. Era a maior potência económica e a sua hegemonia marítima incontestável. Enquanto para os EUA, além da importância económica do Atlântico, estava associada à sua própria defesa ditada pela Doutrina *Monroe*. Os dirigentes dos Estados

²²⁴ Foto de Luís Henriques, expedicionário, no tempo da Segunda Guerra Mundial, em Cabo Verde, publicada por Luís Graça, “Meu pai, meu velho, meu camarada: Memórias de Cabo Verde, São Vicente, Mindelo, 1941/43”, em: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2009/03/guine-6374-p4059-meu-pai-meu-velho-meu.html>.

Unidos da América haviam ameaçado englobar Cabo Verde e os Açores no espaço estratégico definido pela Doutrina *Monroe*²²⁵.

A defesa do Atlântico passou a ser a prioridade para os EUA depois da invasão da França por parte da Alemanha e do enfraquecimento da Marinha inglesa. Após esses acontecimentos, Roosevelt e o seu Estado-Maior concluíram que, caso a Península Ibérica fosse arrastada para a órbita do Eixo, os Açores, as Canárias e Cabo Verde, se não fossem ocupados pela Inglaterra, seriam tomados pelo Eixo e transformados em bases operacionais²²⁶.

Depois da queda da França, Roosevelt sublinhou cada vez mais a ameaça iminente à segurança dos EUA. Para o Chefe de Estado dos EUA, segundo Henry Kissinger, “o Atlântico tinha o mesmo significado que o canal da Mancha para os estadistas britânicos. Considerava um interesse vital que este não viesse a ser dominado por Hitler”²²⁷.

Os planos de Hitler para ocupar o Atlântico “preocupavam” o Presidente norte-americano, como ficou claro numa reunião quando afirmou que: “prefiro morrer de pé do que de joelhos dobrados”. Roosevelt acrescentou ainda que “está a chegar o momento de embarcar a nossa marinha para varrer o Atlântico da ameaça alemã”²²⁸.

Num discurso dirigido ao Congresso norte-americano, em 22 de Janeiro de 1938, Roosevelt defendeu que “é preciso manter qualquer potencial inimigo a muitas centenas de milhas dos nossos limites”²²⁹. Assim, o papel dos EUA na Batalha do Atlântico estava subordinado à imprevisibilidade direccional da ofensiva de Hitler e as suas projecções secretas enquadravam-se no esquema de contenção do expansionismo nazi²³⁰.

No início da Segunda Guerra Mundial, os arquipélagos atlânticos já surgiam entre uma das preocupações da Grã-Bretanha²³¹, quando o Governo britânico fez saber que não precisava de qualquer ajuda imediata de Portugal, à excepção da garantia de segurança das estações de cabos submarinos instalados em Cabo Verde e nos Açores e a partir de onde a Inglaterra estava ligada a todas as suas colónias e ao mundo, nomeadamente aos Estados Unidos da América – o seu mais poderoso aliado.

Enquanto a guerra decorria na Europa Central, Portugal era um país periférico e apenas preocupação da sua velha aliada, a Inglaterra. Mas a deslocalização geográfica do conflito para a Europa Ocidental, com a chegada das forças alemãs aos Pirenéus e a expectativa latente da invasão

²²⁵ Pedro Aires Oliveira, *Armindo Monteiro, Uma Bibliografia Política*, Venda Nova, Bertrand Editora, 2000, p. 212.

²²⁶ José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 49.

²²⁷ Henry Kissinger, *Diplomacia*, 3.ª edição, Lisboa, Gradiva, 2007, p. 336-337.

²²⁸ AHD, AW, Maço 123.

²²⁹ Cit. por António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 132.

²³⁰ José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 49.

²³¹ António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 132.

da Península Ibérica daí decorrente, colocou Portugal e as suas ilhas atlânticas no primeiro plano das preocupações dos EUA. Isso ficou claro, a partir do momento em que Roosevelt declarou que “os Açores estão mais perto da nossa costa atlântica do que está o Havai da nossa costa do Pacífico”²³², que “Cabo Verde dista apenas sete horas do Brasil de voo de bombardeiros ou de aviões de transporte de tropas” e que “a guerra aproxima-se muito da nossa terra”²³³. A partir deste discurso, Portugal e as ilhas atlânticas entraram na arena política internacional e passaram a ser, não preocupação de um só país, mas sim dos Aliados. Ainda não se tinha encerrado o capítulo da neutralidade, que viria a ser legitimada bilateralmente com muita astúcia, já outra preocupação se levantava a Portugal: a defesa das suas ilhas atlânticas.

A 20 de Maio de 1940, o Governo inglês advertiu Portugal através do embaixador em Londres, Armindo Monteiro, que transmitiu a Salazar as preocupações que lhe foram relatadas pelo Secretário de Estado Britânico dos Negócios Estrangeiros (FO) sobre “os cuidados que estava a dar ao Governo inglês a segurança dos cabos submarinos que passam por Cabo Verde e pelos Açores”²³⁴.

No dia seguinte, foi a vez do Almirantado informar a Embaixada portuguesa que, desde que o mediterrâneo foi praticamente fechado à navegação inglesa, as ilhas de Cabo Verde e as dos Açores adquiriram grande importância estratégica (sobretudo os Açores, em virtude do cabo submarino e da TSF)²³⁵. Nestas circunstâncias, parecia de extrema urgência que o Governo português mandasse unidades operacionais para os arquipélagos que se encontravam indefesos.

A 22 de Maio de 1940, o embaixador Armindo Monteiro recebeu uma carta do Secretário de Estado Britânico do *Foreign Office*, decorrente da conversa que ambos tinham tido dois dias antes, em que se reitera veementemente a extrema urgência e acuidade quanto à defesa dos arquipélagos e de forma eloquente escreveu: “estamos impressionados pela situação potencialmente perigosa existente nos Açores e nas ilhas de Cabo Verde. Estas ilhas ocupam uma posição estratégica extremamente valiosa que os nossos inimigos teriam grande vantagem em ocupar para as usar como bases aéreas e de submarinos e para interromperem as comunicações. [...] Nestas circunstâncias, o Governo de Sua Majestade está ansioso para que o Governo Português tome medidas a tempo para a protecção destas ilhas”²³⁶.

²³² Discurso de Roosevelt, 29 de Dezembro de 1940, em: <http://www.ibiblio.org/pha/7-2-188/188-21.html> (29 de Janeiro de 2010).

²³³ Discurso de Roosevelt, 27 de Maio de 1941, em: <http://www.ibiblio.org/pha/7-2-188/188-26.html> (29 de Janeiro de 2010). Ver também alguns excertos traduzidos no telegrama enviado pelo embaixador Bianchi a Oliveira Salazar a 28 de Maio de 1941, em DAPE, vol. VIII, p. 451-456.

²³⁴ DAPE, vol. VI, p. 36.

²³⁵ *Idem*, p.598.

²³⁶ Tradução da carta do Secretário de Estado Britânico dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal de Londres, em DAPE, vol., VII, p. 65-66.

Às preocupações manifestadas pelo Governo britânico, Salazar respondeu que “embora não nos pareça haver motivos para sérios receios neste momento, temos na maior conta a segurança dos arquipélagos e por isso se estudou o reforço das medidas de defesa a pôr em execução imediatamente pelos Ministérios da Guerra, da Marinha e do Interior”²³⁷.

Em Junho de 1940, ainda nas vésperas da Itália entrar na guerra e da capitulação da França, a importância que a Inglaterra atribuiu aos Açores e a Cabo Verde, decorrente da “posição estratégica extremamente valiosa” e “dos interesses que aí tem” a defender, não passou despercebida à Espanha e levou a que Franco transmitisse ao embaixador Português em Madrid, Pedro Teotónio Pereira, o seu receio de “que os Ingleses acabariam de pôr o pé nos Açores”²³⁸.

Foi nas últimas duas semanas do mesmo mês, com a entrada da Itália na guerra, que o conflito tomou contornos preocupantes com a capitulação da França ao jugo nazi e com a intensificação dos bombardeamentos aéreos sobre a Inglaterra. Com a chegada do *Reich* junto aos Pirenéus e com a perspectiva de uma eventual invasão da Península Ibérica, ou, pelo menos, com o receio real de que esta ficasse refém da influência e poder da Alemanha, Portugal, os Açores e Cabo Verde passaram para o primeiro plano das preocupações dos Aliados.

Não é difícil perceber o porquê da importância dos arquipélagos de Cabo Verde e dos Açores: toda a Europa (continental) do Norte estava ocupada pelas forças do Eixo. A Alemanha, nessa data, estava a ganhar a guerra. Toda a navegação pela Baía de Biscaia, Canal Inglês, Canal da Mancha e Mar do Norte impossibilitava qualquer ataque com sucesso à Alemanha ou minimizava a sua efectiva operacionalidade por mar (só os ataques aéreos eram possíveis), não só porque este estava empestado pelos submarinos *U-boot* junto à costa dominada pelas forças germânicas, como também pelo facto de que só na França os Alemães tinham dezenas de divisões e toda a costa foi fortificada. Por isso, toda a estratégia de ataque marítimo aos países que constituíam o Eixo teria que ser realizada pelo mediterrâneo e para que isso fosse concretizável era condição *sine qua non* dominar o Atlântico.

Acrescente-se ainda que com a queda da França, as colónias do Norte de África também caíram, apesar de algumas terem resistido por algum tempo. Portanto, se a Península Ibérica cedesse ao Eixo, Gibraltar “ia de arrasto” e ficava fechada a porta de entrada ocidental para o mediterrâneo, bem como a costa da Península Ibérica, os arquipélagos dos Açores, da Madeira, das Canárias e o de Cabo Verde e as dificuldades dos Aliados seriam exponencialmente maiores, porquanto o bloqueio naval à Inglaterra seria perfeito.

²³⁷ *Documentos relativos aos Acordos entre Portugal, Inglaterra e os Estados Unidos Para a concessão de facilidade nos Açores durante a Guerra de 1939-1945*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1946, p. 14.

²³⁸ Telegramas enviados entre Armindo Monteiro e Oliveira Salazar, em DAPE, vol. VIII, p. 202, 206 e 257.

Neste contexto de incertezas que recaiu sobre a Península, as ilhas atlânticas figuraram-se como o último reduto dos Aliados, sempre em posição de *stand-by* perante a perda de Gibraltar. Estrategicamente localizados entre as Américas – a do Sul e a do Norte – e a Europa, no caminho das principais rotas mercantes do Atlântico Norte e do Sul, os arquipélagos eram demasiados importantes para que fossem ignorados no apoio logístico que podem dar à marinha e à força aérea. As ilhas atlânticas eram fundamentais na estratégia dos Aliados, pois garantiam a segurança da navegação no Atlântico. Era indispensável enviar reforços para a frente de combate na Europa e no Norte da África. Assim sendo, foram elaborados vários planos para uma intervenção armada em Cabo Verde e nos Açores.

Estiveram preparados, em Plymouth, 3 batalhões dos Royal Marines (nomes de código *Accordion*, *Brisk* e *Alloy*), prontos a ocupar os Açores e Cabo Verde em operações calculadas para não durar mais de 48 horas e que incluíam procedimentos especiais para destroçar qualquer resistência que os açorianos intentassem. A Operação *Brisk* previa um ataque simultâneo de surpresa à ilha do Faial e à Terceira. A Inglaterra “empenhava 9 batalhões de infantaria e dois comandos de forças espaciais, transportados em 18 navios com 130 lanchas de desembarque e apoiados por um porta-aviões de escala, 2 cruzadores, 10 *destroyers*, e 8 corvetas”²³⁹.

Mas a Operação *Brisk* não foi necessária, pois o Governo britânico aprovou o pedido prévio para a cedência de base nos Açores. As bases nos Açores foram cedidas à Inglaterra e ocupadas pelo Governo de Sua Majestade em Outubro de 1943. Contudo, em Junho do mesmo ano, a Inglaterra preparou a Operação *Lifebelt*²⁴⁰ (sucessora da *Brisk*) e de seguida *Bracken*, para ocupar este arquipélago.

Os discursos de Roosevelt sobre a localização geográfica e importância estratégica dos Açores e de Cabo Verde levam-nos a crer que estes arquipélagos eram vistos como pontos mais orientais da América, em vez do ponto mais ocidental da Europa. Entende-se que tinha alterado mais para ocidente a linha que dividia os hemisférios de modo a permitir que os Açores ficassem no interior do hemisfério Ocidental e portanto incluindo-os – juntamente com Cabo Verde – entre os territórios a defender para a protecção das Américas e deste modo era necessário classificá-los como *outpost* (posto de defesa) da América no atlântico.

²³⁹ António José Telo, “Os Açores e a Neutralidade Portuguesa na 2.^a Guerra Mundial – a disfunção em acção”, in: *Os Açores e a Segunda Guerra Mundial – actas do colóquio internacional comemorativo dos 60 anos sobre a capitulação alemã*, Angra do Heroísmo, IAC, 2007, p. 34.

²⁴⁰ Envolveria a ocupação imediata dos Açores caso as negociações com Portugal falhassem. Esta operação foi desfeita em virtude do resultado das negociações e da necessidade de forças no Mediterrâneo. Após indecisões e impasses, o acordo entre Salazar e Churchill sobre a cedência dos Açores foi assinado a 17 de Agosto de 1943, sendo previsível o início da ocupação das bases a partir do dia 8 de Outubro do mesmo ano.

Nesta altura, a Inglaterra sofreu sérios reveses no Atlântico e sentiu necessidade de garantir uma base de reforço no Oceano Atlântico para poder ripostar em força ao inimigo, expulsando-o desse espaço vital. Simultaneamente, tentou agregar à sua causa os Estados Unidos da América. De acordo com as informações do Ministro das Colónias, Álvaro da Fontoura, havia navios alemães nas águas de Cabo Verde e a Majoria Geral da Armada comunicou “que se recebeu um S.O.S. de dois vapores ingleses que se localizavam a 17-13 Norte 21-22 Oeste 18-16 Norte 21-26 Oeste cerca de 200 milhas de São Vicente, pedindo socorro e que os náufragos se dirigiam para o Porto Grande em embarcações”. Notou, ainda, a Majoria “que não está actualmente nenhum navio de guerra próximo das águas de Cabo Verde. Seria conveniente pedir socorro urgente a Cabo Verde”²⁴¹.

Como nos elucida George Monk²⁴², um sobrevivente do navio *Auditor* – um dos navios ingleses que foi atacado ao largo de Cabo Verde por um submarino alemão, em Março de 1941 – da Marinha Mercante Inglesa, com 70 tripulantes a bordo, que saiu de Londres e teve que seguir a Norte, pois, o Canal Inglês, que normalmente, é a via mais rápida, estava sempre vigiada por vários submarinos alemães. O *Auditor* teve que dar a volta pela Escócia e entrar no Atlântico, pelo lado Norte, para se juntar a um comboio de 47 navios.

O aparecimento de submarinos alemães nas águas cabo-verdianas e açorianas preocupava os Governos dos países Aliados. Numa conversa com o embaixador de Portugal em Washington, o Conselheiro Político norte-americano, Senhor Dunn, relatou que quanto ao Atlântico “são três as principais preocupações”: Primeira, “o aparecimento de submarinos inimigos na zona declarada de protecção do hemisfério ocidental”, questão que estava a merecer “a séria atenção” das forças patrulhadoras; A segunda estava relacionada com “os dois couraçados alemães operando no Atlântico Ocidental que parece constituir a maior ameaça à Terceira preocupação”, ou seja, “à intenção de navegar por unidades americanas, até ao meio do Atlântico, os fornecimentos destinados à Inglaterra”²⁴³.

A 23 de Abril de 1941, Churchill mandou preparar dois batalhões para ocupar os Açores e Cabo Verde (nome de código “Puma”) e enviou um telegrama a Roosevelt, “convidando-o” a ordenar um patrulhamento americano amigável aos arquipélagos durante essa operação. Churchill pretendia ocupar “as posições das quais estes monstros – os alemães – se preparam para nos atacar”²⁴⁴.

²⁴¹ AHU, Ofícios Expedidos de Março de 1941.

²⁴² George Monk foi Segundo Oficial (operador) de rádio do *Auditor*. Ver uma entrevista do mesmo concedida ao [alfacomunicações.cv](http://www.alfa.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=818&Itemid=189), a 8 de Novembro de 2007, “A Odisseia de Monk”, em: http://www.alfa.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=818&Itemid=189. (07/01/2011).

²⁴³ Telegrama Expedido da Legação de Portugal em Washington, no dia 22 de Março de 1941. AHD, AW, Maço 123.

²⁴⁴ Mensagem de Churchill para Franklin Roosevelt, cit. por Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, 2005, p. 31.

Ainda em meados de Abril, a legação norte-americana em Lisboa tinha solicitado a Salazar autorização para que o navio de guerra *Milwaukee* visitasse por dois a três dias os portos de Lisboa, Ponta Delgada e São Vicente²⁴⁵. Receando uma ocupação das ilhas portuguesas logo a seguir à Gronelândia, Salazar, informado das intenções de Churchill, protestou veementemente em defesa da soberania portuguesa nas ilhas²⁴⁶ e chamou o embaixador dos EUA em Lisboa e informou-lhe que “neste conjunto de circunstâncias e se o Governo americano não encontrava meio de esclarecer uma situação cujos inconvenientes já lhe tinham sido assinalados, confessamos que, embora as visitas de navios americanos fossem sempre bem-vindas nos portos portugueses, esta se tornava importuna, pela interpretação que dentro deste mesmo conjunto de circunstâncias lhe podia ser dada”²⁴⁷.

A 1 de Maio de 1941, Roosevelt enviou uma carta a Churchill, informando-o que o Governo norte-americano tinha recebido “fortes protestos” de Salazar em relação à projectada “visita amigável” a Cabo Verde e aos Açores²⁴⁸. Assim sendo, “suspendeu a ideia [...] e nova patrulha naval em preparação estender-se-ia ao ocidente das ilhas dos Açores e de Cabo Verde, mas os aviões não sobrevoarão as ilhas [...]”²⁴⁹. Numa conversa com Halifax, Roosevelt transmitiu-lhe que “mantinha a vigilância ao largo dos arquipélagos”²⁵⁰. A 3 do mesmo mês, Churchill respondeu em telegrama a Roosevelt, a demonstrar formalmente a sua indignação pelas afirmações do Presidente norte-americano: “estamos longe de querer acrescentar o nosso território; o que queremos é preservar a nossa vida e talvez a vossa também”²⁵¹.

Nesta altura, eram altas as pressões que a Inglaterra exercia sobre Portugal para a cedência de bases nas suas ilhas atlânticas. Campbell escreveu a Salazar a dizer que “o Governo de Sua Majestade [...] chegou a conclusão de que o uso de facilidade nas ilhas portuguesas do Atlântico, particularmente nos Açores, para o emprego de aviões e de navios de superfície seria um factor decisivo na rápida derrota da campanha submarina alemã no Atlântico [...]”²⁵².

Segundo o Governador da província de Cabo Verde, a ilha de São Vicente foi “sobrevoada por um hidroavião de guerra, bimotor” que parecia “tratar-se de um aparelho «*consolidated Catalina*» de bombardeamento e de reconhecimento do serviço dos Estados Unidos e da Inglaterra”²⁵³.

Ainda em Maio de 1941, as partilhas aéreas iam até 600 km a Oeste da Inglaterra, o que obrigou os submarinos a deslocarem-se para o centro do Atlântico. No Atlântico Central, manteve-

²⁴⁵ DAPE, Vol. VIII, p. 314-315.

²⁴⁶ AHD, AW, Maço 123.

²⁴⁷ AHD, AW, Maço 123.

²⁴⁸ Citado por Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, 2005, p. 143.

²⁴⁹ Carta de Roosevelt a Churchill, enviada a 1 de Maio de 1941, cit. por José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 51.

²⁵⁰ Conversa entre Roosevelt e Lord Halifax, cit. por José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 60.

²⁵¹ Citado por José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 54.

²⁵² Carta de Campbell a Salazar, *Documentos Relativos aos Acordos entre Portugal, Inglaterra e EUA para Concessão de Facilidades nos Açores durante a Guerra de 1939-1945*, Lisboa, Ministérios dos Negócios Estrangeiros, 1946, p. 3.

²⁵³ AHM, FO/037/3/521/44.

se a actividade dos submarinos na Primavera, sendo 30 navios afundados, em Maio, nas águas próximas de Cabo Verde. No dia 25 de Junho de 1941, José Diogo Ferreira Martins, Governador da colónia de Cabo Verde, telegrafou que “na noite de 23 e 24 um submarino desconhecido pairou em frente à Cidade Velha (ilha de Santiago) e no dia 25, de manhã, foi visto um navio de guerra na zona de Santa Maria (ilha do Sal)”²⁵⁴. Na ilha de São Nicolau, a população local avistava, com alguma frequência, submarinos desconhecidos.

A partir de meados de 1941, a Batalha do Atlântico entrou numa fase crítica. Quando os *U-Boats* passaram a operar no Atlântico Central, a importância de Cabo Verde aumentou, sendo a localização ideal para uma força de hidroaviões que cobria a zona²⁵⁵. Em Setembro, vários *U-Boats*, do tipo IX, que operavam na zona de Freetown, foram reabastecidos secretamente nos portos de Cabo Verde sem o conhecimento das autoridades portuguesas ou sem a sua autorização formal²⁵⁶.

Neste mesmo mês, a baía de Tarrafal de Santo Antão foi ponto de encontro de três submarinos alemães que acabaram por ser surpreendidos por outro submersível inglês, daí surgir uma escaramuça entre os quatro. Foram ainda afundados oito submarinos. Um deles era japonês – os restantes pertenciam ao *III Reich*. Em Dezembro, foram afundados quatro navios perto de Cabo Verde²⁵⁷.

No que se refere ainda aos afundamentos de navios no Atlântico, de acordo com Mário Neves, “em Janeiro de 1942, foram afundados 46 navios com 297 toneladas; em Fevereiro, 71 navios (384 mil t.); em Março, 81 navios (460 mil t.); em Abril, 67 navios (336 mil t.); em Maio, 120 navios (600 mil t.); em Junho, 114 navio (627 mil t.); em Julho, 69 navios (350 mil t.) e em Novembro, 700 mil toneladas”²⁵⁸. Estes dados mostram-nos claramente como o Atlântico Norte e Central eram muito importantes e que os meados de 1942, assim como os primeiros meses do ano de 1943, foram decisivos para a Batalha do Atlântico.

É o que podemos constatar também na obra de António José Telo, onde o autor nota que o pior período dessa batalha foi de Janeiro a Março de 1943, sendo caracterizado pelo historiador como “meses terríveis”, “onde a Alemanha conta com uma frota de 418 *U-Boats*, dos quais uma média de 110 está operacional no Atlântico”; a situação era “negra” para os Aliados²⁵⁹. Os alemães conseguiram 627 377 t de navios afundados. Daí, a importância dos Açores e de Cabo Verde para que os Aliados pudessem vir a vencer a Batalha do Atlântico. Importância esta que foi maior em

²⁵⁴ AHU, Ofícios Expedidos de Junho de 1941.

²⁵⁵ António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 408.

²⁵⁶ *Idem*, p. 410-11.

²⁵⁷ *Idem*, p. 408.

²⁵⁸ Mário Neves, “A Diplomacia Portuguesa nas Duas Guerras do Século”, in: AAVV, *Portugal na Segunda Guerra Mundial, Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 175.

²⁵⁹ António José Telo, *op. cit.*, 2007, p. 31-32.

“Maio de 1943, quando os Aliados ganharam a batalha no Norte, mas os combates continuam no centro”²⁶⁰. Em Setembro, os alemães reconheceram a derrota e afastaram-se do Atlântico Central.

Não esquecendo os acidentes ocorridos no Atlântico, mas sem os referir, e com o sentido pedagógico de preparar a opinião pública americana para uma eventual necessidade de o país ter que entrar na guerra ao lado da Inglaterra, Roosevelt no seu discurso de 27 de Maio de 1941 declarou que: “Os nazis têm poder militar para, a qualquer momento, ocupar a Espanha e Portugal [...] mas também [...] o posto avançado do Novo Mundo – as ilhas dos Açores e as de Cabo Verde [...]”²⁶¹. O controlo ou a ocupação de qualquer uma das ilhas do Atlântico pelas forças nazis poria em perigo imediato a segurança da [...] América do Norte e [...] do Sul e as possessões insulares dos Estados Unidos e, em última análise, a segurança do próprio território continental dos Estados Unidos [...] Igualmente, os Açores e Cabo Verde se ocupados ou controlados pela Alemanha, poriam directamente em perigo a liberdade no Atlântico e a nossa segurança física [...] Insistimos na vital importância de manter o hitlerismo afastado de qualquer ponto do mundo que possa ser usado e venha a ser usado como base de ataque contra as Américas”²⁶².

Estas declarações foram mal recebidas em Portugal e deram azo a muita especulação, feriram a sensibilidade do orgulho nacional, com oito séculos de história. Salazar fez informar todas as delegações diplomáticas portuguesas para que não dessem por mal empregue as horas que pudessem disponibilizar para chegar até Washington porquanto estas declarações perturbaram o País, por entender terem sido uma ameaça de agressão à soberania portuguesa nos Açores.

Armindo Monteiro interrogou, então, se assim era “por que razão os Americanos não faziam abertamente esta afirmação como seria simples e honesto?” Winant retorquiu “que iria fazer tudo o que pudesse para que Washington desse a resposta neste sentido”. Outra resposta veio em 21 de Julho de 1941, por forma de carta do Presidente Roosevelt dirigida a Salazar²⁶³ e entregue pelo embaixador Americano creditado em Lisboa, Bert Fish, cujo teor sossegou Salazar, já que este após a leitura da carta dirigiu a sua análise ao embaixador em Londres, Armindo Monteiro, onde expressou terem sido sanadas todas as dúvidas e receios, porquanto pôs “termo aos mal-entendidos”, pois “o desejo dos Estados Unidos é que não haja infracção aos nossos direitos soberanos”²⁶⁴.

Em 1943, Hitler disse ao seu Chefe de Estado-Maior da Armada que “o Atlântico é o meu acesso ocidental e travar uma guerra defensiva aí é melhor do que apenas poder defender as costas

²⁶⁰ António José Telo, *Os Açores e o Controlo do Atlântico, (1898/1948)*, Edições ASA, 1993, p. 365.

²⁶¹ Discurso de Roosevelt, 27 de Maio de 1941, em <http://www.ibiblio.org/pha/paw/210.html>. (27/10/2010).

²⁶² DAPE, vol. VIII, p. 451-452.

²⁶³ Ver carta de Roosevelt a Oliveira Salazar, escrita a 8 de Julho de 1941, Capítulo III, ponto 3.5.

²⁶⁴ Cit. por José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 68-73.

da Europa”. Era nítido que a acção dos submarinos alemães estava votada ao fracasso²⁶⁵ e que Portugal “não pode afastar-se da Inglaterra, pois neste caso, verá as ilhas ocupadas”²⁶⁶. Assim sendo, o “problema português só pode ser resolvido militarmente aquando do ataque a Gibraltar” e não com “pressões diplomáticas sobre Lisboa”²⁶⁷.

Numa nota muito breve, temos ainda a juntar ao cenário que precedeu a Conferência do Atlântico a reacção da Espanha de Franco à entrada da URSS como força Aliada. O seu anticomunismo foi visceral, e a entrada do novo Aliado “azedou” ainda mais o discurso ácido e violento contra Inglaterra e EUA, desesperando Churchill e Roosevelt de tal modo que os levou a admitir que a neutralidade espanhola tinha os dias contados e que, mais dia, menos dia, a Espanha integraria os países do Eixo. É neste cenário efervescente que, entre 9 e 12 de Agosto de 1941, decorrer no tema Nova Conferência do Atlântico, onde pela primeira vez o Presidente Norte-americano Franklin Roosevelt e o Primeiro-Ministro do Reino Unido W. Churchill se encontraram.

A Conferência abriu com o caso de Portugal. O Presidente norte-americano leu a Churchill a carta que lhe foi enviada pelo Oliveira Salazar. Ambos os presidentes concordaram que a carta era altamente satisfatória e que tornava possível, sem qualquer dificuldade, o planeamento da ocupação dos Açores para assegurar que as ilhas não fossem ocupadas pela Alemanha. [...]. O Governo britânico tinha aprovado uma operação altamente secreta que passava pela ocupação das ilhas Canárias porque cria que a situação em Espanha ia de mal a pior, e que Hitler ocuparia Espanha e Portugal. Gibraltar ficaria isolada e a ocupação britânica das Canárias seria da maior importância para salvaguardar a rota do Atlântico Sul. “Com esta operação, o Governo britânico deixaria de poder respeitar o seu compromisso com o Governo português para ajudar a defender os Açores”²⁶⁸.

A carta de Salazar nota a dado passo que, na eventualidade dos ingleses não poderem garantir a ajuda, seria bem-vinda as facilidades dos E.U.A. “Se, porém, a Inglaterra viesse a encontrar dificuldades nos fornecimentos acima referidos, ou noutros reconhecidos necessários, ser-me-ia grato encontrar da parte do Governo dos Estados Unidos facilidades para a consecução de um fim que tão particularmente lhes interessa também”²⁶⁹. Aproveitando esta brecha concedida oficialmente por Salazar, Churchill resolveu três assuntos de uma só vez: (i) com consentimento de Salazar e não violando a aliança luso-britânica podia deslocar as suas forças militares para outras zonas (Ilhas Canárias) que complementassem o ataque pelo mediterrâneo invocando incapacidade ou “dificuldades” de Inglaterra em ajudar Portugal; (ii) esta “dificuldade” da Inglaterra em ajudar

²⁶⁵ Ian Kershaw, *Hitler, 1936-45, Nemesis*, cit. por Adam R. Seipp, “Chegar como Conquistadores: As Bases Americanas e o Teatro Europeu, 1941-45”, in: Luís Nuno Rodrigues (Coord.), *op. cit.*, 2008, p. 113 e 328.

²⁶⁶ António Telo, *op. cit.*, 1987, p. 212.

²⁶⁷ *Idem*, p. 204.

²⁶⁸ Beard, *Presidente Roosevelt*, cit. por José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 77.

²⁶⁹ José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 75-80.

Portugal podia ser substituída pela ajuda Americana tal como foi admitido na carta; (iii) tentou envolver os EUA (país ainda neutro) na guerra, empurrando-os a assumir o protectorado sobre os Açores tal como Roosevelt tinha admitido no seu discurso, considerando Cabo Verde e os Açores o *outpost* americano no Atlântico.

Com a entrada dos EUA na guerra, com a dificuldade dos russos em sustentar as forças do Eixo e com a necessidade de coordenar a nova força dos Aliados, as ilhas atlânticas foram relegadas para um plano secundário, mas também porque já estava em curso um Plano de Defesa coordenado pela Inglaterra e Portugal e que por isso sossegavam as preocupações de Churchill e de Roosevelt, pois este foi informado pelo primeiro de que “as defesas das ilhas tinham sido aumentadas ao máximo”.

Salazar também fez constar esta informação para Washington ao escrever a Bianchi a notar que “é bom não esquecer e convém dizer no State Department que as nossas posições nos Açores estão militarmente defendidas segundo plano que a Inglaterra conhece e em proporções que excedem as que ela própria considerava necessária”²⁷⁰. Com base nestas garantias, o plano de ocupação dos Açores por parte dos norte-americanos estabelecido na Conferência do Atlântico foi temporariamente abandonado.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha valorizou o Atlântico e subalternizou o Mediterrâneo e quando pensou invadir a Península foi com a intenção de atingir a costa atlântica²⁷¹. Segundo José Freire Antunes, durante 1940-1943, entre a adiada operação de Hitler para ocupar a península Ibérica e a decisiva batalha do pelo controlo do Atlântico, os generais de Churchill elaboraram 27 planos secretos para ocuparem os Açores e Cabo Verde²⁷².

Quando a Batalha do Atlântico estava no seu auge, fazendo perigar o apoio à campanha do Norte de África e a preparação da invasão da Europa, uma boa coordenada acção de aviões britânicos e americanos servindo-se dum apoio em território português, os Açores e Cabo Verde conseguiram manter aberta a rota com um ritmo de perda aceitável. Com o aumento das perdas causadas pela Batalha do Atlântico e os afundamentos dos comboios aliados, o controlo dos acessos à Grã-Bretanha e ao Mediterrâneo passou a ser necessário, e para isso, Cabo Verde e os Açores desempenharam um papel crucial.

Em suma, ficamos com a firme convicção de que Cabo Verde e os Açores, principalmente o último, cumpriram, mais uma vez, a sua função ao permitir que Portugal negociasse com as maiores potências do mundo, e deste modo tenham colocado o país acima do seu peso político.

É surpreendente que nenhuma das operações acima citadas e outras que foram desenvolvidas durante o conflito tenham sido levadas a cabo, tanto pelos Aliados como pelas forças dos países do

²⁷⁰ Telegrama 72 de 4 de Abril e 78 de 15 de Abril entre Salazar e Bianchi, AHD, AW, Maço 123.

²⁷¹ José Medeiros Ferreira, *op. cit.*, 1981, p. 102.

²⁷² José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 40.

Eixo. Como já mencionamos, qualquer uma das facções não teria dificuldades praticamente nenhuma em ter invadido o arquipélago de Cabo Verde. Estamos convictos que qualquer que fosse o invasor, a Batalha teria durado menos tempo.

4.3. CABO VERDE E A OPERAÇÃO “FÉLIX”

Na segunda fase do conflito, quando a Alemanha dominava a Europa Ocidental e virou-se para a Europa do Sul e Mediterrâneo, esta procurou os mares, nomeadamente o Atlântico, para seguir em direcção ao Sul e ao Oeste europeu. Hitler, nesta fase da guerra, pensava “num conflito entre uma Europa dirigida pela Alemanha e a América”²⁷³. Tendo em vista estes objectivos e o isolamento da Inglaterra, a marinha alemã propôs a Hitler a elaboração de um plano apontando dominar o Mediterrâneo, o Norte da África e o Atlântico. Realmente, não era a primeira vez que os planificadores nazis se ocupavam deste assunto. Antes da guerra “já circulava por altas esferas nazis o chamado *Mittelafrika Projekt*, que resumia os interesses de Hitler no continente africano e no Atlântico”²⁷⁴.

O arquipélago de Cabo Verde, devido à sua posição no Atlântico, não passou despercebido à Alemanha que elaborou planos, visando ocupá-lo, bem como outros territórios próximos – as outras ilhas atlânticas, Norte da África e Gibraltar. Os interesses de Hitler “chocavam” com os de Roosevelt, que advogou a construção de bases nos Açores, nas Canárias e em Cabo Verde, visando controlar os movimentos no Atlântico.

Enquanto os Aliados preparavam a ocupação das ilhas atlânticas, prevendo com todo o pormenor desembarques de tropas em Cabo Verde e nos Açores, o *Führer* assinou a 12 Novembro de 1940 a directriz nº18, conhecida sob a designação “Félix”, que determinava a tomada de Gibraltar para o encerramento do Mediterrâneo e o desencadeamento de possíveis operações que impedissem a todo o custo os ingleses de se apoderarem de qualquer outro ponto da Península ou das ilhas atlânticas, o que representaria a irremediável ocupação de Portugal. Desembarcar nas Canárias ou em Cabo Verde era uma das ideias “preferidas” de Hitler²⁷⁵.

As instruções de Hitler eram as seguintes: “Espanha e Portugal. Têm sido tomadas iniciativas políticas para levar a Espanha a entrar o mais rapidamente possível na guerra. O objectivo da intervenção alemã na Península Ibérica (sob o nome de código Félix) é o de expulsar os ingleses do Mediterrâneo Ocidental [...] deve ser feita a mobilização de tropas para invadir Portugal, se os britânicos ganharem posições lá. As unidades destinadas a este objectivo marcharão para Espanha

²⁷³ António José Telo, *op. cit.*, 1993, p. 314.

²⁷⁴ David Solar, *La Caída de los Dioses; Los Erros Estratégicos de Hitler*, La Esfera de los Libros, S/L., 2005, p. 41.

²⁷⁵ Mário Neves, “A Diplomacia Portuguesa nas Duas Guerras do Século”, in: *Portugal na Segunda Guerra Mundial, Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 160.

imediatamente a seguir às unidades destinadas a Gibraltar. [...] As unidades a manter em alerta para a possível invasão de Portugal devem ser predominantemente de natureza móvel [...] os comandantes-chefes da Marinha e da Força Aérea estão a examinar como é que podemos apoiar a defesa espanhola das Canárias e como é que as ilhas de Cabo Verde podem ser ocupadas [...]”²⁷⁶.

A Operação “Félix” previa que as forças militares alemãs entrassem na Península Ibérica em princípios de Janeiro de 1941²⁷⁷, atacar Gibraltar no dia 10, por unidades alemãs, com a ajuda da Espanha, enquanto uma divisão *Panzer* e duas motorizadas desembarcassem²⁷⁸, atacar Lisboa a partir de Badajoz e atacar Cabo Verde a partir de Dakar, em 48 horas²⁷⁹.

A campanha a Gibraltar realizar-se-ia em quatro tempos: (i) primeiro, constituído pela reunião dos elementos e dos meios ofensivos. Oficiais, em traje civil, deveriam estudar as imediações de Gibraltar em colaboração com os espanhóis, tomar as disposições necessárias para impedir os ingleses de alargarem a sua frente terrestre; (ii) o segundo tempo seria a surpresa. Forças aéreas alemãs, partindo de bases em França, deveriam atacar a esquadra inglesa e, simultaneamente, o Exército alemão transporia os Pirenéus; (iii) o terceiro tempo, após o assalto a Gibraltar, seria a invasão de Portugal caso os ingleses tentassem qualquer desembarque nas costas portuguesas; (iv) o quarto tempo previa a tomada de Marrocos Espanhol e o encerramento do estreito. Em consequência da ocupação de Gibraltar, Cabo Verde e as Canárias adquiriram uma maior importância para a condução da guerra naval²⁸⁰. Esta ocupação das ilhas era encarada com cautela e estava dependente de reacções encontradas²⁸¹.

Em Outubro de 1940, Erich Raeder explicou a Hitler que a Alemanha conseguia ocupar as Canárias e Cabo Verde (a partir de Dakar) quando fosse lançada a Operação “Félix”, estando os Açores demasiado longe²⁸². As ilhas de Cabo Verde não eram de grande valor (estando próximas de Dakar) e ocupá-las só provocaria uma reacção da Inglaterra e dos Estados Unidos nos Açores ou em Portugal continental²⁸³.

Segundo o almirante do Estado-Maior Naval alemão, Cabo Verde podia ser uma alternativa a Gibraltar para a Inglaterra, mas não tinha grande valor para a Alemanha, desde que esta usasse Dakar; também era difícil ocupar o arquipélago por falta de bases para montar a operação. Mesmo com o uso de Dakar, o ataque a Cabo Verde era muito perigoso e não havia garantias de que se

²⁷⁶ Cit. por José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 45.

²⁷⁷ Stetson Conn e Byron Fairchild, cit. por Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, 2005, p. 22.

²⁷⁸ António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 258-60.

²⁷⁹ António José Telo, *op. cit.*, 2007, p. 25.

²⁸⁰ Pedro Cardoso, “A Evolução do Conceito Estratégico Nacional no século XX”, in: *Estratégia*, vol., IV, Instituto de Relações Internacionais, Lisboa, ISCSP, 1992, p. 47-49.

²⁸¹ António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 258-60.

²⁸² *Idem*, p. 310.

²⁸³ José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 45.

conseguia manter o arquipélago. Os argumentos que aconselhavam a não tentar ocupar o arquipélago cabo-verdiano surgiram multiplicados. Mesmo assim, Hitler insistia que se estudasse melhor o caso de Cabo Verde²⁸⁴.

A marinha alemã ultimou os planos para as ilhas, visando atacar Gibraltar. Hitler e o exército insistiam numa ocupação prévia de Cabo Verde, mas a marinha sabia que, tendo em conta a existência da “força H” (forças inglesas) em Gibraltar, esta operação seria arriscada. Se a Alemanha conseguisse executar a Operação “Félix” e instalar bases para *Stukas*, Ju 88 e Fw 200 nas Canárias e em Cabo Verde, colocaria sérios problemas às ligações da Inglaterra com o Atlântico Sul e com Ásia²⁸⁵.

Segundo a marinha alemã, Cabo Verde, ao contrário dos outros arquipélagos, “era fácil de atacar”, pois seria possível ter apoio dos aviões que operassem a partir de Dakar e da África Francesa²⁸⁶. Numa reunião, em Novembro de 1940, a marinha alemã defendeu que só se podia pensar numa operação contra Cabo Verde contando com uma base de operações em Dakar e com o apoio da França²⁸⁷. Sendo Dakar uma alternativa, Cabo Verde perdeu grande parte da sua importância estratégica, mas o exército insistiu na ocupação preventiva do arquipélago²⁸⁸.

A 12 de Novembro de 1940, o *Führer* e o comando responsável pela execução da conhecida Directiva n.º 18, formularam duas ordens de factores que influenciaram decisivamente as diversas modalidades de acção: (i) obter a cooperação franco-alemã no auxílio à Alemanha, quer em território francês metropolitano, quer nas colónias; (ii) conseguir que a Espanha entrasse em guerra, ao lado da Alemanha, visando a intervenção alemã no espaço ibérico com vista a afastar definitivamente a Inglaterra do Mediterrâneo Ocidental: para afastar a Inglaterra do mediterrâneo era preciso ocupar Gibraltar, encerrar o estreito e evitar o desembarque inglês na península ibérica e nas ilhas atlânticas²⁸⁹. As forças aéreas apoiariam o ataque a Gibraltar, enquanto os submarinos enfrentavam a esquadra inglesa.

Hitler contava com o apoio de Franco para o reforço das Canárias e ocupação de Cabo Verde. Mas “qualquer violação da neutralidade portuguesa pelos alemães, para além de alienar a opinião pública dos Estados Unidos, Brasil e Países da América do Sul, significaria uma ocupação imediata dos Açores pelos britânicos e possivelmente das ilhas de Cabo Verde [...]”²⁹⁰. A ocupação de Cabo

²⁸⁴ Cit. por António José Telo, *op. cit.*, 1993, p. 324-25.

²⁸⁵ António José Telo, *op. cit.*, 2007, p. 23.

²⁸⁶ José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 25.

²⁸⁷ António José Telo, *op. cit.*, 1993, p. 323.

²⁸⁸ António José Telo, *op. cit.*, 2007, p. 25.

²⁸⁹ H. R. Trevor-Roper, *Hitler's War Directives 1939-1945*, London, Sidgwick and Jackson, 1942, p. 39-40.

²⁹⁰ Katherine Duff, “Portugal”, in: *The War and the Neutrals Survey of International Affairs*, London, Oxford University Press, 1956, p. 328-329.

Verde dependia do consentimento da França para a Alemanha poder controlar Dakar, pois, ocupando Dakar, os Aliados estariam comprometidos nesta zona²⁹¹.

Devido à incapacidade para ocupar as ilhas britânicas, Hitler repensou a estratégia de forma a limitar as acções dos países Aliados. Nesta fase do conflito o Mediterrâneo transformou-se no palco de operações decisivas para o corte das comunicações pelo mar mediterrâneo e domínio do Atlântico Central e Sul pela aquisição de bases nas zonas costeiras da Península Ibérica e África. Com a conquista de Gibraltar e do Suez, a Inglaterra ficaria “separada” das suas colónias. Assim sendo, o controlo das ilhas atlânticas, sobretudo as do arquipélago de Cabo Verde, dificultariam a circulação pela rota alternativa do Cabo da Boa Esperança.

No Mediterrâneo Oriental, a Turquia recusou a adesão ao Pacto Tripartido e a Alemanha, perante esta renúncia, considerou uma movimentação militar com o auxílio da Rússia e Itália, alterando a situação de equilíbrio conseguida por Berlim. Franco adia, constantemente, a data do envolvimento espanhol na guerra.

Assim, estavam levantados os primeiros entraves reais à Operação “Félix”. A 10 Janeiro de 1941, “farto do jogo de Franco”²⁹², Hitler abandonou a Operação “Félix” e deslocou as suas tropas para a Grécia. Num interrogatório em Nuremberga, o nazi Alfred Jodl revelou que a ocupação das Canárias e de Cabo Verde era um dos projectos preferidos de Hitler²⁹³. A conquista de Gibraltar “fortalecia as posições alemãs em África onde os Aliados não poderiam ter desembarcado como fizeram”, por isso a não-execução da Operação “Félix” foi “lamentável”, segundo o chefe da Luftwaffe, Herman Goering²⁹⁴.

Em Maio do mesmo ano, a Alemanha elaborou o plano “Isabela”, onde incluía a ocupação dos portos da Península, incluindo Portugal. Na medida em que ambos previam um avanço sobre a Península, assim os preparativos para a “Isabela”, poderiam ser aproveitados igualmente para “Félix” (no futuro).

Segundo uma carta escrita pelo Governador de Cabo Verde, José Diogo Ferreira Martins, ao Ministro das Colónias, Álvaro da Fontoura, a 28 de Junho de 1941, o interesse da Alemanha para conquistar o arquipélago cabo-verdiano manteve-se mesmo após o fracasso da Operação “Félix”. O Governador notou que “a polícia descobriu que o alemão Adolfo Fernando Errarssol fizera um relatório sobre o arquipélago” e que “esse relatório deveria seguir em mão de um outro alemão chamado Carlos Kurtvelten autorizado a sair (de Cabo Verde) de avião”²⁹⁵.

²⁹¹ Idem, *Ibidem*.

²⁹² António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 262.

²⁹³ Cit. por José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 47.

²⁹⁴ Idem, *Ibidem*.

²⁹⁵ AHU – 2966, 1A, UM, GM, MÇ, 1940-1941, Cópias Ofícios, UTL, Ofícios Expedidos de Julho de 1941, p. 1648.

Há que referir que estes alemães eram passageiros do navio *Prometheus* e estavam a ser “vigiados” pelo Governo do arquipélago. Devido ao sucedido, o Governador de Cabo Verde solicitou ao Ministério do Interior para “manter na colónia, especialmente em São Vicente, o serviço secreto de informações [...]”²⁹⁶ para “fazer face ao desembarque clandestino e permanência ilegal de um súbdito alemão” naquela ilha²⁹⁷. Com todos estes acontecimentos e aos protestos do Governo inglês junto a Oliveira Salazar, os alemães tornaram-se *persona non grata* em Cabo Verde. Quanto ao Cônsul da Alemanha em São Vicente, a “intenção” do Ministro das Colónias era “mandá-lo para a outra ilha”²⁹⁸.

Em suma, as ilhas de Cabo Verde podiam ser utilizadas como base pelos submarinos alemães e como postos avançados para a invasão do Hemisfério Ocidental. O objectivo da intervenção alemã na Península Ibérica foi o de expulsar a Inglaterra do Mediterrâneo Ocidental e impedi-la de se apoderar de qualquer outro ponto da Península ou das ilhas atlânticas. E assim: (i) Gibraltar devia ser tomada e o estreito fechado; (ii) os ingleses deveriam ser impedidos de se apoderarem de qualquer outro ponto da Península ou das ilhas atlânticas. Os comandantes da aviação e da marinha examinariam como as ilhas de Cabo Verde poderiam ser ocupadas.

A partir de 1941, a Península Ibérica e as ilhas atlânticas portuguesas adquiriram uma grande importância estratégica enquanto pontos de apoio e de projecção do poder militar de Inglaterra e dos Estados Unidos da América. A questão de Gibraltar alargava as ameaças da Alemanha a Cabo Verde, de forma a contra-atacar qualquer acção hostil por parte da Inglaterra.

4.4. A RESPOSTA DOS PAÍSES ALIADOS À OPERAÇÃO “FÉLIX”

A Inglaterra tinha conhecimento da Operação “Félix” e, caso Cabo Verde fosse invadido pela Alemanha, havia um plano de contra-ataque a partir de Freetown (Serra Leoa Britânica), através de “uma pequena força anfíbia”²⁹⁹. Como comentou o historiador britânico Michael Alpert, “Churchill tinha estudado bem Hitler e estava seguro de que este cometeria erros na condução da guerra, pelo que bastava esperá-los e aproveitá-los”³⁰⁰. Conquanto, só defendendo as ilhas atlânticas é que a Inglaterra e os EUA faziam face aos ataques alemães.

A Inglaterra pretendia ocupar Cabo Verde como resposta à operação “Félix”. A 27 de Setembro de 1940, Churchill propôs ao Gabinete de Guerra inglês informar os americanos dos

²⁹⁶ AHU – 2966, 1A, UM, GM, MÇ, 1940-1941, Cópias Ofícios, UTL, Ofícios Expedidos de Julho de 1941, P. 1479.

²⁹⁷ Ministro das Colónias, 19 de Dezembro de 1940 – AHU – 2965, UM, GM, MÇ, 1940-1941, Cópias Ofícios, UTL, Ofícios Expedidos Dezembro de 1941.

²⁹⁸ Ministro das Colónias, 19 de Dezembro de 1940 – AHU – 2965, UM, GM, MÇ, 1940-1941, Cópias Ofícios, UTL, Ofícios Expedidos Dezembro de 1941.

²⁹⁹ António José Telo, *op. cit.*, 2007, p. 26.

³⁰⁰ Citado por David Solar, *op. cit.*, 2005, p. 45.

planos em relação aos Açores e a Cabo Verde de modo a planear uma acção conjunta no caso de um ataque alemão a Gibraltar. A 9 de Outubro do mesmo ano, Roosevelt foi oficialmente informado dos planos para ocupar os dois arquipélagos, se a Espanha entrasse em guerra ao lado de Hitler. Os Estados Unidos concordaram em ocupar Cabo Verde e os Açores, caso fosse preciso.

O Governo inglês estava consciente de que Salazar nada faria contra os interesses britânicos, isto é, não se opunha a que a Inglaterra ocupasse as ilhas atlânticas de forma a impedir as intenções de Hitler. A Península Ibérica surgiu como alternativa a Gibraltar e às ilhas, em virtude da “situação potencialmente perigosa existente nos Açores e em Cabo Verde”³⁰¹.

O arquipélago de Cabo Verde é vital como posto de transbordo e reabastecimento. Podemos constatar a necessidade de evitar que estas ilhas ficassem sob o controlo do inimigo. Numa conversa com o Secretário de Estado Britânico dos Negócios Estrangeiros, Armindo Monteiro referiu as posições vitais para o Império Britânico que Portugal tinha no mundo – “os Açores e Cabo Verde”. Afirmou ainda que “a nossa amizade representa para a Inglaterra a segurança do Atlântico, a entrada do Mediterrâneo, a certeza do caminho do Oriente sempre aberto. Porque é que tanta vez e durante tanto tempo [...] se obstinaram, nestas condições em nos tratar como *quantité négligeable*?”³⁰²

A 10 Janeiro de 1941, a operação “Félix” foi cancelada devido às discórdias existentes entre Alemanha, Espanha, Itália e Turquia. Hitler retomou as conversações com o propósito de fazer renascer a operação, mas a situação política e estratégica não lhe eram favoráveis, uma vez que Churchill, com o apoio de Roosevelt, deu nova expressão aos seus objectivos e a Rússia insistia nas suas reivindicações sobre o Báltico e no acesso aos mares.

Nos primeiros meses de 1941, reuniram-se em Londres e em Lisboa os representantes de Portugal e de Inglaterra para serem discutidos os problemas relacionados com a defesa de Portugal continental e insular. Ficou acordado que a Inglaterra daria auxílio para a construção de campos de aviação e apoios técnicos na organização da defesa, tanto nos Açores como em Cabo Verde.

Depois dos sinais da intervenção da Alemanha na Grécia, Churchill temeu uma ofensiva do Eixo no Mediterrâneo. Assim, em Março de 1941, o Primeiro-Ministro britânico, com mais forças disponíveis, mencionou a intenção de desencadear uma nova ocupação de Cabo Verde, designada de operação *Shrapnell*³⁰³, para “afastar de vez” as intenções de Hitler de ter “um golpe de mão bem sucedido” neste arquipélago. O Estado-Maior norte-americano também estava atento à situação do

³⁰¹ Carta secreta de Lord Halifax ao embaixador de Portugal em Londres. Citada pelo próprio Armindo Monteiro num telegrama enviado a Oliveira Salazar, em DAPE, vol., VII, p. 63.

³⁰² DAPE, vol. IV, p. 157.

³⁰³ Curiosamente, Roosevelt só toma conhecimento destes preparativos dos ingleses em finais de Abril de 1941. Contudo, não deixou de apoiar Churchill na ocupação de Cabo Verde, porém, apelou que quando concluída a guerra, a Inglaterra de abandonar o arquipélago.

arquipélago. A Inglaterra não precisava de usar Cabo Verde para fazer a ligação à América do Norte, mas Cabo Verde era importante para se ligar a América do Sul e às suas colónias.

Desassossegado com a defesa de Cabo Verde, Bluter escreveu a Armindo Monteiro, no dia 16 de Abril de 1941, a dizer que o Governo britânico estava disposto a enviar “dois ou três peritos de guerra a cada grupo de ilhas” para aconselharem sobre as defesas de Cabo Verde e dos Açores³⁰⁴. Poucos dias depois, Churchill enviou uma carta a Roosevelt a comunicar-lhe que “a capacidade ibérica para resistir às pressões alemães podia ceder a curto prazo, o que implicava a ocupação dos Açores e de Cabo Verde”³⁰⁵.

Neste mesmo mês, o Senador norte-americano Pepper anunciou no Senado a “ocupação dos Açores e de Cabo Verde”. O Governo comunicou que, à excepção da defesa aérea, a defesa dos Açores estava completa e que as guarnições de Cabo Verde iriam ser reforçadas. Assim, a defesa se fazia contra qualquer ameaça, quer viesse o Eixo, quer viesse os Aliados³⁰⁶.

Nestes dois arquipélagos era patente a fragilidade do dispositivo militar português³⁰⁷. Com a evolução da guerra, as medidas da preocupação militar na região do Atlântico tomaram um volume considerável.

Segundo Roosevelt, “o controlo ou a ocupação de qualquer uma das ilhas atlânticas pelas forças nazis comprometeriam a segurança imediata de tractos da América do Norte e do Sul e das posições insulares norte-americanas e, finalmente, a segurança do próprio território continental dos Estados Unidos”³⁰⁸. E caso Cabo Verde e os Açores fossem invadidos pela Alemanha “poriam directamente em perigo a liberdade do Atlântico e a nossa própria segurança física”³⁰⁹.

Em suma, os governos dos país Aliados estavam “extremamente preocupados” com a defesa das ilhas atlânticas portuguesas, pois “do muito que se tinha colhido, de palavras e de atitudes dos chefes militares e políticos do *Reich*, incluindo o próprio *Führer*, conclui-se que a expansão germânica se orienta em vários sentidos, tomando, alguns deles, grande raio de acção”³¹⁰. A possibilidade da Alemanha avançar sobre a Península Ibérica fazia o executivo americano recar pela segurança do eixo Dakar-Natal.

³⁰⁴ DAPE, vol. VIII, p. 314.

³⁰⁵ Idem, *Ibidem*.

³⁰⁶ Pedro Cardoso, “Evolução do Conceito Estratégico Nacional no Século XX” in: *Estratégia*, vol. IV, Instituto de Relações Internacionais, Lisboa, ISCSP, 1992, p. 47-49.

³⁰⁷ Maria Carrilho, “Política de Defesa e de Rearmamento”, in: *Portugal na Segunda Guerra Mundial, Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Dom Quixote, 1989, p. 32 e 33.

³⁰⁸ Telegrama de Bianchi a Oliveira Salazar, em DAPE, vol. VIII, p. 451-456.

³⁰⁹ Idem, *Ibidem*.

³¹⁰ In: *Açoriano Oriental*, nº 5506 de 8 de Novembro de 1941.

Um reforço da frota do Atlântico poderia significar a necessidade de operar no “teatro” da Islândia, no dos Açores e de Cabo Verde, com o volume de forças navais disponíveis e com um *deficit* de forças armadas terrestres ainda pouco preparadas para operar em tempo de guerra.

4.5. A PRESENÇA ITALIANA EM CABO VERDE

Em 1939, pouco antes do início da II Guerra, Portugal autorizou o Governo de Benito Mussolini a construir um aeroporto na ilha do Sal, para servir de ligação com os países da América do Sul.

Em Dezembro do mesmo ano, foi inaugurada esta linha aérea Itália-América do Sul, com escala em Cabo Verde³¹¹. A presença italiana neste arquipélago gerou insatisfações por parte da Inglaterra que “pediu satisfações a Teixeira de Sampaio sobre as facilidades de comunicação concedidas aos italianos relativamente à continuação da construção de uma pista na Ilha do Sal”³¹².

Circulavam informações de que o aeródromo do Sal, que se tinha desenvolvido com “surpreendente rapidez”, continuava a ser utilizado pelos italianos³¹³.

O embaixador italiano referiu a Salazar que a presença da companhia LATI³¹⁴ em Cabo Verde era muito importante para manter a influência europeia na América do Sul e combater o «expansionismo» americano³¹⁵. Esta importância foi expressa, em Janeiro de 1941, pelo Governo italiano ao comunicar ao Ministro das Colónias que tinha uma “urgente necessidade de Portugal construir infra-estruturas no aeroporto de Cabo Verde”, pois as sugestões do Ministro Italiano iam “ao ponto de lembrar a possibilidade de considerar a ilha do Sal como um ponto franco para a LATI, a troco de uma pensão anual”³¹⁶.

Quanto à companhia LATI, o Governo português pretendia diminuir o número de italianos na Ilha do Sal, dando apenas autorização a um “número de tripulantes já fixado” entre os dois Governos. Pois, segundo informou o Governo do arquipélago, parecia “inconveniente autorizar a entrada de mais súbditos italianos e alemães em Cabo Verde”³¹⁷. Em meados de 1941, a base italiana na ilha do Sal funcionava “a título precário”³¹⁸.

Assim sendo, em Agosto, o Governo italiano pretendia substituir a sua tripulação residente na ilha, sem fazer referência a Portugal. Devido a este incidente, o Ministro das Colónias “apresentou

³¹¹ António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 128.

³¹² *Idem*, p. 122.

³¹³ DAPE, vol. VII, p. 60.

³¹⁴ Linhas Aéreas Transatlânticas Italianas.

³¹⁵ Citado António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 308-9.

³¹⁶ Carta do Ministro das Colónias ao Ministério dos Negócios Estrangeiro, 04/02/1941, AHU, Ofícios Expedido, Fevereiro de 1941.

³¹⁷ AHU – 2966, 1.^a, UM, GM, MÇ, 1940-1941, Cópia Oficial, UTL, p. 143.

³¹⁸ AHU – Ofícios Expedido de Junho de 1941.

protestos”³¹⁹, alegando que o envio de italianos a Cabo Verde em tempos de guerra podia “dar lugar a incidentes desagradáveis”³²⁰. Por motivos de ordem militar, no final de Setembro de 1941, o Governo português ocupou as instalações da base Aérea da LATI³²¹. Com o decorrer da guerra, os bens da mesma companhia foram “confiscados” para não haver “possibilidades de comunicações clandestinas”³²². Anos mais tarde, depois de vários protestos por parte dos italianos, esses bens foram-lhes devolvidos.

Em Outubro de 1941, a Inglaterra, que tinha conhecimento das movimentações alemãs no Atlântico (e por isso “advertiu” Portugal), exprimiu a sua “preocupação” pela segurança dos cabos telegráficos existentes nos Açores e em Cabo Verde e sobre as actividades da companhia LATI, garantindo que os hidroaviões que faziam escalas no arquipélago transmitiam informações ao nazis sobre a navegação aliada na zona³²³.

Relativamente a este assunto, Salazar escreveu ao embaixador em Roma, Teixeira de Sampaio, a comunicar-lhe que não tinha “dúvidas em recusar o pedido inglês de cessar os voos da companhia de viação LATI a partir de Cabo Verde”. Salazar informou Roma que estava “a ser feito um esforço para proteger os interesses italianos”³²⁴.

No que diz respeito à “guerra secreta”, os Serviços de Informação Italianos que funcionavam em ligação com os alemães, dispunham de um ponto em Cabo Verde, onde Roma desenvolveu a base para hidroaviões da LATI, na ilha do Sal. Assim, o arquipélago cabo-verdiano funcionava como ligação às extensas relações do Eixo na América Latina, sendo a LATI utilizada para transportar alguns produtos raros para a Europa, como a platina, por exemplo³²⁵. Citando o historiador António José Telo, “nesta fase da guerra, Cabo Verde era um dos pontos mais sensíveis do império”³²⁶.

4.6. A VITÓRIA DOS PAÍSES ALIADOS NA BATALHA DO ATLÂNTICO

Após a rendição da Alemanha, os submarinos alemães começaram a chegar aos portos navais da costa sul de Inglaterra em obediência às ordens dadas pelas Nações Unidas. A Batalha foi ganha após uma luta não menos perigosa e por meios de esforços tão difíceis e prolongados como na que

³¹⁹ AHU – 2966, 1A, UM, GM, MÇ, 1940-1941, Cópias Ofícios, Correspondência Expedida de Setembro de 1941, UTL, p. 2171.

³²⁰ AHU – 2966, 1A, UM, GM, MÇ, 1940-1941, Cópias Ofícios, UTL, Correspondência Expedida de Outubro de 1941, p. 2192.

³²¹ AOS/CO/NE – 2F.

³²² AHM – FO/037/1/518/4.

³²³ António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 425.

³²⁴ Telegrama 72 de Salazar o Ministro em Roma, em 28 de Novembro de 1941, citado por António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 441.

³²⁵ António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 428-9.

³²⁶ *Idem*, p. 438.

terminou em Novembro de 1918, embora não tivesse sido coroada com o “esplendor trágico” da rendição da orgulhosa esquadra alemã no alto mar, que depois foi afundada em *Scapa Flow*. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha nazi não possuía “navios de superfície em quantidades suficientes e não esteve em condições de travar uma batalha naval como a da Jutlândia”³²⁷.

Todavia, os “poucos” navios principais dos nazis eram rápidos e potentes e enquanto andaram nos mares só a sua existência causou embaraços à Esquadra Real se o facto de os terem aplicado isoladamente, ou em pequenas esquadras, deu ocasião àquelas “acções brilhantes” em que foi derrotado o almirante Graf Spee, em Dezembro de 1939, e à destruição de *Bismarck*, em 1941. Daí em diante, o valor principal dos restantes navios alemães, tais como *Tripitz*, *Gneisenau*, e *Scharnhorst* consistiu em conter forças superiores com a sua presença nos portos, onde normalmente se limitavam a espiar.

Mais do que na Primeira Guerra Mundial, o submarino continuou a ser a principal arma da Alemanha. A princípio, houve esperança de que os estrategemas empregues, principalmente o sistema de comboios seriam agora suficientes para manter os submarinos dentro de limites moderados visto que os progressos técnicos na construção de submarinos e na táctica não tinham sido grandes. Porém, a Alemanha começou a explorar “duas novas grandes vantagens – a produção extremamente rápida de submarinos e o uso, como bases, de todos os portos na Noruega e da França vencidas”³²⁸.

A Esquadra Real, por seu lado, já não tinha à disposição os portos da Irlanda do Sul. Chegou-se à conclusão de que operar com submarinos em “alcateias de lobos” compensava a perícia deficiente dos oficiais e das tripulações, mas o número insuficiente de unidades de escolta deixava muitas vezes a sua “presa completamente indefesa”. Uma vez mais, o Almirantado teve razões para mostrar as mais sérias inquietações a respeito da manutenção da linha vital do Atlântico.

A ameaça foi vencida, pouco a pouco, graças, principalmente, à acção de três factores:

- a) O primeiro foi a construção intensiva de unidades ligeiras de escolta, principalmente corvetas e fragatas para protegerem os comboios. Suprida esta necessidade, os cinquenta *destroyers*, então cedidos pelos Estados Unidos (país ainda neutro), em troca de bases nas Caraíbas, prestaram auxílio indispensável no momento mais crítico;
- b) O segundo factor diz respeito a transferência de maior número de aviões ingleses para defender os comboios em águas ao alcance da protecção aérea com bases terrestres e para contra-atacar os próprios submarinos;

³²⁷ AHM – FO/037/2/512.

³²⁸ Idem.

c) O terceiro tem a ver com a construção de unidades de escolta e a sua adstrição aos comboios, a fim de os guardar na passagem mais perigosa no meio do Atlântico, onde não podiam ser protegidos da costa britânica nem da americana³²⁹.

Com o emprego destes métodos, a ameaça foi vencida – os afundamentos de submarinos começaram a exceder os dos navios mercantes. Durante toda a guerra foram afundados mais de 500 submarinos³³⁰. Após um período em que a Alemanha “parecia tão intimidada com as suas perdas que nem se quer ousava fazer-se ao mar”, começou a notar-se certa actividade dos submarinos, mas os seu êxitos não “perturbaram seriamente” a fase da ofensiva final da estratégia aliada.

A campanha contra os submarinos, que não se tinha limitado ao Atlântico, mas sim a todos os mares onde navegavam navios aliados, era a principal preocupação da Marinha através da guerra. A política britânica “baseava-se ao máximo” na opinião do Coronel Henderson, segundo a qual “a força naval do inimigo devia ser o primeiro objectivo das forças navais tanto em terra como no mar”³³¹. O poder naval representava o controlo das comunicações marítimas com todas as armas que fosse possível empregar. Era evidente que era necessário haver a mais íntima coordenação entre as forças navais e aéreas, quer fossem transportadas, quer tivessem bases terrestres, além da cooperação dos exércitos³³².

Os Aliados combateram com perseverança e conseguiram dominar as vias marítimas, impedindo que a Alemanha se apossasse delas, utilizando-as continuamente para o seu próprio tráfego. Não se conseguia o domínio das comunicações marítimas no Báltico. O Mediterrâneo foi perdido com a queda da França e toda a campanha do Norte de África, incluindo a defesa da Malta travada para recuperar aquele domínio. Nos oceanos, não houve esforços alemães que conseguissem perturbá-lo.

Em virtude da supremacia britânica no Canal, para a qual muito contribuíram os aviadores que combateram na Batalha de Inglaterra, o adversário teve de desistir da ideia de invadir as ilhas britânicas. Com o domínio do Atlântico foi mantida a subsistência da Grã-Bretanha e concentrado o poderoso exército americano necessário para a invasão da Europa. Acrescido a isto, o domínio do Ártico permitiu que os recursos industriais do Novo Mundo prestassem o auxílio à defesa russa.

³²⁹ Para mais desenvolvimento, ver o ponto 2.2. A Batalha do Atlântico e a Importância Geoestratégica de Cabo Verde e dos Açores; António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1987; e Luís Nuno Rodrigues, *No Coração do Atlântico: Os Estados Unidos e os Açores, (1939-1949)*, Lisboa, Prefácio, 2005.

³³⁰ AHM – FO/037/2/512.

³³¹ Idem.

³³² Idem.

CAPÍTULO V: A DEFESA DE CABO VERDE

“[...] está a ser preparada uma força expedicionária de 25 000 homens [...] e está a pressionar as autoridades militares para acelerarem os preparativos para a defesa de Cabo Verde e dos Açores”. (Roosevelt)³³³

³³³ Citado por, José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 60.

5.1. PLANO DE DEFESA DO PORTO GRANDE DE SÃO VICENTE (1939)

Antes do início da Segunda Guerra Mundial, a aviação naval portuguesa apresentou um plano que visava instalar uma base em Cabo Verde. Com o início da guerra, verificou-se que os planos anteriores tinham grandes erros. No dia 18 de Setembro de 1939, o Ministério da Guerra “analisou e deu o seu parecer sobre um projecto de defesa do Porto Grande de São Vicente” elaborado pela Repartição Militar do Ministério das Colónias (RMMC). O projecto foi elaborado na própria província de Cabo Verde, pelo Tenente da Artilharia João António Nunes de Andrade, em serviço na mesma província. O projecto elaborado no dia 24 de Agosto com “todo o cuidado, continha um estudo técnico preciso e seguro”³³⁴.

O projecto apresentava duas partes: uma com o vasto armamento que seria necessário à defesa completa da ilha de São Vicente e do seu porto como base naval; outra com “as restrições que se entendia poderem fazer-se como medida económica”. Estas aproximavam-se das que constavam no parecer do Ministério da Guerra sobre o projecto da RMMC e “não havia motivo para o modificar”³³⁵. Segundo o Coronel José Mascarenhas, o porto de São Vicente devia “ser considerado como um ponto de apoio (porto de refúgio) e não como base naval”³³⁶.

Foram consideradas as possíveis operações em terra. Embora os desembarques fossem possíveis em vários pontos da ilha de São Vicente, era opinião do Ministério da Guerra que devia “ter apenas em conta aqueles que poderiam ser feitos nas proximidades do objectivo principal a atingir – Porto de Mindelo – onde estavam concentrados todos os órgãos vitais e não em pontos afastados que obrigariam o inimigo a longas e difíceis marchas e operações demoradas que exigiriam efectivos e meios de que certamente ele não poderá dispor”³³⁷. Não se deviam “considerar quaisquer desembarques e consequentes ataques que se pudessem fazer fora das baías de Porto Grande, Salamansa e São Pedro [...]”³³⁸.

Pelo decreto-lei n.º 29886, de 14 de Junho de 1939, o efectivo de tempo de paz destinado à defesa de Cabo Verde era de duas companhias de caçadores, tendo adstritas cada uma um pelotão de morteiros. Segundo as notas do Ministério de Guerra, desde que à ilha de São Vicente fosse “dada uma destas companhias e fosse criada uma bateria de obuzes de montanha”, tal seria suficiente para a sua defesa. A província de Cabo Verde devia ainda “dispor de uma reserva de

³³⁴ AHM – FO/029/10/365/230.

³³⁵ Idem.

³³⁶ Coronel José Mascarenhas, Chefe da Segunda Repartição, AHM – FO/029/10/365/236.

³³⁷ AHM – FO/029/10/365/236.

³³⁸ Idem.

material – espingardas e metralhadoras – para armar em caso de guerra, todo o pessoal instruído de milícias, como a Legião Portuguesa”³³⁹.

Se examinarmos o Porto Grande, vemos que qualquer navio para o alcançar terá de entrar e caminhar por qualquer dos canais formados pela ilha de São Vicente com a de Santo Antão. “O Porto Grande poderá começar a ser batido pela artilharia de qualquer vaso de guerra, antes de instalar baterias de costas que forcem esse vaso a manter-se a uma distância tal que a sua artilharia não possa alcançar o objectivo, ou a impedi-lo de forçar os canais e vir a atacar directamente o Porto”³⁴⁰.

De acordo com o relatório de José Mascarenhas, com “três baterias de duas peças cada, com alcance entre 25 a 30 km”, o Porto Grande estaria defendido contra qualquer ataque feito por unidade de superfície. As baterias poderiam ser instaladas respectivamente no Canalinho (ilha de São Vicente), na Tope Susana (ilha de São Vicente) e o terceiro no Morro Brejo (ilha de Santo Antão). A bateria instalada em Santo Antão alcançava toda a frente de onde o Porto Grande podia ser alvejado.

As baterias deveriam ser instalas sobre plataformas giratórias de forma a permitir-lhe um sector de tiro, de pelo menos 180°. “Sobre qualquer alvo que apareça poderão incidir, desde o caso mais desfavorável do fogo de uma só bateria, ao fogo conjunto das três baterias, e isto em qualquer direcção”³⁴¹. Continuando a citar o relatório do Coronel, “poder-se-á [...], como reforço, instalar no Fortim D’El Rei e na posição de Lazareto, respectivamente em cada uma, uma divisão de duas peças de material misto para a costa e anti-aéreo. O complemento da defesa pertence à marinha, como o fundeamento de minas, redes submarinas, [...]”³⁴².

Analizamos, agora, a defesa anti-aérea: era necessário “pôr de parte a existência de navios porta-aviões inimigos ou que este dispunha de bases aéreas próximas que lhe permitissem o emprego de ataques com grande número de aviões. O que, portanto, seria o ataque causal de quaisquer aviões isolados do tipo dos transportados pelas unidades de superfície ou submersíveis [...]”³⁴³. A defesa contra a sua acção seria feita pelas “duas divisões de artilharia mista”, que podiam ser completada pela de uma bateria automóvel anti-aérea de 40m/m e por algumas metralhadoras colocadas nos pontos vitais. Como meio mais eficaz e económico, poderia ser dotado o Porto Grande de uma artilharia de “dois ou três hidroaviões rápidos, mistos de combate e reconhecimento”³⁴⁴. Devia igualmente ser preparada com todo o cuidado a defesa passiva. Seria

³³⁹ Idem.

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Coronel José Mascarenhas, Chefe da Segunda Repartição. AHM – FO/029/10/365/236.

³⁴² Idem.

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ Idem.

necessário adquirir e montar todos os elementos que formavam o complemento de qualquer organização deste género, como: posto meteorológico, posto rádio-telegráfico, rádio-goniométrico, projectores, aparelhos de escuta, etc.

A partir de 1940, foi considerado “imprescindível” manter pelo menos um contra-torpedo em Cabo Verde como defesa mínima de um golpe-de-mão, mas se verificou que tal não era possível³⁴⁵. Assim, os portos das ilhas estavam virtualmente indefesos.

A 4 de Novembro de 1941, o Cônsul americano em Cabo Verde escreveu ao *State Department* a chamar a atenção a um possível desembarque de tropas alemães em Cabo Verde. Para defender o arquipélago de um possível ataque da Alemanha foram enviados, aproximadamente, 5 000 soldados para o arquipélago, mas que, praticamente, só possuíam armamento ligeiro. A defesa do Porto Grande, na ilha de São Vicente, baseava-se quase só em três peças de 150 mm, reforçadas em 1941 com quatro peças antiaéreas, 12 metralhadoras e uma secção de morteiros de 81 mm³⁴⁶.

5.2. PLANO DE DEFESA DE CABO VERDE (1942)

Como já foi referido, durante a Segunda Guerra Mundial, Portugal foi um país neutro. Sabedor da importância estratégica do arquipélago de Cabo Verde e dos Açores, alvos apetecidos por qualquer dos contendores, Portugal entendeu que seria crucial guarnecer aqueles territórios com forças militares suficientes para dissuadir qualquer veleidade por parte dos beligerantes.

Durante o conflito, estes arquipélagos eram, com efeito, muito cobiçados por serem detentores de elevado potencial estratégicos, sobretudo do ponto de vista aero-naval. Uma fraca presença de forças nacionais poderia indicar um sintoma de desleixo susceptível de encorajar uma ocupação estrangeira à revelia do direito internacional, em manifesto atropelo da soberania portuguesa.

No dia 12 de Agosto de 1942, foram aprovadas as directivas para a organização do plano de defesa do arquipélago de Cabo Verde tendo-se em conta as precisões seguintes:

- a) As forças metropolitanas destacadas para reforçar a guarnição militar da colónia de Cabo Verde destinavam-se exclusivamente à defesa de São Vicente;
- b) À ilha de Santiago foram afectas duas companhias de caçadores indígenas da colónia que eram rapidamente colocadas em estado de completa eficiência. Na hipótese da colónia não poder assumir as despesas com a sua guarnição militar privativa, o Ministério da Guerra tomaria parte das mesmas. Procurar-se-ia prover num oficial superior da arma de infantaria

³⁴⁵ António José Telo, *op. cit.*, 1996, p. 161-162.

³⁴⁶ António José Telo, *op. cit.*, 1993, p. 280.

(Major ou Tenente Coronel) o comando militar da ilha de Santiago, que simultaneamente exerceria o comando das duas companhias indígenas de caçadores³⁴⁷;

c) A guarnição da ilha de São Vicente seria constituída pelas tropas aí presentemente estacionadas, reforçadas, logo que fosse possível, com a bateria de artilharia de campanha de 75 m/m. A bateria antiaérea de 40 m/m seria elevada a 6 peças logo que as disponibilidades em material o permitam;

d) Não poderiam ser deslocadas da ilha de São Vicente para a ilha de Santo Antão os efectivos superiores a uma companhia de atiradores, reforçada com um pelotão de metralhadoras pesadas e uma secção de morteiros de 81 m/m. Visto não ser possível reunir nesta ilha efectivos que garantissem a sua defesa integral, em todas as circunstâncias deviam apenas contentar-se com a vigilância do canal em frente ao Porto Grande de São Vicente, tendo como base principal a ocupação de Carvoeiros;

e) A guarnição da ilha do Sal seria constituída por um regimento de infantaria de dois batalhões e uma bateria A.A. de 40 m/m, provisoriamente a quatro peças, mas elevada a seis logo que o permitissem as disponibilidades em material. Não sendo possível por dificuldades de reabastecimento manter na ilha os dois batalhões do regimento, e um batalhão do regimento devia ali ficar apenas o comando do regimento e um batalhão, transferindo-se o outro batalhão para a ilha de Santo Antão onde permaneceria durante oito meses, recolhendo então a São Vicente todas as tropas da guarnição desta ilha.

Nesta hipótese, o conceito da ocupação da ilha de Santo Antão devia prever a vigilância da sua zona norte e noroeste e a defesa, a todo o custo, da zona sul. Em contrapartida, o conceito da defesa da ilha do Sal devia modificar-se no sentido de ser defendido o planalto da zona do aeródromo, vigiando-se com elementos não superiores a um pelotão de atiradores cada um dos portos de Santa Maria e Pedra de Lume.

As tropas que guarneciam a ilha do Sal não deviam manter-se na ilha por um período de duração superior a oito meses. Para esse efeito, o Comando Militar da Colónia ficava autorizado a trocar entre si os batalhões e as baterias das guarnições da ilha de São Vicente e do Sal, bem como as formações de comando dos dois regimentos se tal se fosse conveniente. Na hipótese de se verificar que não podia ser mantido mais de um batalhão na ilha do Sal a troca far-se-ia no que respeita à infantaria, apenas entre os dois batalhões do regimento;

f) Por falta de elementos, não foi possível destacar para o arquipélago forças de aeronáutica;

³⁴⁷ AHM – FO/037/1/518/5.

- g) O Ministério da Guerra procurou assegurar por meios próprios os transportes militares entre as ilhas do Sal e de São Vicente, bem como transporte de água entre as ilhas de Santo Antão e São Vicente;
- h) Procurar-se-ia manter no arquipélago reservas de munições e de combustíveis para dois meses e de víveres para um período de quatro a seis meses;
- i) Dever-se-ia procurar instruir no arquipélago pessoal indígena para pelo menos dois batalhões de infantaria. Em qualquer das hipóteses, seria sempre possível contar com um importante reserva de mobilização para a defesa das ilhas³⁴⁸;

Segundo o Governador da província de Cabo Verde, José Diogo Ferreira Martins, “na ilha do Sal devia ficar instalada uma companhia de atiradores, reforçada por um pelotão de metralhadoras pesadas em Santa Maria”³⁴⁹. Os restantes elementos do batalhão “em barracas a construir, no Morro Carvão Purpura e no campo de aviação, mas sem prejuízo na aterragem ou largada de aviões”³⁵⁰. Na Pedra de Lume, à excepção do Campo de Espargos, “todos os locais da ilha do Sal onde seja possível aterrar aviões devem ser obstruídos”³⁵¹. Foi comunicado ao Administrador do Concelho do Sal para “realizar trabalhos de obstrução com os trabalhadores que devem ir para a ilha de São Nicolau e estudar as possibilidades de alojamento para tropas locais”³⁵². Para a defesa da ilha de Santiago, deviam ser criadas “duas companhias de caçadores previstas na organização em substituição dos pelotões mistos que devem ser dissolvidos [...]”³⁵³.

No aspecto de planeamento de operações, os planos de defesa existentes foram elaborados de 1941 a 1944. Não existiam directivas para a elaboração de planos de defesa e segurança interna. Pois a ocupação com forças expedicionárias do arquipélago ou de alguma das suas ilhas foi sempre resultante de causas cujo estudo cabe ao departamento de Defesa.

No aspecto de segurança interna, havia que prever a intervenção das forças da Província em qualquer das ilhas do arquipélago e estudar as medidas a tomar para a segurança de unidades em trânsito. Era trabalho “que estava dentro das possibilidades do Comando Militar”³⁵⁴. Tornou-se “necessário dar ao Comando Militar uma directiva da defesa e segurança interna do Arquipélago”³⁵⁵.

Ainda para evitar a ocupação de Cabo Verde, havia que “dispor de um comando com os órgãos suficientes para se organizar de informações eficientes, elementos capazes de

³⁴⁸ AHM – FO/037/1/518/5.

³⁴⁹ Idem.

³⁵⁰ Confidencial: Telegrama da Praia para o Comando de São Vicente (Cabo Verde), AHM – FO/037/1/518/5.

³⁵¹ Idem.

³⁵² Idem.

³⁵³ Idem.

³⁵⁴ AHM – FO/032/1/398/6.

³⁵⁵ Idem.

instantaneamente observar unidades de reforço destacadas para o arquipélago e os órgãos de serviço para a manutenção do material existente na província”³⁵⁶. As unidades estabelecidas e preconizadas eram as seguintes: Quartel-General, duas Companhias de Caçadores, Depósito Geral de Material e Tribunal Militar Territorial.

5.3. A CONFERÊNCIA LUSO-BRITÂNICA E A DEFESA DOS ARQUIPÉLAGOS PORTUGUESES DO ATLÂNTICO

Entre 3 e 12 de Março de 1941, os oficiais do Estado-Maior português e britânico reuniram-se para fazerem uma “demorada análise e um cuidadoso exame de todos os elementos” que, para Portugal, “condicionavam a situação actual da Península e do problema da defesa de Portugal”³⁵⁷.

A partir do momento em que Portugal se apercebeu da impossibilidade da guerra ser evitada, não deixou de encarar com particular atenção o problema da defesa das suas ilhas do atlântico. Não ignorou a sua importância em relação às comunicações e ao comércio marítimo de qualquer dos países em luta e foi para si sempre ponto assente que, uma vez declarada a guerra, seria sempre de recear um golpe contra os Açores e Cabo Verde. Por isso mesmo, o Governo britânico mandou o seu congénere português tratar deste problema durante as conversações militares luso-britânicas de 1938 e não deixou de constituir surpresa para os britânicos a circunstância de os delegados militares ingleses nessas conversações se mostrarem relativamente desinteressados desse aspecto do problema militar português.

Naquela conformidade, o Governo português mandou em devido tempo formular um plano para a defesa dos Açores, de Cabo Verde e da Madeira, plano esse que vinha sido executado com alguma lentidão devido à escassez de recursos imediatamente disponíveis e ainda reduzidos pela acção do bloqueio marítimo resultante da guerra³⁵⁸.

Nesta mesma conferência luso-britânica, realizada em Lisboa, foram tratados os seguintes problemas:

- a) “Escala de um ataque a Portugal, partido dos Pirenéus;
- b) Datas do início provável deste ataque;
- c) Zonas portuguesas de defesa;
- d) Forças de que Portugal dispõe para as guarnecer;
- e) Armamentos de que imediatamente precisa;
- f) Auxílios e reforços indispensáveis;

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ DAPE, vol. VIII, p. 395-396.

³⁵⁸ Idem, p. 403.

g) Defesa dos Açores e de Cabo Verde³⁵⁹.

Foram então aprovados oito planos para defender as ilhas atlânticas portuguesas, que compreendiam:

- 1) Instalação de baterias de artilharia de costa nos postos praticáveis, de forma a fazer respeitar a soberania portuguesa por parte da navegação comercial ancorada ou em trânsito e a repelir qualquer ataque levado a efeito por flotilhas ligeiras submarinas ou de superfície;
- 2) Elevação aos efeitos da guerra das guarnições militares normais;
- 3) Reforço das guarnições normais por contingentes militares partidos do continente;
- 4) Formação de novas unidades locais para desdobramento das existentes em tempo de paz efectuado através da mobilização dos recursos em pessoal existente;
- 5) Organização defensiva das ilhas de maior importância militar de forma a tornar impossível qualquer desembarque ou aterragem ou amaramagem de forças aéreas;
- 6) Organização de segurança interna das mesmas ilhas de forma a impedir o assalto por pára-quedistas ou a actuação de elementos organizados no interior;
- 7) Organização da segurança e da vigilância naval pela atribuição a título permanente de navios de guerra nos três arquipélagos (Açores, Cabo Verde e Madeira);
- 8) Organização da segurança aérea dos Açores pela atribuição de algumas baterias anti-aérea e de esquadrilhas de caça e de reconhecimento enviadas da metrópole³⁶⁰.

Todas as partes do plano encontravam-se a ser realizadas, ou prestes a sê-lo, excepto o disposto n.º 8, devido à carência de meios. Assim, a partir do mês de Maio do mesmo ano, o Governo português estaria em condições de se opor eficazmente a uma tentativa de ataque à sua soberania nas ilhas portuguesas do Atlântico³⁶¹.

Para remover a carência de meios a fim de realizar o disposto n.º 8 era necessário que as autoridades britânicas fornecessem, de imediato:

- a) 3 baterias de artilharia antiaérea móvel de 3,7'' (9,4 cm) com os respectivos tractores, projectores e aparelhagem de escuta;
- b) 36, de 40 mm, sistema *Bofors*, ou seja, 9 baterias de 4 peças³⁶².

De acordo com as palavras do embaixador Armindo Monteiro, o ponto da defesa dos Açores e de Cabo Verde era “extremamente importante, tanto sob o aspecto da defesa da retaguarda

³⁵⁹ Idem, p. 426.

³⁶⁰ Idem, p. 403-404.

³⁶¹ Idem, p. 404.

³⁶² Idem, Ibidem.

portuguesa como sob o de segurança britânica no Atlântico” – e tanto no que respeitava aos Açores como a Cabo Verde³⁶³.

Devido à queda da França, em Maio de 1940, e ao domínio do continente europeu por parte da Alemanha, os planos para a defesa das ilhas foram alterados. Assim sendo, em finais do mesmo mês, os Comandos Militares do Reino Unido notaram num memorando interno que Cabo Verde e os Açores eram “da maior importância e de grande valor estratégico” e “em caso de hostilidade portuguesa, deveriam ser ocupados”³⁶⁴.

Nessa fase da guerra, a esquadra francesa, que era a principal força naval no Mediterrâneo, estava neutralizada e a Itália dominava o Mediterrâneo Central. Assim sendo, à Inglaterra só restavam as bases no Suez e em Gibraltar. Esta última era muito importante pois fechava o Mediterrâneo, impedindo que a esquadra italiana saísse para o Atlântico. Perante essa situação, a Royal Navy reforçou o Mediterrâneo com a chamada “força H”. Caso a Espanha entrasse em guerra (e Gibraltar fosse atacado), o desvio da “força H” para Portugal ou para as suas ilhas era essencial para “o controlo do Atlântico”³⁶⁵.

Com a assinatura do armistício por parte da França, com a entrada da Itália na guerra e com o receio que a Espanha deixasse de ser neutro e passasse para o lado do Eixo, Cabo Verde ganhou uma maior importância, pois era uma das poucas alternativas no Atlântico que poderia ser ocupada para substituir Gibraltar (caso fosse ocupado pelas forças do Eixo).

Sobre Cabo Verde e os Açores, António José Telo nota que os Comandos Militares Britânicos recomendaram a ocupação destes dois arquipélagos logo que se tornasse “evidente” que “a Espanha pretendia entrar na guerra”, ou se houvesse “um risco sério de os Açores e Cabo Verde serem ocupados” pelo Eixo³⁶⁶.

A 17 de Julho de 1940, Dunn, (Conselheiro Político norte-americano para questões europeias) confessou a Bianchi, embaixador de Portugal em Washington, “o alto interesse dos Estados Unidos da América pela situação das ilhas pertencentes a Portugal”, acrescentando que o Governo norte-americano pretendia que Portugal lhe comunicasse “qualquer suspeita, facto ou circunstância” que pudesse afectar a situação nas ilhas para lhe poder dar “a mais imediata e séria consideração”³⁶⁷.

³⁶³ Idem, p. 428.

³⁶⁴ Citado por António José Telo, *op. cit.*, 1993, p. 310.

³⁶⁵ Idem, p. 312.

³⁶⁶ Idem, p. 313.

³⁶⁷ AHD, AW, Maço 123.

Foi dito que os EUA “forneceriam a Portugal o material que carecia desde que o houvesse”³⁶⁸. Luís Nuno Rodrigues acrescenta que Bianchi escreveu a Salazar a dizer-lhe que lhe tinha sido dito que Roosevelt, “com o conhecimento que tem de questões navais, interessava-se particularmente pela situação dos Açores e de Cabo Verde [...]”³⁶⁹.

5.4. OS ALIADOS E A DEFESA DO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE

Em 17 de Agosto de 1939, Portugal assinou com o Reino Unido um acordo de cooperação militar pelo qual Londres participaria directamente no esforço de rearmamento e de modernização das Forças Armadas Portuguesas. Esse acordo só começará a ser cumprido em Setembro de 1943, quando são concedidas facilidades militares nos Açores aos britânicos.

A primeira medida relativamente à defesa de Cabo Verde e dos Açores tomada pelos ingleses foi a implantação de *British Consular Shipping Advisor*³⁷⁰, nos Açores, em 1939, poucos dias antes da guerra eclodir. Em Cabo Verde, procedeu-se igualmente a uma outra operação, mas com dimensões mais limitadas.

O Governo britânico estava perfeitamente informado, sobre a defesa das ilhas portuguesas do Atlântico, muito embora as autoridades militares portuguesas não partilhassem da opinião das autoridades britânicas acerca das possibilidades de um ataque alemão àquelas ilhas. O Governo português não poupou esforços para que as ilhas pudessem eficientemente resistir a um eventual ataque alemão, ao menos durante o tempo necessário à presença naquelas águas da esquadra inglesa e à prestação do seu auxílio. Enviando tropas, armando-as convenientemente, organizando a defesa por todos os meios ao seu alcance, solicitando até ao Governo britânico o fornecimento imediato dos elementos aconselháveis para tornar ainda mais perfeita a defesa³⁷¹.

Segundo José Freire Antunes, a 15 de Maio de 1940, começaram, em Londres, os planos para a intervenção militar inglesa em Cabo Verde quando “Churchill temia a ocorrência de um golpe de Estado promovido em Portugal pela Alemanha e pela Itália”³⁷². Preocupado com a defesa de Portugal, o Primeiro-Ministro britânico concluiu que “era necessário e urgente preparar a ocupação militar de Cabo Verde e dos Açores [...]”³⁷³. Decidiu então pedir aos chefes militares a elaboração de um plano para “garantir pontos estratégicos nas ilhas de Cabo Verde e dos Açores ou em

³⁶⁸ Telegrama da Legação Portuguesa em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, cit. por Luís Nuno Rodrigues, “Franklin Roosevelt e os Açores na II Guerra Mundial”, in: *Franklin Roosevelt e os Açores nas Duas Guerras Mundiais*, Lisboa, FLAD, 2008, p. 140.

³⁶⁹ Idem, *Ibidem*.

³⁷⁰ Um centro de inteligência naval.

³⁷¹ Arquivo Oliveira Salazar (doravante AOS) – CLB/FSM-3 pasta VI.

³⁷² José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 40.

³⁷³ Idem, *Ibidem*.

Portugal continental”³⁷⁴. A 14 de Julho do mesmo ano, ficou concluído o documento *Atlantic Islands Project* que visava “impedir o seu uso pelo inimigo, garantir a segurança do *cable station* e assegurar nos Açores uma base aérea para restabelecimento, isto se Gibraltar se tornasse inútil”³⁷⁵.

De acordo com os planos ingleses, citados por António José Telo, Cabo Verde estava “defendido por 30 soldados indígenas com um oficial português”, contando com duas baterias obsoletas de defesa de costa no Porto Grande (São Vicente). Por excesso de zelo, foi destacada uma brigada de infantaria para a sua ocupação, não por causa das forças portuguesas, mas porque se temia o contra-ataque de unidades do Eixo a partir das Canárias. O desembarque devia ser feito simultaneamente no Sal (onde existia um aeródromo civil italiano) e São Vicente, sendo Maio e Santiago ocupadas logo a seguir”³⁷⁶ – Operação *Alloy*. Em meados de Junho de 1940, os planos da referida operação já estavam prontos, sendo então entregues à 3ª Divisão de Bernard Montgomery³⁷⁷.

Em Março de 1941, o Subsecretário de Estado do FO comunicou a Armindo Monteiro a preocupação “causada às autoridades navais pela presença em São Vicente da tripulação do antigo petroleiro alemão *Prometheus* e a influência exercida nos habitantes da ilha”³⁷⁸. Devido ao sucedido, José Diogo Ferreira Martins³⁷⁹, logo após ter sido nomeado Governador de Cabo Verde, pediu ao Ministério do Interior para “manter na colónia, especialmente em São Vicente, um serviço secreto de informações [...]”³⁸⁰. Armindo Monteiro verbalizou que se tratava de “cerca de trinta e oito homens, tendo em vista a batalha do Atlântico”, alvitando ainda que fossem tomadas providências para impedir qualquer actividade que pudesse ser danosa³⁸¹.

Quanto à presença dos alemães no arquipélago, Campbell pediu a Portugal “vigilância sobre Cabo Verde e a linha italiana que por ali passa”³⁸². O embaixador britânico em Lisboa, ainda, transmitiu a Oliveira Salazar que “havia que economizar toda a tonelagem possível e que os alemães começavam de novo a atacar os comboios ao largo de São Vicente, passando os aviões por cima do território português, recomeçando as perdas importantes. Era necessário fechar a brecha dos Açores”³⁸³. Porém, a proibição pura e simples de voo sobre o território português era

³⁷⁴ Idem, *Ibidem*.

³⁷⁵ PRO FO 371/244495. CTM, cit por José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 42.

³⁷⁶ Ver António José Telo, *op. cit.*, 1993, p. 313.

³⁷⁷ Idem, p. 314.

³⁷⁸ DAPE vol. VIII, p. 231.

³⁷⁹ Capitão de Artilharia, Governador de Província do quadro comum do Império e antigo Governador da província de Malange, foi nomeado em 17 de Fevereiro de 1941 (conf. Decreto de 17.2.1941, DG, n.º 49, II Série, 1 de Março de 1941) e governou até 28.8.1943 (conf. Portaria de 28.8.1943, DG, n.º 204, II Série, de 1 de Setembro de 1943). Foi exonerado a seu pedido.

³⁸⁰ AHU – 2966, 1A, UM, GM, MÇ, 1940-1941, Cópias Ofícios, UTL, Ofícios Expedidos de Julho de 1941.

³⁸¹ DAPE vol. VIII, p. 231.

³⁸² Idem, p. 288.

³⁸³ DAPE, vol. XII, p. 212.

impossível, mas o assunto teria de ser condicionado com o bom senso de todos. Portugal “deve pensar muito neste problema pela posição muito especial das suas posições – Lisboa, Açores, Cabo Verde, [...]”³⁸⁴.

Quanto à vigilância de Cabo Verde, Amadeu Gomes de Figueiredo³⁸⁵, enquanto Governador do arquipélago, em Janeiro de 1941, mandou suspender a vigia das costas das ilhas “por não dar resultados práticos” e por ter sido classificado pela Capitania de Cabo Verde como “inútil”. Devido à importância das ilhas, o Ministro da Marinha “pediu informações” ao Governador de Cabo Verde³⁸⁶. A vigilância passou a ser exercida, em terra, permanentemente, pela guarnição militar, pela população e por diversos funcionários, espontâneo e gratuitamente. O Governador declarou que “se em determinado local ou locais fosse notada a assiduidade de submarinos ou navios desconhecidos, imediatamente lá montaria uma vigilância permanente”³⁸⁷.

O Coronel Artur L. Antunes Cabrita solicitou “organização ao Administrador do Concelho de defesa passiva de São Vicente e a evacuação da população civil em caso de alarme ou ataque”³⁸⁸. E na Baía de São Pedro e na Baía das Gatas, as posições que flanqueavam as praias deviam ficar, durante a noite, guarnecidas pelo menos ½ (um meio) do efectivo, “mantendo-se permanentemente nelas munições e rações de reservas”. Semelhante sistema devia ser “observado nas posições das praias de galé e Matiota” e o serviço de vigilância nocturna deveria “merecer especial cuidado em todos os sectores”³⁸⁹.

Em Maio de 1941, o Ministro do Ultramar indagou “com urgência” se o Governo de Sua Majestade podia dispensar alguns canhões de defesa costeira para as ilhas de Cabo Verde. O Almirantado comprometeu-se a fornecer imediatamente 3 canhões de 4,7” para este fim, bem como o pessoal técnico necessário para os instalar e ensinar a manejar³⁹⁰.

No dia 25 de Junho de 1941, o adido naval britânico entregou um memorando ao chefe do Estado-Maior Naval em que lhe comunicava ter recebido informações do cônsul inglês em Cabo Verde anunciando “a entrada de submarinos do Eixo nas baías de Fateixas e na de Salamansa, em São Vicente”³⁹¹. Assim sendo, o chefe do Estado-Maior solicitou “vigilância terrestre nas costas [...] e montagem de um serviço de vigilância nas águas territoriais das ilhas para que tivessem os

³⁸⁴ *Idem*, p. 472.

³⁸⁵ Capitão de Infantaria e promovido a Major, foi Governador de Cabo Verde a partir de 10 de Janeiro de 1931 (conf. Decreto de 10.1.1931, Sup. ao B.O. n.º 6 de 12 de Fevereiro de 1931) até 17 de Fevereiro de 1941 (conf. Diário do Governo, n.º 49, II Série, 1 de Março de 1941). O Decreto que o exonera de Governador de Cabo Verde, nomeia-o Governador de S. Tomé e Príncipe. Foi substituído por José Diogo Ferreira Martins.

³⁸⁶ AHU – 2966, 1A, UM, GM, MÇ, 1940-1941, Cópias Ofícios, UTL, Ofícios Expedidos de Agosto de 1941.

³⁸⁷ AHU – 2966, 1A, UM, GM, MÇ, 1940-1941, Cópias Ofícios, Ofícios Expedidos de Agosto de 1941.

³⁸⁸ AHM – FO/037/1/518/5.

³⁸⁹ AHM – FO/037/1/518/5.

³⁹⁰ DAPE, vol. VIII, p. 477.

³⁹¹ AOS/CO/NE – 3E.

elementos necessários e, muito especiais, nas águas interiores dos portos onde estivessem navios mercantes das potências beligerantes”³⁹².

A 15 de Agosto de 1941, o Gabinete do Ministério das Colónias comunicou que a Junta Nacional da Marinha Mercante autorizava o paquete *Colonial* a escalar na ilha de São Vicente, na sua próxima viagem, a fim de transportar vários materiais de guerra e algum pessoal para reforço da guarnição militar daquela colónia³⁹³. Em Outubro do mesmo ano, o Gabinete do Ministério das Colónias transmitiu ao Ministério de Guerra que era “de capital importância que o Ministério da Guerra tivesse a seu cargo a defesa do arquipélago [...]”³⁹⁴.

Ao logo do ano de 1941, intensificou-se o envio de tropas para Cabo Verde e deslocaram-se batalhões pertencentes a vários regimes da infantaria da metrópole. Em princípios de Maio de 1941, o navio *Mouzinho* levou tropas para Cabo Verde³⁹⁵. Este mesmo navio voltou a deslocar-se a Cabo Verde, a 16 de Julho de 1941, com novas tropas. Viajaram ainda para Cabo Verde os seguintes navios: o vapor *Angola*, a 7 de Outubro de 1941; paquete *Serpa Pinto*, a 22 de Outubro de 1941; paquete *Guiné*, a 7 de Novembro de 1941. Foram enviados, ao todo, 4500 homens – batalhões da infantaria recém-formados – para Cabo Verde³⁹⁶.

Em meados de 1941, existia em Cabo Verde uma força que permitia responder a um golpe de surpresa por um pequeno contingente aerotransportado ou uma unidade tipo comando, mas a defesa das ilhas era incapaz de enfrentar uma invasão em força, apoiada por unidades aéreas e navais³⁹⁷, pois em Cabo Verde estavam posicionados cinco mil homens e a defesas dos portos só contavam com três peças de artilharia costeira antiga de 150 mm, quatro peças anti-aérea, 12 metralhadoras e uma secção de morteiro de 81 mm.

O Regimento n.º 15 da infantaria de Tomar foi uma das unidades do exército que enviaram forças expedicionárias para Cabo Verde. Adriano Miranda Lima, que serviu neste Regimento durante longos anos, escreveu que “a par de outros Regimentos do Exército, competiu ao Regimento da Infantaria n.º 15 organizar e mobilizar para Cabo Verde um Batalhão de Infantaria (cerca de 800 homens). As quatro companhias de batalhão ficaram instaladas na ilha de São Vicente e em Santo Antão, tendo partido de Portugal agrupadas em três contingentes. O primeiro embarcou

³⁹² Idem.

³⁹³ AHU – 2966, 1A, UM, GM, MÇ, 1940-1941, Cópias Ofícios, UTL, Ofícios Expedidos de Agosto de 1941.

³⁹⁴ AHU – 2966, 1A, UM, GM, MÇ, 1940-1941, Cópias Ofícios, UTL, Correspondência Expedida de Outubro de 1941.

³⁹⁵ António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 321.

³⁹⁶ Idem, p. 461-2.

³⁹⁷ Idem, p. 321.

em Portugal em Outubro de 1941, o segundo em 17 de Novembro do mesmo ano e o terceiro em 8 de Janeiro de 1942³⁹⁸.

Segundo nos relata Luís Henriques³⁹⁹, a 23 de Julho de 1941 chegou a São Vicente, o 1.º Batalhão Expedicionário do Regimento de Infantaria n.º 5 e n.º 7 das Caldas da Rainha, com mil e tal homens. Outro corpo expedicionário que foi para Cabo Verde foi o do Regimento de Infantaria 11, de Setúbal⁴⁰⁰.



[Chegada do 1.º Batalhão Expedicionário do Regimento de Infantaria n.º 5 das Caldas da Rainha, a São Vicente, Cabo Verde, a 23 de Julho de 1941. No porto do Mindelo, foram “entusiasticamente recebidos”]⁴⁰¹.

³⁹⁸ Adriano Miranda Lima, “Tropas Expedicionárias a Cabo Verde Durante o Período da Segunda Guerra Mundial – Memória que Pendura”, em: www.islasdecaboverde.com.ar/san_vicente/adriano_lima, (27/05/20010).

³⁹⁹ 1.º Cabo, n.º 188/41, 1.º Pelotão, 3.ª Companhia, 1.º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 5 das Caldas da Rainha, expedicionário em Cabo Verde, na Ilha de São Vicente, cidade do Mindelo, de 1941 a 1943.

⁴⁰⁰ Ver “Viver em Cabo Verde à espera da invasão”, in: *Diário de Notícias*. 14 de Abril de 2005.

⁴⁰¹ Foto de Luís Henriques, publicada por Luís Graça, “Meu Pai, meu velho, meu camarada: Memórias de Cabo Verde, São Vicente, Mindelo, 1941/1943” em: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2009/03/guine-6374-p4059-meu-pai-meu-velho-meu.html>. (29 de Novembro de 2010).



[Tripulação do navio de guerra] – Instituto de Investigação Científica Tropical.



As peças antiaéreas do Monte Sossego; também havia artilharia contra-costa. “Esta peça, depois de montada, só ao fim de seis meses é que poderia ser usada... Em Janeiro de 1942, a ilha foi sobrevoada por um avião não identificado (possivelmente alemão) e esta anti-aérea ainda não estava montada. Houve alarme geral... O pelotão dele (o 1º da 3ª Companhia do Batalhão de Infantaria nº 5) foi destacado, por uns dias, para o Calhau...”⁴⁰².

⁴⁰² Foto de Luís Henriques, publicada por Luís Graça, “Meu Pai, meu velho, meu camarada: Memórias de Cabo Verde, São Vicente, Mindelo, 1941/1943” em: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2009/03/guine-6374-p4059-meu-pai-meu-velho-meu.html>. (29 de Novembro de 2010).



[Posição das peças anti-áreas no Monte Sossego, São Vicente, Cabo Verde, 21 de Março de 1943]⁴⁰³.

A 30 de Dezembro de 1940, dia seguinte ao seu discurso sobre as posições estratégica dos Açores e de Cabo Verde, Roosevelt proferiu ao Lord Halifax, embaixador britânico em Washington, que “[...] está a ser preparada uma força expedicionária de 25 000 homens [...] e está a pressionar as autoridades militares para acelerarem os preparativos [...]”⁴⁰⁴ para a defesa desses dois arquipélagos.

⁴⁰³ Foto de Luís Henriques, publicada por Luís Graça, “Meu Pai, meu velho, meu camarada: Memórias de Cabo Verde, São Vicente, Mindelo, 1941/1943” em: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2009/03/guine-6374-p4059-meu-pai-meu-velho-meu.html>. (29 de Novembro de 2010).

⁴⁰⁴ José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 60.

CAPÍTULO VI: A OCUPAÇÃO DE CABO VERDE

“[...] A Inglaterra teria invocado a Aliança Luso-britânica de 1373 e estabelecido uma base nas ilhas de Cabo Verde, cuja operação seria designada por Shrapnel, o que lhes facultaria obter bases aéreas e navais que lhes permitissem controlar a rota do Cabo”.
(Winston Churchill)⁴⁰⁵.

⁴⁰⁵ Winston Churchill, *The Second World War, their Finest Hour*, Houghton, Mifflin Company, Boston, 1949, p. 625.

6.1. OS ALIADOS, O EIXO E A OCUPAÇÃO DE CABO VERDE

Se olharmos para um mapa, apercebemos da relevância que tem do ponto de vista geoestratégico e geopolítico a área marítima delimitada por Lisboa, Açores e Cabo Verde, que constitui o “triângulo estratégico”. Portugal possuía uma extensa área marítima, com um extremo valor em caso de conflito entre a potência marítima (Inglaterra) e a continental (Alemanha). Foi isso que se verificou durante o último conflito mundial. Assim, uma das preocupações fundamentais no âmbito da política externa norte-americana e britânica, durante esse período, foi a manutenção da liberdade de navegação no Oceano Atlântico.

Com uma importância fundamental desde que os Reis Filipes conquistaram Portugal, devido à sua excelente localização, as ilhas de Cabo Verde, junto à costa ocidental africana e a meio do Oceano Atlântico, constituíam uma posição importante quer para os países do Eixo, quer para os Aliados. Pois servia de “trampolim” para os EUA entrarem na Europa e era uma posição importante para servir de base à Alemanha num possível ataque ao continente americano e controlo do Atlântico Sul.

A ocupação de Portugal daria aos nazis a oportunidade de se apoderarem dos Açores e de Cabo Verde. Os EUA nunca podiam admitir que isso acontecesse porque estas ilhas constituíam ricas bases para um possível ataque ao Hemisfério Ocidental e ainda uma séria ameaça para as comunicações inglesas. Em qualquer dos casos, tal facto viria de encontro aos interesses vitais norte-americanos. A Ilha do Faial, nos Açores, fica apenas a 1800 milhas das Bermudas, e a 2100 milhas de Nova Iorque. As ilhas de Cabo Verde situam-se a 1500 milhas ao sul do Faial, a 2000 milhas da Guiana Francesa e a 2300 milhas das Bermudas⁴⁰⁶. Estas bases ficam perfeitamente dentro de um raio de ataque ao hemisfério norte-americano⁴⁰⁷.

O perigo seria muito grande para os Aliados e para Portugal se a Alemanha de Hitler tivesse invadido a Espanha e ocupado Gibraltar. Se isso tivesse acontecido, os ingleses, segundo Churchill, tinham pronta uma poderosa força para ocupar algumas ilhas atlânticas, ou, como alternativa, “a Inglaterra teria invocado a Aliança Luso-britânica de 1373 e estabelecido uma base nas ilhas de Cabo Verde, cuja operação seria designada por *Shrapnel*, o que lhes facultaria obter bases aéreas e navais que lhes permitissem controlar a rota do Cabo”⁴⁰⁸.

Por conseguinte, eram muitos os estrategas e elementos da Marinha e do Governo norte-americano que defendiam a ocupação daquelas bases navais e aéreas durante a guerra para não caírem nas mãos da Alemanha. Com Dakar sob o controlo nazi, as bases norte-americanas nas ilhas

⁴⁰⁶ Distâncias aproximadas.

⁴⁰⁷ AOS/CO/NE – 2D.

⁴⁰⁸ Winston Churchill, *The Second World War, their Finest Hour*, Houghton, Mifflin Company, Boston, 1949, p. 625.

de Cabo Verde “fariam mais do que contrabalançar este factor”⁴⁰⁹. Foram frequentes as sugestões feitas pela imprensa norte-americana ao Governo de Roosevelt para a ocupação de posições no Atlântico, que se caíssem no poder do inimigo “seriam perigosas” para a defesa daquela nação⁴¹⁰.

Nos princípios de 1941, Myron Taylor, um Delegado do Presidente Roosevelt, chamou a atenção para os perigos que corriam as ilhas portuguesas no atlântico. Em Maio do mesmo ano, o Senador Pepper, levantou no Senado de Washington a necessidade de se tomar disposições vastas e ousadas para a defesa do Arquipélago de Cabo Verde e dos Açores, para onde foram enviados reforços de tropas portuguesas⁴¹¹. O Governo de Lisboa só tomou medidas para reforçar a defesa dos arquipélagos sob a pressão dos acontecimentos. Embora chegassem sucessivos reforços provenientes do território continental desde 1940, foi a partir de 1942 é que foi possível identificar um conceito de defesa para os Açores. O conceito político da defesa do arquipélago dos Açores foi elaborado tendo em conta as ameaças provenientes do Eixo ou dos Aliados⁴¹².

Cabo Verde, devido aos seus apropriados meios aéreos e navais fazia parte das bases importantes para a Alemanha “controlar grande parte do Atlântico Sul e dificultar as comunicações entre a Inglaterra e o Império que passam pela rota do Cabo”⁴¹³. A Espanha e a Alemanha tinham como objectivo impedir que Salazar cedesse aos Aliados bases em Cabo Verde e nos Açores antes que a Alemanha entrasse na Península⁴¹⁴, pois Hitler e Franco receavam a intervenção dos Estados Unidos nos Arquipélagos. A intenção inglesa em relação a Cabo Verde e aos Açores era desenvolver, de imediato, as infra-estruturas navais e aéreas e consolidar as defesas dos arquipélagos, de modo que estes pudessem funcionar com alternativa a Gibraltar⁴¹⁵.

Entre Janeiro e Março de 1941, mantiveram-se em Washington conversações do Estado-Maior com a Inglaterra, de onde saiu um *Joint Basic War Plan* para o caso dos EUA entrarem em guerra, o que se admitia ser possível a qualquer momento. A zona de responsabilidade americana nesta eventualidade, estender-se-ia até 30° W. Os EUA aceitaram a responsabilidade pela ocupação dos Açores e de Cabo Verde, se tal fosse necessário⁴¹⁶. Entre Março a Abril do mesmo ano, os Açores e Cabo Verde começaram a ser abordados ao mais alto nível entre Roosevelt e Churchill. Em Março, com base nas informações dos seus serviços secretos sobre a infiltração alemã e a

⁴⁰⁹ AOS/CO/NE – 2D.

⁴¹⁰ AOS/CLB/FSM -3 pasta VI.

⁴¹¹ Mário Neves, “A Diplomacia Portuguesa nas duas Guerras do Século”, in: *Portugal na Segunda Guerra Mundial, Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 160.

⁴¹² Maria Carrilho, “Política de Defesa e de Rearmamento” in: *Portugal na Segunda Guerra Mundial, Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p.32 e 33.

⁴¹³ António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 192.

⁴¹⁴ *Idem*, p. 308.

⁴¹⁵ *Idem*, p. 347.

⁴¹⁶ *Idem*, p. 352.

presença dos submarinos em Cabo Verde, o que constituía uma ameaça à rota comercial inglesa para a África Austral, Churchill dispunha-se a ordenar a ocupação imediata do arquipélago⁴¹⁷.

Em princípios de Maio de 1941, chegaram a Lisboa dois oficiais ingleses, o Coronel Myrtle e o Major Cartwright, a fim de prestarem esclarecimentos e darem indicações técnicas na organização da defesa dos arquipélagos de Cabo Verde e dos Açores⁴¹⁸. A imperiosa necessidade dos Açores como alternativa a Gibraltar, caso este ficasse sob poder da Alemanha, fechando o Mediterrâneo Ocidental, esteve “muito clara na mente de Hitler que se dispunha a ter militares em Cabo Verde”. Para este efeito, seria evocada a aliança luso-britânica e a sua cláusula «*Friends to friends, and foes to foes*» (“Amigos dos amigos e inimigos dos inimigos”)⁴¹⁹. Os Açores e Cabo Verde estavam nas rotas comerciais a partir do Atlântico Sul e tinham *cable stations* ingleses. O Governo de Sua Majestade considerou-os “demasiado importantes para caírem nas mãos do inimigo”. Assim sendo, “desde que a Alemanha se apoderou do litoral europeu do Atlântico, ao longo de 1940, a Inglaterra ponderou a vantagem de adquirir militarmente os Açores e Cabo Verde: os dois arquipélagos viabilizariam a protecção dos comboios marítimos e a cobertura aérea das rotas da América do Sul, da África Ocidental e do Mediterrâneo”⁴²⁰.

Com a invasão da Rússia, por parte da Alemanha, Salazar informou Armindo Monteiro que deviam ser combatidas as “ambições americanas”⁴²¹, especialmente no Atlântico, onde Roosevelt, segundo Churchill, estava “ansioso” para ocupar os Açores, mas também Cabo Verde⁴²². Segundo Armindo Monteiro, para fazer face aos perigos e ameaças, que rodeavam o império, a aliança com “os senhores do Atlântico” era decisiva: “a aliança inglesa tem-nos dado, desde o século XVII, com os altos e baixos inseparáveis da natureza humana, a segurança de que precisamos. Pode dá-la enquanto comandar o atlântico, em certos pontos, como no Oriente por exemplo, o nosso domínio depende da conservação do domínio inglês. [...] Da aliança, tira a Grã-Bretanha vantagens preciosas, mas nós tiramos razões de vida; a Inglaterra precisa que lhe asseguremos a ocupação de certos pontos estratégicos em épocas angustiosas [...] pela exigência das coisas, a política portuguesa jamais deveria cortar caminho dos grandes interesses britânicos”⁴²³.

A 10 de Julho de 1941, Roosevelt enviou uma carta ao Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, a solicitar-lhe a sua “colaboração” na defesa de Cabo Verde⁴²⁴. O arquipélago não podia ficar sob o controlo do Eixo, pois significaria uma ameaça ao Brasil e a outros países do Atlântico Sul.

⁴¹⁷ José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 50.

⁴¹⁸ Manuel Braga Cruz, *op. cit.*, p. 379.

⁴¹⁹ José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 40.

⁴²⁰ *Idem*, p. 39.

⁴²¹ Carta de Salazar a Monteiro, 30 de Junho de 1941, citada por António José Telo, *op. cit.*, 1995, p. 417.

⁴²² Carta da Salazar a Monteiro, enviada no dia 30 de Junho de 1941, citada por António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 420.

⁴²³ Ofício do embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em DAPE, vol. X, p. 426-7.

⁴²⁴ António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 468.

Relativamente aos encontros entre Roosevelt e Vargas, sobre a defesa do Atlântico, os dois presidentes reuniram-se na Casa Branca onde fizeram uma declaração conjunta e apresentaram um memorando à imprensa. Transcrevemos as suas passagens essenciais: (i) “ambos os Presidentes estão de completo acordo que deve ser permanente e definitivamente assegurado que as costas da África ocidental e Dakar nunca mais, em quaisquer circunstâncias, possam vir a ser uma ameaça de bloqueio ou de invasão contra as duas Américas”; (ii) “o objectivo do Brasil e dos Estados Unidos é tornar o Oceano Atlântico livre de perigos para todas as partes [...]”; (iii) o Presidente Roosevelt considerou a conferência da Casa Branca tão “vital para esforço de guerra que julgou conveniente informar o presidente Vargas acerca da conferência e discutir com ele vários detalhes adicionais de ajuda mútua”⁴²⁵.

A partir de Julho de 1941, depois de rever os planos para o Atlântico, a Inglaterra colocou de prevenção as forças de desembarque em Freetown, Gibraltar e no Sul de Inglaterra. Eram “24 mil homens a desempenhar a operação *Springboard* (para a Madeira), *Thruster* (para os Açores) e *Puma* (para as Canárias). A ocupação a Cabo Verde pode ser dispensada se a operação nas Canárias fosse bem sucedida”⁴²⁶.

Num encontro entre Roosevelt e Churchill, a bordo do navio *Augusta*, em 11 de Agosto de 1941, o Primeiro-ministro de Inglaterra deixou claro que pretendia antecipar-se a Hitler e invadir as Canárias em Setembro do mesmo ano, sendo uma acção dos Estados Unidos em Cabo Verde e nos Açores bem-vinda⁴²⁷.

Neste mesmo mês, Roosevelt apresentou uma proposta ambiciosa, mas errada na opinião do Estado-Maior do Exército Americano e de Churchill, que pretendia um lançamento simultâneo de expedições contra os Açores, Cabo Verde, Dakar e Natal, pois a ocupação de Dakar era muito cara, envolvia vários homens e o seu valor era simplesmente defensivo, ou seja, não se justificaria estrategicamente; e a ocupação de Cabo Verde e dos Açores era evitável se o Brasil deixasse que uma pequena força defendesse as bases de Natal⁴²⁸.

Em Dezembro de 1941, a Inglaterra estava interessada nos Açores e os Estados Unidos estavam interessados, a curto prazo, em Cabo Verde, de modo a assegurar a invulnerabilidade do “hemisfério ocidental”. Numa conversa com Churchill, Roosevelt defendeu que o essencial era manter o continente americano fora de perigo, assim sendo era prioritário ocupar Cabo Verde de modo a manter a segurança e aberta a rota do Atlântico Sul⁴²⁹.

⁴²⁵ Telegrama Expedido de Bianchi ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, AHD, Maço 123A.

⁴²⁶ António José Telo, *op. cit.*, 1993, p. 342.

⁴²⁷ António José Telo, *op. cit.*, 1987, p. 468-9.

⁴²⁸ *Idem*, p. 471-2.

⁴²⁹ António José Telo, *op. cit.*, 1993, p. 354.

Numa reunião dos Estados-Maiores, a 24 do mesmo mês, o Almirante norte-americano, Stark, perguntou ao seu congénere inglês, Pound, qual era a importância de Cabo Verde para a Inglaterra. Pound respondeu-lhe que a Inglaterra só estava interessada em negar o uso de Cabo Verde ao Inimigo. Ouvindo esta resposta, o Almirante King disse que “o interesse dos Estados Unidos em Cabo Verde era estratégico, tendo em conta a sua localização entre Dakar e o Brasil”⁴³⁰.

Assim sendo, podemos concluir que a responsabilidade dos Açores estava entregue à Inglaterra e a de Cabo Verde aos EUA, caso houvesse uma invasão de Espanha por parte da Alemanha. Mas, em 1943, a situação inverteu-se, ou seja, os Estados Unidos encararam os Açores em termos de defesa do hemisfério. Para os EUA, Cabo Verde passa a ser secundário perante os Açores.

Em 1942, na Conferência Arcádia, Washington avisou Londres que ao enviar tropas para a Irlanda e a Islândia ficaria sem recursos para ocupar Cabo Verde em caso de emergência. Pediu à Inglaterra que se responsabilizasse por essa operação. Não querendo que Cabo Verde caísse nas mãos do inimigo, Londres concordou e preparou os planos secretos. O plano para a ocupação do arquipélago de Cabo Verde foi denominado de operação *Bibulous*. Este plano previa desembarque simultâneo de uma brigada na ilha do Sal e de pequenas unidades em Santo Antão com um apoio naval formado por dois cruzadores, quatro *destroyers* e seis corvetas. As forças deviam partir de Freetown e Cabo Verde seria entregue aos EUA assim que estes o pretendessem⁴³¹.

6.2. CONSTRUÇÃO DE BASES EM CABO VERDE?

Em Junho de 1939, José Augusto, jornalista do *Diário de Notícias*, questionou o Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, sobre o estabelecimento de bases para carreiras aéreas transatlânticas em Cabo Verde. Francisco Vieira Machado respondeu-lhe que “é esse um dos problemas mais importantes para o arquipélago e que ia solucionar agora. Os técnicos estrangeiros variam de opinião quanto à escolha da ilha. Se fosse possível estabelecer a base em São Vicente seria ideal”⁴³².

O Ministro acrescentou que pretendia “enviar uma missão técnica portuguesa para estudar o problema” e que se construiria “a base com a aparelhagem necessária e perfeita sinalização nocturna. Defendeu ainda que se gastaria “o dinheiro que fosse necessário para dar a Cabo Verde

⁴³⁰ Idem, p. 355.

⁴³¹ Idem, p. 356.

⁴³² Francisco Vieira Machado, titular da pasta das Colónias, em entrevista ao jornalista José Augusto, enviado do *Diário de Notícias* a Cabo Verde, Boletim Geral das Colónias, *Número especial dedicado à viagem de S. Ex.^a o Presidente da República a Cabo Verde, Moçambique e União Sul-Africana*, 1939, p. 82; AHU, cota 2025.

um aeródromo digno da sua importância como ponto estratégico do Atlântico Sul”⁴³³. E o Porto Grande de São Vicente devia ser melhorado. O Governo sabia “avaliar quanto vale e qual a sua importância [...]”.

Devido à sua posição geográfica privilegiada, o arquipélago de Cabo Verde confere aos EUA algumas garantias de segurança. Mais concretamente como base de apoio aeronaval no circuito de reforço e de reabastecimento dos EUA para a Europa (Batalha do Atlântico) e como contenção das ameaças provenientes do Sul, protegendo o importantíssimo fluxo de tráfego marítimo proveniente de todos os quadrantes, particularmente da rota do Cabo, América do Sul e Central⁴³⁴.

Em Janeiro de 1941, publicou-se uma comunicação conjunta do *Chief of Naval Operation* (CNO) e do *Chief of Staff* (CS) de acordo com o seu conteúdo, se o Governo norte-americano decidisse entrar em guerra ao lado do *Commonwealth* britânico devia seguir as seguintes directivas: (i) o objectivo das operações militares dos Estados Unidos seria a derrota da Alemanha e dos seus aliados; (ii) o objectivo da guerra seria levado a cabo pelos EUA, através de um esforço militar centrado nas regiões do Mediterrâneo e Atlântico; (iii) os EUA e a Grã-Bretanha deviam encetar esforços no sentido de evitar a entrada do Japão na guerra e o ataque às colónias holandesas; (iv) se o Japão entrar na guerra, as operações no pacífico e Extremo Oriente seriam conduzidas de forma a equilibrar as suas acções com o esforço de guerra principal no Atlântico e Mediterrâneo; (v) as forças norte-americanas operavam, dentro da sua área de responsabilidade, sob comando norte-americano, de acordo com os planos emitidos pela comissão conjunta anglo-americana; (vi) as conversações entre os EUA e a Inglaterra deveriam cingir-se aos acordos preliminares sobre a cooperação militar, relativamente às principais áreas de responsabilidade (principais linhas de acção estratégica militar pelas duas nações)⁴³⁵.

A estratégia norte-americana para o Atlântico era proteger as vias de comunicação das potências associadas e as bases militares de importância estratégica contra operações de ataque por mar, terra e ar⁴³⁶. Nesta fase do conflito, evidenciava-se a importância estratégica dos arquipélagos de Cabo Verde e dos Açores, avançando-se a hipótese de “ocupação de protecção” das ilhas de forma a salvaguardá-las de qualquer ofensiva por parte da Alemanha.

Em qualquer uma das ilhas de Cabo Verde poderia ser constituída uma boa base, quer aérea, quer naval, para as finalidades das potências, estando a Ilha de Santiago (por ser a maior ilha e possuir mais infra-estruturas), a do Sal (por possuir aeroporto internacional, que era também

⁴³³ Idem, p. 80-81.

⁴³⁴ Mark Skinner Watson, *The War Department Chief of Staff: Prewar Plans and Preparations*, Historical Division Department of the Army, Washington D C, 1950, p. 372-373.

⁴³⁵ Idem, Ibidem.

⁴³⁶ Maurice Matloff e Edwin M. Snell, *The Strategic Planning for Coalition Warfare 1941-1942*, Office of the Chief of Military History, Department of the Army, Washington D C, 1953, p. 40.

utilizado pela Itália) e a de São Vicente (devido ao Porto Grande) como as melhores posicionadas. A dispersão das ilhas, a sua dimensão geográfica e o relevo irregular tornavam algumas delas bastantes vulneráveis e facilmente conquistáveis, sendo outras de fácil defesa.

Tendo os EUA estudado a possibilidade de estabelecer linhas de comunicações através do Atlântico Norte, constataram que a isso se opunha a verificação constante de condições climatéricas desta zona do Atlântico que tornaria muito difícil o abastecimento desta nova linha aérea e muito precário o seu funcionamento⁴³⁷. Procurando a solução do problema no Atlântico Sul, “foi fácil concluir que a sua extensão é ainda superior à do pacífico e, portanto, inaceitável”⁴³⁸.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento do sistema de bases dos EUA, no teatro europeu, deu-se em três fases: (i) a primeira teve início após o acordo sobre contratorpedeiros em troca de bases de 1941, visou o estabelecimento de instalações destinadas a proteger a navegação americana, que foram utilizadas para os Estados Unidos vencerem a Batalha do Atlântico; (ii) a segunda foi constituída pelo estabelecimento de bases, inicialmente na Grã-Bretanha, destinadas a permitir que o Estados Unidos e a sua aliada levassem a guerra para a Europa continental, com o recurso a aviação; (iii) a terceira fase envolveu instalações construídas para dar apoio às invasões do Sul e do oeste da Europa depois de 1943⁴³⁹.

A estratégia inicial norte-americana, em matéria de bases, consistiu, em grande medida, em impedir os esforços alemães para estabelecer bases no Atlântico⁴⁴⁰. O crescente envolvimento dos EUA na guerra intensificara o interesse dos Aliados pelo arquipélago de Cabo Verde e dos Açores. Um entendimento entre Churchill e Roosevelt conduziria a uma política mais ou menos concertada entre a Inglaterra e os EUA no que dizia respeito à solicitação de facilidades nos dois arquipélagos acima citados.

No dia 24 de Setembro de 1945, foram apresentados aos *Joint Chiefs of Staff* (JCS) 570/34 documentos essenciais na elaboração da estratégia americana para o pós-guerra. O Estado-maior norte-americano pretendia criar uma versão reduzida da rede de bases pensada em 1943. As bases foram classificadas segundo três prioridades: (i) a prioridade 1 abarcava o Panamá, o Havai, Marianas, Filipinas e Alasca, as ilhas Aleutas, Terra Nova, Porto Rico e os Açores (a fronteira estratégica dos Estados Unidos); (ii) a prioridade 2 era constituída pelas bases que protegessem os acessos a 1 e pudessem funcionar como alternativas, incluindo a Islândia, as Bermudas, a Gronelândia, Cabo Verde, Ascensão, Cuba, Trindade e a zona do Natal (Brasil); (iii) à prioridade 3

⁴³⁷ AOS/CLB/FSM – 3 pasta VI.

⁴³⁸ AOS/CLB/FSM – 3 pasta VI – Carta do General Tasso de Miranda Cabral ao Subsecretário de Estado da Guerra, em 23/7/1944.

⁴³⁹ Adam R. Seipp, “Chegar como Conquistadores: As Bases Americanas e o Teatro Europeu, 1941-45”, in: Luís Nuno Rodrigues (Coord.), *op. cit.*, 2008, p. 108-109 e 324.

⁴⁴⁰ *Idem*, p. 110 e 325.

pertenciam as bases subsidiárias. Eram bases que dariam flexibilidade ao sistema e impediam o seu congestionamento⁴⁴¹. Para os americanos, ter uma base em Cabo Verde era “importante”, mas não “essencial”.

Em Outubro de 1945, um novo estudo revisto foi aprovado pelo JCS. Este classificou as bases como primárias, secundárias, subsidiárias e menores, que eram em menor número. A necessidade dos EUA de ter uma base em Cabo Verde passou de “importante” para “essencial”.

Nos finais do mesmo mês, o Estado-Maior pediu ao *State Department* que se negociasse, de imediato, os direitos em 9 bases essenciais e 25 secundárias. Cabo Verde e os Açores estavam abrangidos nas bases “essenciais”⁴⁴². Os EUA pretendiam direitos de “obter o uso” em Cabo Verde⁴⁴³.

A 19 de Novembro do mesmo ano, os planos mais detalhados relativamente a Cabo Verde e aos Açores estavam elaborados. Em relação ao arquipélago de Cabo Verde, os americanos apenas pretendiam “para já” adquirir direitos, mas não instalar ou construir qualquer base num futuro próximo⁴⁴⁴.

Entretanto, o Governo norte-americano enviou ao seu congénere britânico um *aide-memoire* a solicitar apoio nas negociações a estabelecer com Portugal sobre eventuais direitos de utilização de bases aéreas e navais em Cabo Verde. Mas os ingleses responderam que julgavam ser prejudicial aos “interesses da paz mundial” que Cabo Verde e os Açores fossem discutidos enquanto futuras localizações de bases militares⁴⁴⁵.

Em Julho de 1946, o Secretário de Estado norte-americano, James F. Byrnes, endereçou uma carta pessoal a Oliveira Salazar, apresentando a pretensão americana para a obtenção de bases aéreas nos Açores e em Cabo Verde, “no interesse da segurança Atlântica”. Foi sublinhada que a questão era “exclusiva para nós e entre nós”, no objectivo de excluir logo qualquer pretensão inglesa⁴⁴⁶.

Como notámos no parágrafo acima, os planos norte-americanos para a construção de bases no Atlântico deixavam a Inglaterra de fora. Assim sendo, estes planos dos EUA não eram “bem vistos” pelo Governo de Sua Majestade que não aceitava ficar de fora e pretendia ser tratado como um “parceiro” em igualdade de circunstâncias.

Como notou Luís Nuno Rodrigues, “para além do «interesse vital» e «estratégico» do Governo britânico nesta área do globo, a sua «longa e íntima ligação» com Portugal tornavam-no

⁴⁴¹ António José Telo, *op. cit.*, 1993, p. 471.

⁴⁴² Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, 2005, p. 152.

⁴⁴³ António José Telo, *op. cit.*, 1993, p. 473.

⁴⁴⁴ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, 2005, p. 151-152.

⁴⁴⁵ Citado por Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, 2005, p. 152.

⁴⁴⁶ DAPE, XIII, p. 464.

um parceiro «politicamente essencial» para qualquer iniciativa tendente à criação de bases militares em Cabo Verde e nos Açores»⁴⁴⁷.

Em meados de 1946, Cabo Verde deixou de estar na lista das bases “essenciais” dos Estados Unidos. Apenas os Açores continuaram a sê-lo. Segundo António José Telo, no último documento sobre a rede de bases norte-americana, JCS 570/68, defendeu-se ser necessário pelo menos direitos de trânsito em Cabo Verde. O uso de Cabo Verde era secundário e a sua importância só seria aumentada se os Estados Unidos não tivessem direitos de trânsito em Dakar»⁴⁴⁸.

A 25 de Julho de 1946, os EUA apresentaram a Portugal as bases do acordo pretendido:

- 1) Estabelecer, operar e manter base nas Lajes, Santa Maria e noutros locais dos Açores e Cabo Verde;
- 2) Facilidades navais nos Açores e em Cabo Verde;

Outras facilidades no âmbito das comunicações, rádio, instalação de estações meteorológicas, detecção e alerta, ajudas à navegação, instalação de pessoal e material, depósito e armazéns, jurisdição sobre o pessoal e facilidades para a contratação de pessoal civil:

- 3) Declaração por parte dos Estados Unidos da continuidade do respeito da soberania de Portugal em todos os territórios portugueses;
- 4) Assistência por parte do Governo americano a Portugal em caso de agressão, no âmbito da ONU, através do Conselho de Segurança;
- 5) O acordo seria por um período de 99 anos⁴⁴⁹.

Como se verifica, a questão de uma base em Cabo Verde foi colocada. Já nos contactos anteriores, a hipótese de Cabo Verde havia sido levantada, mas nunca foi discutida em termos de considerar essa pretensão. Sempre deixada cair por parte de Portugal.

A hipótese de Cabo Verde era ventilada por parte dos EUA, como matéria que podia ser abandonada com o significado de uma transigência compensatória. Não houve, naquela época, um real interesse por parte dos EUA numa base em Cabo Verde. Não constituía um objectivo primordial na sua estratégia definida para o período imediato, até porque “não houve pressões por parte dos EUA”⁴⁵⁰.

⁴⁴⁷ Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, 2005, p. 153.

⁴⁴⁸ António José Telo, *op. cit.*, 1993, p. 488.

⁴⁴⁹ AHD, PEA, Maço 460.

⁴⁵⁰ Rogério de Carvalho, *Portugal e a NATO*, Lisboa, Edições Avante, 1990, p. 413.

6.3. CABO VERDE E A NECESSIDADE DE UM SISTEMA DE DEFESA PARA O ATLÂNTICO SUL: AS AMEAÇAS SOVIÉTICAS

Aquando, na luta pela independência de Angola, Agostinho Neto (na altura líder do Movimento Popular para a Libertação Angola – MPLA) consultou Moscovo antes de solicitar ajuda de Fidel Castro no âmbito da “Operação Carlota”, tendo os primeiros contingentes desta “ponte de Poder” chegado à capital angolana, vindos de Havana, com escala na Ilha do Sal, em Cabo Verde⁴⁵¹.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a Marinha russa começou a desenvolver e a preparar-se para o domínio dos mares, atingindo uma grandeza tão considerável que tornava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) uma das maiores potências navais do mundo a partir de 1960. Os seus navios e submarinos passaram a navegar em todos os oceanos. Há indicações de que o ritmo de construção de submarinos por parte da URSS, nessa época, era de 7 a 8 por ano e que o seu total ultrapassava os 450 submarinos. Destes, cerca de 90 estavam apetrechados com engenhos balísticos e cerca de 200 poderiam ser facilmente adoptados ao lançamento de mísseis⁴⁵².

Como sustenta Ibsen de Gusmão Câmara, “o esforço soviético para a construção de uma marinha gigantesca e bem equilibrada, dotada de aproximadamente 800 navios com capacidade oceânica [...] propiciar-lhe-á, afinal, condições favoráveis para exercer políticas e executar operações navais nas proximidades de áreas marítimas de alta importância estratégica: Caribe e canal do Panamá, Guiné-Bissau, Cabo Verde, rota do Cabo, Golfo Pérsico, Suez e Mar Vermelho, Gibraltar [...]”⁴⁵³.

A sua frota, quer mercante, quer de pesca, possuía um número elevado de navios e de barcos bem apetrechados. Barcos esses susceptíveis a serem transformados em unidades de transporte de armamentos e de desembarque de tropas. Segundo as informações prestadas pelo Presidente da Sociedade Estadual Soviética “*Sovrybflot*”, a frota pesqueira russa dispunha, só no Atlântico, em 1969, de 2.500 navios tripulados por 25 mil homens⁴⁵⁴.

Possuindo navios e aviões modernos e maior raio de acção, mais viável se tornava o percurso de longas distâncias e mais fácil o controlo das comunicações. Se se considerar a circunstância de muitos países da Europa terem abandonado as suas posições políticas e estratégicas em África,

⁴⁵¹ António Neves Berbém, “O Atlântico (a) Sul como questão estratégica mundializada: a Vertente Sul-Americana Africana”, in: *Estudos Políticos e Sociais*, Lisboa, ISCSP, 1991/92/93, p. 189.

⁴⁵² Circular PEA, Necessidade de um Sistema de Defesa para o Atlântico Sul, Lisboa, 09/03/1970, p. 3, AHD, P.E.A. Maço 8, Confidenciais.

⁴⁵³ Citado por António Neves Berbém, *O Atlântico (a) Sul como questão estratégica mundializada*, Separata da Revista de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, ISCSP, 1991/1992/1993, p. 154.

⁴⁵⁴ AHD, P.E.A. Maço 8.

melhor se compreenderá as perspectivas abertas à URSS para o domínio do Atlântico Sul. Dispondo de uma grande marinha, a URSS não deixou de actuar em algumas áreas de concentração de tráfego como o Cabo de Boa Esperança, o nordeste brasileiro e Cabo Verde – empregando nelas submarinos, aviões e navios de superfície⁴⁵⁵. Tornou-se visível quando foi efectuado o acordo pela superpotência de Leste para serem efectuados melhoramentos no Porto Grande, na ilha de São Vicente⁴⁵⁶.

Uma vez instalados no Golfo Pérsico e no Mediterrâneo, e tendo alcançado posições-chaves no Índico e no Atlântico Sul, os russos ficaram então habilitados a controlar linhas aéreas e rotas marítimas essenciais ao Ocidente, podendo, em consequência deste domínio, exercer pressões políticas sobre os Estados Unidos, a América do Sul e a África Meridional. Com esse objectivo, a URSS procurou estabelecer bases no Atlântico que facilitassem o abastecimento das suas frotas.

Nessa zona geográfica, a atenção URSS virou-se particularmente para Cabo Verde e para a Guiné Portuguesa, que eram considerados pontos estratégicos de maior relevância. O arquipélago cabo-verdiano fica muito próximo da rota marítima da Europa para a América do Sul: um ponto-chave da navegação no atlântico. Cabo Verde poderia proporcionar a qualquer grande potência marítima o controle do tráfego do Atlântico Norte para a União Sul-Africana e para o Índico (que passa geralmente entre Cabo Verde e a Guiné) e a África Ocidental e Meridional para as Américas (que transita a poucas distâncias do arquipélago).

A sua posição excepcional a poucas milhas da costa ocidental africana e a, aproximadamente, 1.400 milhas do porto de Natal (o mais próximo da América do Sul) poderia facultar a quem o dominasse um apertado controle sobre uma vasta área do Atlântico Central. Há por isso mesmo quem considere que o valor estratégico de Cabo Verde é superior ao dos Açores no Atlântico Norte. Nestas circunstâncias, não é de surpreender o incremento do auxílio soviético ao povo da Guiné. Dominando a Guiné, não lhe seria difícil alcançar Cabo Verde. Recorda-se de passagem que, em 29 de Junho de 1968, Amílcar Cabral declarou à *France Press* que o próximo objectivo do seu movimento era “estender a acção militar do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) a Cabo Verde”⁴⁵⁷.

Segundo informações das autoridades portuguesas, podemos afirmar que os portos do arquipélago de Cabo Verde foram estudados em pormenor por técnicos da URSS e que numerosos elementos do PAIGC partiram para aquele país e para a Cuba a fim de serem treinados com vista à

⁴⁵⁵ António Neves Berbém, *op. cit.*, 1991/92/93, p. 204.

⁴⁵⁶ *Idem*, p. 170.

⁴⁵⁷ AHD, PEA, Maço 8, Confidenciais.

ocupação de Cabo Verde. Muitos deles estiveram em bases navais do Mar Negro, onde foram instruídos em táticas de desembarque e preparados como “homens-rãs”⁴⁵⁸.

Além disso, a presença da URSS nas costas da África Ocidental oferecer-lhe-ia não só o controle sobre as rotas marítimas, mas também excelentes bases de apoio naval e aéreo e o domínio total de importantes fontes marítimas como as da região mineira do Catanga.

Durante a Segunda Guerra Mundial, verificou-se que a Alemanha, começando apenas com 60 submarinos, conseguiu destruir ou inutilizar cerca de 600 barcos ao longo do Atlântico Sul; ora, a URSS, em 1968, dispunha de 400 submarinos com 20 anos de aperfeiçoamento⁴⁵⁹.

A presença da URSS fez-se sentir sobretudo no Mediterrâneo e no Atlântico Sul, isto é, nas zonas adjacentes e vitais à área da NATO. Todavia, a pressão exerceu-se no Pacífico e no Índico, até porque neste último se situa um importante segmento da rota que contorna o Cabo. Em face dessa ameaça, o presidente do Partido Conservador Britânico, Edward Heath, declarou, em 16 de Janeiro de 1969, que se o seu partido ganhasse as eleições, restabeleceria as bases inglesas no Índico⁴⁶⁰.

A 18 de Janeiro de 1968, Sir Alex Douglas-Home, no decurso de um debate na Câmara dos Comuns, proclamou a necessidade de defender o Atlântico Sul e as costas ocidentais da África e de criar um sistema de protecção às rotas marítimas naquela zona”⁴⁶¹.

A 18 de Fevereiro do mesmo ano, o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros inglês, Selwin Lloyd, afirmava, em Londres, que o movimento subversivo na Guiné Portuguesa tinha como objectivo o arquipélago de Cabo Verde, com a base aérea na ilha do Sal e a base naval em São Vicente, “de onde é possível fazer controlo estratégico da rota marítima do Cabo”⁴⁶². Declarou ser de maior interesse estratégico para a Grã-Bretanha que Cabo Verde continuasse nas mãos de um aliado da NATO, salvaguardado, portanto, de um eventual ataque comunista. Pois, o perigo da tomada de poder pelos comunistas em Lisboa podia significar o início das facilidades militares em Cabo Verde para a URSS. O Governo de Sua Majestade e o de Washington só tinham razões para estarem atentos ao que se passava no arquipélago e delinearam uma política que lhes permitisse responder ao «problema cabo-verdiano»

A esse respeito, o Secretário-Geral da Defesa Nacional informou ao *Foreign Office* da “necessidade de se procurar um acordo bilateral com Portugal que permitisse a eventual utilização de aeródromos (nomeadamente o do Sal) por aviões britânicos”⁴⁶³.

⁴⁵⁸ Idem.

⁴⁵⁹ Idem.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ Idem.

⁴⁶² Idem.

⁴⁶³ AHD, P.E.A. Maço 8, Confidenciais, Circular n.º 835, Secreto.

CONCLUSÃO

Após a análise que foi feita nos capítulos precedentes, podemos afirmar que Cabo Verde desempenhou ao longo do período em estudo um papel importante na política externa portuguesa.

Como já referimos, durante a Segunda Guerra Mundial e logo após ao seu término, Cabo Verde foi cobiçado pelas maiores potências mundiais da época. Assim, creio não ser errado sustentar que a importância deste arquipélago seria ainda maior caso Oliveira Salazar o tivesse “negociado”. No que diz respeito à conjuntura internacional da época, Portugal era detentor de um grande império colonial e um dos objectivos fundamentais de Oliveira Salazar era salvaguardar a integridade territorial do país. Constatamos ao longo deste trabalho que as relações bilaterais entre Portugal e os países Aliados durante o conflito foram de grande tensão.

O arquipélago de Cabo Verde ministrou uma ajuda significativa no que diz respeito à guerra no Oceano Atlântico e permitiu um fluxo expressivo nas comunicações entre os países atlânticos. Posteriormente, Cabo Verde desempenhou um papel proeminente nos conflitos entre os países americanos e europeus (Guerra Hispano-americana entre outras), papel que nas suas características essenciais assenta na mesma que fundamentara a sua importância geoestratégica durante o segundo conflito mundial.

Apesar de Portugal possuir um vasto império ultramarino, não tinha uma voz forte na política internacional. Por exemplo, quando Cabo Verde esteve para ser invadido, tanto por ingleses, como por americanos, no início da Segunda Guerra Mundial, se tal tivesse acontecido Portugal não possuía meios para o impedir.

Oliveira Salazar conseguiu que Portugal mantivesse a sua neutralidade e garantiu, com a ajuda dos Estados Unidos e da Inglaterra, aqueles que eram os seus principal objectivo: a integridade e a soberania do território português.

É legítimo afirmar-se que o papel desempenhado por Cabo Verde foi fundamental no decorrer do último conflito mundial, relativamente ao Atlântico Sul e Central, como também a outras áreas ocidentais. Pois, quando a Segunda Guerra Mundial deflagrou, a 1 de Setembro de 1939, e o arquipélago de Cabo Verde viu-se envolvido desde logo “nas teias” que a guerra teceu, embora já estivesse enredado nos seus preparativos.

No seu papel de “pilar” entre as duas margens do Atlântico, Cabo Verde foi um suporte vital para as comunicações, quer marítimas, quer aéreas, que então davam os seus primeiros passos na travessia atlântica comercial, quer gráficas, quer telefónicas com estações de amarração de cabos submarinos que no arquipélago se cruzam entre os continentes.

Como tivemos a oportunidade de constatar ao longo deste trabalho, o arquipélago cabo-verdiano era, de facto, fundamental para a segurança dos Estados Unidos e do Brasil.

Segundo José Augusto Barahona Fernandes, “existia um paralelismo entre o conjunto Estados Unidos da América – Europa, no Atlântico Norte, e o conjunto Brasil – África Austral, no Atlântico Sul, com relevância para a Costa de Angola”. Segundo o mesmo autor “também se notava a posição privilegiada de Cabo Verde e dos Açores na estratégia do Ocidente”⁴⁶⁴.

No que concerne a Cabo Verde, verificou-se que as suas ilhas tinha uma importância muito significativa.

Apesar das suas relações bilaterais com a Alemanha, Portugal foi sempre um país Atlântico, muito mais ligado às potências marítimas. Assim sendo, há que realçar a importância que as províncias ultramarinas portuguesas tiveram até 1974 como um factor importante no âmbito das relações externas de Portugal.

A Alemanha pretendia o domínio explícito do Atlântico e tinha a percepção perfeita do interesse vital de Cabo Verde para os seus intentos de se afirmar como potência europeia. Quem quisesse afirmar-se como potência tinha de deter na sua posse a “chave” dos transportes e comunicações através do Atlântico.

Como já aludimos, uma das maiores preocupações de Salazar, senão a maior, ao longo da Segunda Guerra Mundial, foi a manutenção da integridade territorial portuguesa, tanto no continente europeu e ilhas como nas colónias. Para fazer vingar o estatuto de neutralidade, além do seu engenho pessoal, Salazar dispunha de três recursos: (i) O Tratado de Amizade e Não Agressão; (ii) as ilhas atlânticas; (iii) as minas de Volfrâmio (material estratégico precioso para o fabrico de armamento, e de que Portugal era o maior extractor europeu)⁴⁶⁵.

Embora Cabo Verde e as outras ilhas atlânticas portuguesas, nomeadamente as dos Açores, estivessem no centro da política externa portuguesa durante o segundo grande conflito mundial, os arquipélagos dependeram de uma estratégia nacional.

A Inglaterra não pretendia ocupar Cabo Verde, mas sim que o arquipélago não fosse ocupado pelo Eixo. Só a neutralidade portuguesa pouparia os cabo-verdianos a maior sacrifício dos que os que lhes foram exigidos. Os cabo-verdianos viveram a guerra de fora, mas sentiram os seus efeitos no interior das ilhas.

O cenário da invasão ao arquipélago de Cabo Verde foi ponderado pelos Aliados e pelo Eixo. Não há dúvidas que, caso a Espanha tomasse alguma atitude bélica a favor da Alemanha ou fosse invadida pelo exército nazi, o arquipélago de Cabo Verde seria, de imediato, ocupado pelas forças aliadas. Portugal não tinha capacidade para se opor aos interesses estratégicos dos países que pretendiam ocupar Cabo Verde.

⁴⁶⁴ José Augusto Barahona Fernandes, “O novo Significado das posições Portuguesas no Atlântico e no Índico”, in: *Anais do Instituto Superior Naval de Guerra*, Separata n.º 4, Lisboa, 1971, p. 4.

⁴⁶⁵ José Freire Antunes, *op. cit.*, 1995, p. 18.

O arquipélago teve um papel central na Batalha do Atlântico e no controlo das rotas para o Atlântico Sul. A importância estratégica de Cabo Verde levou o Governo Português a tomar medidas defensivas, mas as suas forças armadas não possuíam armamento suficiente para o defender, ou seja, não tinham grande poder de actuação. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha valorizou o Atlântico e subalternizou o Mediterrâneo e quando pensou invadir a Península foi com a intenção de atingir a costa atlântica⁴⁶⁶.

Ficámos com a firme convicção de que Cabo Verde e os Açores cumpriram a sua função para com o país, ao permitir que este negociasse com as maiores potências do mundo, e deste modo colocaram Portugal a lutar acima do seu peso político.

Os pressupostos básicos de natureza geopolítica e geoestratégica subjacentes à importância de Cabo Verde foram basicamente as necessidades permanentes por parte dos Aliados e do Eixo de disporem de um ponto de apoio a meio do Atlântico que lhes permitisse deslocar tropas e material de guerra para uma zona de conflito, nomeadamente em direcção ao Atlântico Sul. Em todos os contextos transcritos, o arquipélago de Cabo Verde desempenhou sempre um papel de grande importância, voltando a desempenhá-lo durante a Segunda Guerra Mundial.

O arquipélago de Cabo Verde teve, entre 1939 e 1945, umas das suas mais importantes funções em termos estritamente geopolítico e geoestratégico. A tal ponto que, por várias vezes, esteve iminente a sua ocupação militar, quer pelos alemães, quer pelos Aliados.

No aspecto de planeamento de operações, a situação era a seguinte: os planos de defesa existentes foram elaborados de 1941 a 1944. Não existiam directivas para a elaboração de planos de defesa e segurança interna.

Parecia mais lógico que a actualização dos planos de defesa fosse entregue ao Estado-Maior, pois a ocupação com forças expedicionárias do arquipélago, ou de alguma das suas ilhas era sempre resultante de causas cujo estudo cabe ao Departamento de Defesa.

A ocupação poderia verificar-se pelas seguintes razões: (i) conflito generalizado, como em 1941, e a responsabilidade do país (Portugal), no campo internacional, obrigar a ocupar os pontos do seu território sobre os quais podiam recair os interesses de qualquer dos partidos em luta; (ii) informações pessimistas, princípios de sobrevivência ou mesmo da luta na totalidade ou em parte das províncias de África, que obrigassem a ocupar Cabo Verde como meio de segurança na defesa das rotas aéreas e marítima, pela ocupação efectiva de, pelo menos, as ilhas do Sal e de São Vicente.

No aspecto de segurança interna, havia que prever a intervenção das forças da Província em qualquer das ilhas do arquipélago e estudar as medidas a tomar para a segurança de unidades em

⁴⁶⁶ José Medeiros Ferreira, *op. cit.*, 1981, p. 102.

trânsito. Era trabalho “que estava dentro das possibilidades do Comando Militar”⁴⁶⁷. Tornou-se “necessário dar ao Comando Militar uma directiva da defesa e segurança interna do arquipélago”⁴⁶⁸.

A importância estratégica e geopolítica do arquipélago de Cabo Verde durante a Segunda Guerra Mundial teria de ser entendida num contexto global e não apenas europeu, entre a potência marítima (a Inglaterra) e a potência continental (a Alemanha).

Fundamentamos esta afirmação, citando a carta que Armindo Monteiro, embaixador de Portugal em Londres, expediu a Oliveira Salazar, no dia 1 de Julho de 1943, a referir que devido à necessidade dos Aliados de “[...] acumularem no Norte da África grandes massas de material e de homens para as ofensivas que se desenham no litoral do Mediterrâneo e uma vez desencadeadas estas manter ininterrupta a corrente de material e de homens para as alimentar sem desfalecimento ou interrupção”⁴⁶⁹.

Esta necessidade exigia plena liberdade e segurança de movimentos no Atlântico, tanto possível pela linha mais curta. O simples enunciado destas necessidades mostrava a importância que as ilhas atlânticas desempenharam no plano dos Aliados. A importância geoestratégica de Cabo Verde foi, e é ainda hoje, muito relevante. Pois, o arquipélago continua a desempenhar um papel relevante no controlo do Atlântico Sul.

Situado praticamente a meio do Atlântico, vital para as comunicações intercontinentais, Cabo Verde foi um dos “perturbadores” da neutralidade portuguesa.

⁴⁶⁷ AHM/FO/032/1/398/6.

⁴⁶⁸ AHM/FO/032/1/398/6.

⁴⁶⁹ DAPE, vol. XII, p. 183.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

1.1. Arquivo

- 1.1.1. Arquivo Histórico Militar, Lisboa;
- 1.1.2. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa;
- 1.1.3. Arquivo Histórico-Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa;
- 1.1.4. Arquivos de Oliveira Salazar, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torres do Tombo, Lisboa.

1.2. Fontes Impressas

- 1.2.1. Boletim Geral das Colónias, *Número especial dedicado à viagem de S. Ex.^a o Presidente da República a Cabo Verde, Moçambique e União Sul-Africana*, 1939;
- 1.2.2. COSTA, Fernando Santos, *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar. Vol. I (1934-1950)*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1988;
- 1.2.3. *Dez Anos de Política Externa (1936-1947). A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, Vol. I a XIII*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1971-1986;
- 1.2.4. *Documentos relativos aos Acordos entre Portugal, Inglaterra e os Estados Unidos para a concessão de facilidade nos Açores durante a Guerra de 1939-1945*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1946;
- 1.2.5. Rosas, Fernando, BARROS, Júlia Leitão de, e OLIVEIRA, Pedro, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência Política, 1926-1955*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996;
- 1.2.6. SALAZAR, Oliveira, *Defesa Económica, Defesa Moral, Defesa Política*, Lisboa, Edições SPN, 1942;
- 1.2.7. SALAZAR, Oliveira, *Discurso de Abertura no II Congresso da União Nacional*, Lisboa, Edições SPN, 1944;
- 1.2.8. SALAZAR, Oliveira, *Discursos e Notas Políticas, Vol. III, 1938-1943*, Coimbra, Coimbra Editora, 1943 e Vol. IV, 1943-1950, Coimbra, Coimbra Editora, 1951.

1.3. Jornais

- 1.3.1. *Açoriano Oriental* (1939-1948)

1.3.2. *Diário de Notícias* (1898 e 1939-1948)

1.4. Memórias

1.4.1. CHURCHILL, Winston S., *Memórias da Segunda Guerra Mundial*, vol. I e II, (trad.) 3ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2005.

1.4.2. PERREIRA, Pedro Teotónio, *Memórias*, II, Verbo, 1973.

1.5. Sites na Internet

1.5.1. Alfa Comunicações, “A Odisseia de Monk”, em:

http://www.alfa.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=818&Itemid=189.

1.5.2. CORDEIRO, Ana, “Mindelo: entre a ficção e a realidade”, em:

<http://www.buala.org>.

1.5.3. Foreign Relations of the United States (FRUS):

<http://digioll.library.wisc.edu/FRUS/Browse.html>.

1.5.4. GOMES, Adildo Soares, “Nicolas Spykman”, em:

<http://submarinocaboverdiano.blogspot.com>.

1.5.4. GRAÇA, Luís, “Meu Pai, meu velho, meu camarada: Memórias de Cabo Verde, São Vicente, Mindelo, 1941/1943” em:

<http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2009/03/guine-6374-p4059-meu-pai-meu-velho-meu.html>.

1.5.5. Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI):

<http://www.ieei.pt>.

1.5.6. LIMA, Adriano Miranda, “Tropas Expedicionárias a Cabo Verde Durante o Período da Segunda Guerra Mundial – Memória que Pendura”, em:

<http://www.islasdecabo Verde.com.ar>.

1.5.7. MATOS, Sérgio Campos, “A Guerra Hispano-americana (1898): Repercussões em Portugal”, em: <http://ler.letras.up.pt>.

1.5.8. The Public's Library and Digital Archive – E.U.A.:

<http://www.ibiblio.org>.

2. BIBLIOGRAFIA

- AAVV, *Portugal na Segunda Guerra Mundial, Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Dom Quixote, 1989.
- ALMEIDA, Políbio F. A. Valente de, *Ensaio de Geopolítica*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994.
- ANDRADE, Luís M. V. de, *Neutralidade Colaborante, O Caso de Portugal na Segunda Guerra Mundial*, Ponta Delgada, 1993.
- ANTUNES, José Freire, *Roosevelt, Churchill e Salazar, A Luta pelos Açores 1941-1945*, Madrid, Ediclube, 1995.
- ANTUNES, José Freire, *Salazar e Caetano, Cartas Secretas 1932-1968*, Lisboa, Difusão Cultural, 1994.
- ARON, Raymond, *Penser la Guerre, Clausewitz L'Age Européen*, Paris, Editions Gallimard, 1976.
- BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, volumes IV e V, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- BERBÉM, António Neves, “O Atlântico (a) Sul como questão estratégica mundializada: a Vertente Sul-Americana Africana” in: *Estudos Políticos e Sociais*, Lisboa, ISCSP, 1991/92/93.
- BERBÉM, António Neves, *O Atlântico (a) Sul como questão estratégica mundializada*, Lisboa, Separata da Revista Estudos Políticos, ISCSP, 1991/1992/1993.
- BRANDÃO, Fernando de Castro, *Sinopse Cronológica da História Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1984.
- BRAZÃO, Eduardo, *Relance da História Diplomática de Portugal*, Porto, Livraria Civilização, 1940.
- CABRAL, Paulo Benjamim, “Telegraphos”, in: *Notas Sobre Portugal*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.
- CAMINHA, João Carlos Gonçalves, “Estratégia e Relações de Poder”, in: *Política e Estratégia*, Vol. V, nº 4, Out.-Dez., São Paulo, Centro de Estudo Estratégicos, 1987.
- CARDOSO, Pedro, “A Evolução do Conceito Estratégico Nacional no século XX”, in: *Estratégia*, vol., IV, Lisboa, Instituto de Relações Internacionais, ISCSP, 1992.
- CARVALHO, Rogério de, *Portugal e a NATO*, Lisboa, Edições Avante, 1990.
- CASTAÑO, David, *Paternalismo e Cumplicidade: As Relações Luso-Britânicas de 1943 a 1949*, Lisboa, Associação dos Amigos do Arquivo Histórico-Diplomático, 2006.
- CHURCHILL, Winston Spencer, *The Second World War, their Finest Hour*, Houghton, Mifflin Company, Boston, 1949.

- CORREIA, Cláudia, “A Cidade do Mindelo Nos Séculos XIX-XX”, in: *Africana*, n.º 4, Porto, Universidade Portucalense / Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, 1996.
- COUTO, Abel Cabral, “Relações entre a Estratégia e a Política”, in: *Nação e Defesa*, Ano VI, n.º 21, Jan./Mar., Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1982.
- CRUZ, Manuel Braga, *Correspondências de Santos Costa, 1936-1982*, Lisboa, Verbo, 2004.
- DIAS, Carlos Manuel Mendes, *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos*, Lisboa, Prefácio, 2005.
- DOUGHERTY, James E. e PFALTZGRAFF, Robert, *Relações Internacionais – As Teorias em Confronto*, Lisboa, Gradiva, 2003.
- DUFF, Katherine, “Portugal”, in: *The War and the Neutrals Survey of International Affairs*, London, Oxford University Press, 1956.
- FERNANDES, João Mariz, “Tendências Hegemónicas da Alemanha no Quadro Europeu: Fundamentos Históricos, Filosóficos e Geopolíticos”, in: *A Nação e a Defesa*, n.º 105, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1991.
- FERNANDES, José Augusto Barahona, “Novo Significado das Políticas Portuguesas no Atlântico e no Índico”, in: *Anais do Instituto Superior de Naval e Guerra*, Separata n.º 4, Lisboa, 1974.
- FERREIRA, José Medeiros, *Cinco Regimes na Política Internacional*, Lisboa, Editorial Presença, 2006.
- FERREIRA, José Medeiros, *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981.
- FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares – Força Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, 2.ª Edição, Lisboa, Estampa.
- HERZ, Norman, *Operação Alacrity – Os Açores e a Guerra no Atlântico*, Edição Município de Vila do Porto, 2006.
- IAC, *Arquitectura Militar – Do Conhecimento Histórico à Sua Função Actual*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2005.
- IAC, *Os Açores e a Segunda Guerra – actas do colóquio internacional comemorativo dos 60 anos sobre a capitulação alemã*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura (IAC), 2007.
- KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, 3.ª Edição, Lisboa, Gradiva, 2007.
- LIDDEL HART, B. H., *As Grandes Guerras da História*, 5.ª Edição, São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1999.

- LOPES FILHO, João e APARÍCIO, João Paulo, *O Forte do Príncipe Real e a Defesa da Ilha de São Nicolau*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1998.
- MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Forças – Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1987.
- MARTÍNEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986.
- MARTINS, Raúl França, “Acerca do Conceito de Estratégia”, in: *Nação e Defesa*, Ano IX, n.º 29 Jan./Mar., Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1984.
- MATLOFF, Maurice e SNELL Edwin M., *The Strategic Planning for Coalition Warfare 1941-1942*, Office of the Chief of Military History, Department of the Army, Washington D C, 1953.
- MATOS, Artur Teodoro de, “Rotas Portuguesas do Atlântico”, in: *Oceanos*, n.º 10, Abril de 1992.
- MEDEIROS, Gago de, *Conceitos de Política Atlântica*, Lisboa, A. M. Pereira Lda., 1986.
- MONIZ, Júlio Botelho, *Visões Estratégicas no Final do Império: Condutas das Operações Coloniais – 1944, Lições de Estratégia – 1953*, Lisboa, Tribuna, 2007.
- MONTEIRO, Ana Rita Amaro, “O Movimento Consular em Cabo Verde nos Finais do Século XIX”, in: *Africana*, n.º 4, Porto, Centro dos Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense, Setembro de 1996.
- MOREIRA, Adriano, (Coord.), *Legado Político do Ocidente: o Homem e o Estado*, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1988.
- MOREIRA, Adriano, “A Europa em Formação”, in: *Separata do Boletim da Sociedade Geográfica*, Lisboa, 1974.
- MORGENTHAU, Hans, *Politics Among Nations, The Struggle for Power and Peace*, Alfred A. Knopf, New York, 1974.
- OLIVEIRA, Pedro Aires, *Armindo Monteiro, Uma Bibliografia Política*, Venda Nova, Bertrand Editora, 2000.
- ORTEGA, José Varela, *Hitler, Stalin, Roosevelt y algunas consecuencias para España de la Segunda Guerra Mundial*, Madrid, Editorial Biblioteca Nueva / Fundación José Ortega y Gasset, 2004.
- PEREIRA, Daniel A., *Estudos da História de Cabo Verde*, Praia, Alfa-Comunicações, 2005.
- PONTE, António Carlos Fuzeta da, *Contributo para uma Estratégia Portuguesa*, Ministério da Defesa Nacional, Marinha, Instituto Superior Naval de Guerra, Lisboa, 1991.
- RAMALHO, José Luís Pinto, “A Estratégia de Futuro da OTAN e a Posição de Portugal”, in: *Estratégia*, vol. III, Lisboa, Instituto de Relações Internacionais, ISCSP.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa Editora, 1991.

- RODRIGUES, Luís Nuno, (Coord.) *Franklin Roosevelt e os Açores Nas Duas Guerras Mundiais*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2008.
- RODRIGUES, Luís Nuno, *No Coração do Atlântico: Os Estados Unidos e os Açores, (1939-1949)*, Lisboa, Prefácio, 2005.
- SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.), *História Concisa de Cabo Verde*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical – Portugal, Instituto Nacional de Investigação Cultural de Cabo Verde, 2007.
- SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, II e III, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical – Portugal, Instituto Nacional de Investigação Cultural de Cabo Verde, 2001 e 2002.
- SILVA, António Correia e, *Espaços Urbanos de Cabo Verde. O Tempo das Cidades-Porto*, A.D.F.A., 1998.
- SILVA, António Leão de Aguiar Cardoso Correia e, *Os Ciclos Históricos da Inserção de Cabo Verde na Economia Atlântica: O Caso das Cidades Porto (Ribeira Grande e Mindelo)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007.
- SILVA, Golbery do Couto e, *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*, 3.^a Edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1981.
- SOLAR, David, *La Caída de los Dioses; Los Erros Estratégicos de Hitler*, La Esfera de los Livros, S. L., 2005.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (Coord.), *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais, sécs. XIX-XX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- TELO, António José, “A Armada (e as ilhas) na Formação do Portugal Contemporâneo”, in: *O Papel das Ilhas do Atlântico na Criação do Contemporâneo, V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 2000.
- TELO, António José, *A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi*, Lisboa, Quetzal Editora, 2000.
- TELO, António José, *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)*, Porto, Edições ASA, 1993.
- TELO, António José, *Portugal e a NATO, o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.
- TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*, vol. I e II, Lisboa, Edições Vega, 1991.
- TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1987.

TREVOR-ROPER H. R., *Hitler's War Directives 1939-1945*, London, Sidgwick and Jackson, 1964.

WATSON, Mark Skinner, *The War Department Chief of Staff: Prewar Plans and Preparations*, Historical Division Department of the Army, Washington D C, 1950.